

ISSN 0100-8986

DOCUMENTOS Nº 231

Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015

Percepção de representantes de agroindústrias,
cooperativas e organizações sociais

Rubens Altmann, (*in memoriam*)
Luiz Carlos Mior
Paulo Zoldan



**EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO
RURAL DE SANTA CATARINA S.A.
FLORIANÓPOLIS
2008**

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – Epagri
Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, Itacorubi, Caixa Postal 502
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil
Fone: (48) 3239-5500, fax: (48) 3239-5597
Internet: www.epagri.sc.gov.br
E-mail: epagri@epagri.sc.gov.br

Editado pela Gerência de Marketing e Comunicação – GMC/Epagri

Primeira edição: outubro de 2008
Tiragem: 1.000 exemplares
Impressão: Gráfica e Editora Palotti

Revisão técnica: Tabajara Marcondes

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Referência bibliográfica

ALTMANN, R.; MIOR, L.C.; ZOLDAN, P. Perspectivas para o Sistema Agroalimentar e o Espaço Rural de Santa Catarina em 2015: Percepção de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais. Florianópolis: Epagri, 2008. 133p. (Epagri. Documentos, 231).

Cadeia produtiva; Perspectivas de mercado; futuro da agricultura; agricultura familiar; espaço rural; Santa Catarina.

ISSN 0100-8986



APRESENTAÇÃO

Em busca de maior sinergia entre o poder público e os atores sociais envolvidos na agricultura familiar e no agronegócio, a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, através do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – Epagri/Cepa, está apresentando as visões de futuro dos empreendedores e das organizações sociais do sistema agroalimentar e do espaço rural de Santa Catarina, no horizonte de 2015.

Os impactos recentes dos surtos de febre aftosa no Brasil e da propagação inusitada da gripe aviária no mundo sobre o agronegócio catarinense mostram bem como nossa agricultura está inserida e se tornou dependente do cenário internacional. Mostram também como a opinião dos consumidores se tornou determinante nos rumos do mercado de alimentos.

Neste ambiente de constante evolução, instabilidade e volatilidade dos mercados, a competitividade da agricultura catarinense dependerá de sua capacidade de inovação e de sua competência para agir proativamente. Os indicativos de continuidade no crescimento da economia mundial em médio prazo e o conseqüente aumento na demanda de alimentos, vislumbram oportunidades que a agricultura familiar e o agronegócio catarinense podem aproveitar.

O presente estudo está organizado na seguinte forma. Na primeira parte apresentam-se os objetivos e a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. Na segunda há uma síntese das tendências de mercado das principais cadeias produtivas que constituem o agronegócio do Estado, realizada a partir da visão dos entrevistados e também de pesquisa em dados secundários. Na terceira parte apresenta-se a visão dos entrevistados sobre o comportamento futuro de seis variáveis estratégicas no âmbito estadual. Na quarta parte destaca-se a visão de futuro dos entrevistados sobre o desenvolvimento do espaço rural nas distintas regiões catarinenses e quanto ao perfil do agricultor do futuro. Na quinta parte há uma interpretação da equipe dos autores sobre os desafios e as oportunidades que o sistema agroalimentar e o espaço rural

catarinense terão em 2015, a partir das perspectivas vislumbradas pelos entrevistados. Na sexta parte está a bibliografia consultada e, por último, os anexos com as tendências nos cenários nacional e internacional da agricultura e do agronegócio e a lista das empresas e organizações sociais entrevistadas por município.

Acredita-se que as opiniões manifestadas pelos entrevistados constituem importante material de estudo para as agências e órgãos públicos, sobretudo porque expressam visões dos diferentes segmentos sociais sobre a situação atual e as perspectivas futuras em suas respectivas áreas de atuação e sobre a qualidade da pesquisa, da extensão e dos demais serviços públicos. Tais opiniões merecem muita reflexão e espera-se que possam contribuir para a definição de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento agrícola, rural e pesqueiro de médio e longo prazos, para o Estado de Santa Catarina.

É importante ainda destacar que as entrevistas foram realizadas durante o segundo semestre de 2006 e início de 2007, antes portanto da repercussão do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC. Além disso é importante lembrar que em 2006 a agricultura e o agronegócio brasileiro e catarinense passaram por dificuldades face aos preços baixos da maioria dos produtos agrícolas. Esta situação muda consideravelmente nas safras seguintes.

Os autores

SUMÁRIO

	Pág.
1 Introdução	7
2 Objetivos e metodologia	8
2.1 Objetivos do estudo	8
2.2 Metodologia adotada	9
3 As perspectivas de mercado das principais cadeias produtivas ..	14
3.1 Grãos	16
3.2 Carnes	19
3.3 Laticínios	20
3.4 Maçã	21
3.5 Banana	22
3.6 Uva e pequenas frutas	23
3.7 Cebola	25
3.8 Produtos orgânicos	25
3.9 Ervas medicinais e ervas para chás	26
3.10 Flores e plantas ornamentais	27
3.11 Pescados e moluscos	28
3.11.1 Pescados de água doce	29
3.11.2 Maricultura (ostras, mexilhões, vieira, camarões)	29
3.11.3 Pesca marítima	30
3.12 Produtos de base florestal	31
3.12.1 Erva-mate	31
3.12.2 Eucalipto e pínus	32
3.13 Fumo	33
4 Perspectivas das principais variáveis pesquisadas	35
4.1 A segurança sanitária dos alimentos e o comportamento dos consumidores	36
4.2 Políticas públicas e a regulação da agricultura e do espaço rural e pesqueiro	41
4.2.1 As políticas públicas	41
4.2.2 Regulação da agricultura e do espaço rural e pesqueiro .	46
4.3 Ciência, tecnologia e inovação	53

4.4	Logística: entraves e perspectivas	58
4.5	Recursos naturais e meio ambiente	60
4.6	Ensino agrícola e capacitação profissional	64
5	O desenvolvimento do espaço rural nas regiões catarinenses e o agricultor do futuro	66
5.1	O Desenvolvimento do Espaço Rural nas Regiões Catarinenses	66
5.1.1	Oeste Catarinense	67
5.1.2	Meio-Oeste Catarinense	75
5.1.3	Litoral Sul Catarinense	79
5.1.4	Grande Florianópolis e Litoral Norte Catarinense	82
5.1.5	Planalto Norte Catarinense	86
5.1.6	Planalto Sul Catarinense	90
5.1.7	Alto Vale do Itajaí	93
5.2	O agricultor do futuro	95
5.2.1	Alguns dados e considerações dos entrevistados	96
5.2.2	Perfil do agricultor do futuro	98
6	Os desafios e as oportunidades no sistema agroalimentar e no espaço rural de Santa Catarina em 2015: a interpretação dos pesquisadores	99
7	Referências bibliográficas	106
	ANEXO A – Glossário e conceitos	109
	ANEXO B – O setor agrícola catarinense e as principais tendências do agronegócio mundial e brasileiro	112
	ANEXO C – Macrotendências na agricultura	117
	ANEXO D – Tendências nos sistemas de conhecimento e tecnologia	125
	ANEXO E – Empresas, cooperativas, associações, organizações não-governamentais e entidades representativas de agricultores e pescadores que participaram da pesquisa	128

Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015

Percepção de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais

Rubens Altmann¹
Luiz Carlos Mior²
Paulo Zoldan³

1 Introdução

A elaboração de cenários é uma prática relativamente recente no Brasil, embora já conhecida e utilizada, especialmente nos Estados Unidos – desde a Segunda Guerra Mundial. Especular sobre o futuro é uma necessidade para o planejamento. Há hoje um senso comum de que o futuro é um elemento fundamental para a construção da estratégia. Também se constata que a construção de cenários é uma importante ferramenta que permite considerar o futuro na estratégia, enfatizando-se que esta deve estar voltada para o futuro.

Enquanto as transformações da realidade se davam de forma mais lenta e relativamente previsível e, principalmente, quando se tratava de formulações de curto e médio prazos, o planejamento podia ser feito com simples definições gerais e intuitivas do futuro. À medida que se aceleram as mudanças e a realidade se torna mais complexa e aumentam as incertezas com relação ao futuro, cresce a necessidade de maior rigor e sistematização na antecipação do futuro.

¹ Eng. agr., Dr., Epagri/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – Cepa (*in memoriam*)

² Eng. agr., Dr., Epagri/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – Cepa –, C.P. 1.587, 88034-001 Florianópolis, SC, fone: (48) 3239-3900, e-mail: miorc@epagri.sc.gov.br

³ Economista, M.Sc., Epagri/Cepa, e-mail: zoldan@epagri.sc.gov.br.

No Brasil, a utilidade destes instrumentos para o planejamento – em especial na administração pública –, tem sido, contudo, limitada, em parte devido às descontinuidades de orientação das instituições e, também, pela excessiva instabilidade político-institucional. A instabilidade e a incerteza costumam inibir as iniciativas de construção do futuro, embora paradoxalmente, aumentem a importância e necessidade de explorar alternativas. Quanto maior a incerteza e a velocidade das transformações, mais necessária se faz a antecipação de futuros, de modo a preparar as empresas e os governos para as surpresas e descontinuidades (Lucas, Kintto. BNDES, 1989).

A Epagri/Cepa já tem experiência na realização de estudos prospectivos, tendo já publicado documentos sobre cenários e perspectivas para o desenvolvimento agrícola, rural e pesqueiro do Estado a partir da ótica dos seus pesquisadores. Contudo, no presente estudo, optou-se pelo levantamento e sistematização de percepções de futuro a partir da ótica de empreendedores do agronegócio, de cooperativas, de organizações sociais e de representações de produtores.

As opiniões expressas na fase de pesquisa foram sistematizadas de forma regionalizada e organizadas em torno das variáveis analisadas. Essas opiniões expressam visões e percepções de futuro, suscetíveis, portanto, ao perfil otimista, pessimista ou realista de cada entrevistado no momento da entrevista.

O trabalho pretende, portanto, construir – de forma participativa – uma visão de futuro do sistema agroalimentar e do espaço rural de Santa Catarina, no período 2008-15, com vistas a permitir uma reflexão dos formadores de políticas, empreendedores e técnicos, sobre as tendências em evolução.

2 Objetivos e metodologia

2.1 Objetivos do estudo

O presente trabalho tem por objetivo geral realizar um estudo prospectivo para o desenvolvimento do sistema agroalimentar e dos espaços rural e pesqueiro, a partir da realização de enquête junto a

representantes de agroindústrias, de cooperativas e de organizações sociais e de representação de agricultores e pescadores do Estado de Santa Catarina.

Com a realização deste estudo, espera-se contribuir com a sociedade catarinense e o poder público nos seguintes aspectos:

- propiciar aos agentes públicos e privados que atuam no âmbito estadual, regional e local uma oportunidade de reflexão sobre o contexto atual e as perspectivas futuras, incluindo ameaças e oportunidades para o desenvolvimento da agricultura e dos meios rural e pesqueiro;

- fornecer elementos para a tomada de decisões estratégicas que permitam enfrentar os desafios, tirar proveito das oportunidades que o ambiente externo apresentará ao longo dos próximos 10 anos e propiciar condições para a revitalização da agricultura e dos espaços rural e pesqueiro de Santa Catarina;

- contribuir para a melhoria da competitividade da agricultura, do agronegócio e da agroindústria rural;

- estimular as agências públicas, as organizações sociais e os empreendedores a desenvolver ações, de efeito sinérgico, em prol do desenvolvimento dos espaços rural e pesqueiro.

2.2 Metodologia adotada

Um conceito básico em cenários se refere ao de futuro múltiplo. Esta diversidade de futuros no processo de cenários é enfatizada por Godet (1993) que explica que o futuro é múltiplo e diversos futuros potenciais são possíveis; a descrição de um potencial futuro e das progressões necessárias para atingi-lo constitui um cenário.

Essa multiplicidade de futuros distingue a lógica de cenários da lógica de previsões. Schwartz (2000) esclarece a diferença entre previsão e cenários; afirma que cenários não são previsões, pois simplesmente não é possível prever o futuro, com um razoável grau de certeza. Os cenários são veículos que ajudam pessoas a aprender; ao contrário da previsão tradicional de negócios, apresentam imagens alternativas de futuro e são muito mais do que simples extrapolação das tendências presentes.

A lógica intuitiva (Intuitive Logics) está entre uma das metodologias para construção de cenários. Foi inicialmente descrita por Pierre Wack, e utilizada na Shell. Posteriormente, Peter Schwartz a adotou no Stanford Research Institute e na Global Business Network.

De acordo com Ringland (1998), este método destina-se principalmente a encontrar meios de mudar o pensamento dos administradores para que possam antecipar o futuro e preparar-se para tal; enfatiza a necessidade de criar um conjunto de histórias críveis e coerentes sobre o futuro para testar planos de negócios ou projetos. De acordo com essa autora, o modelo é bem interativo (cliente-consultoria), privilegiando o trabalho através de oficinas (workshops). Sua implementação tem as seguintes vantagens:

- o processo é altamente flexível: pode ser facilmente adaptado para as necessidades de uma situação particular e não requer o uso de modelo por computador;
- os cenários elaborados são o resultado da construção da mente coletiva do grupo;
- alto grau de comprometimento no produto final: os cenários são criados pelo grupo, o que é essencial para o efetivo uso dos mesmos no planejamento estratégico.

No presente estudo, a equipe de trabalho optou pelo levantamento e sistematização de visões de futuro a partir da ótica de empreendedores do agronegócio, das organizações sociais e de representações de produtores. Em entrevistas com duração de 60 a 120 minutos, os pesquisados foram estimulados a expressar opiniões sobre o futuro de seus empreendimentos, suas visões da evolução da agricultura em geral e dos espaços rural e pesqueiro assim como sobre o futuro dos agricultores e pescadores. As entrevistas foram realizadas com a presença de no mínimo dois pesquisadores visando captar da melhor maneira possível a visão dos entrevistados. Para fins de esclarecimento encontra-se no Anexo A o glossário de conceitos. Os entrevistados receberam com antecedência o documento “Principais tendências no ambiente internacional e nacional do Agronegócio” que se encontra no Anexo B para permitir uma leitura e reflexão anterior à realização da entrevista. Também foram enviadas as informações constantes no Anexo C sobre as macrotendências na agricultura, e no Anexo D, sobre as tendências nos sistemas de conhecimento e tecnologia.

As informações, de cunho estratégico e prospectivo, foram organizadas pelos entrevistadores segundo um conjunto de variáveis que interferem na competitividade da agricultura e do agronegócio catarinenses. Adotou-se o conceito de competitividade sistêmica, desenvolvido pelo Instituto Alemão de Desenvolvimento

A principal afirmação do conceito de competitividade sistêmica é que o desenvolvimento industrial bem-sucedido não se cria apenas com fatores do nível micro de empresas e do nível macro das condições macroeconômicas em geral, mas também com medidas específicas de governos e de ONGs para fortalecer a competitividade de empresas (nível meso) – em que a capacidade de articular macro e meso política de promoção depende tanto de estruturas fundamentais políticas e econômicas, como de constelações de atores (nível meta). Este conceito, aplicável a economias nacionais, também ajuda na compreensão de importantes elementos da economia local ou global.

O conceito de competitividade sistêmica tem a vantagem de ser suficientemente aberto para abranger os principais pontos fortes e fracos que determinam o potencial de desenvolvimento local e regional (Meyer-Stamer, 2001).

Ainda, segundo autores do Instituto Alemão de Desenvolvimento, “numa economia mundial que se distingue por novos padrões competitivos, novos conceitos organizativos e novas tecnologias, os países mais eficientes são aqueles cujos grupos de atores sociais conseguem organizar processos rápidos e efetivos de aprendizagem e tomada de decisões, moldando favoravelmente o entorno empresarial às novas exigências”.

O novo padrão de competitividade reúne vantagens competitivas baseadas no conhecimento e na tecnologia, perdendo importância as vantagens competitivas baseadas na dotação de fatores.

No seio das empresas impõem-se novas estruturas organizativas, menos hierarquizadas, operando em redes criadas por elas mesmas.

Ao nível da economia nacional, o novo padrão competitivo deve ser acompanhado de políticas dinâmicas dirigidas a aglutinar o saber-fazer empresarial, a pesquisa e desenvolvimento e a administração pública (Esser et al., 1994).

Ainda, segundo os mesmos autores, o Estado, como ator social, deve assumir um papel-chave, gerando estímulos, orientando e coordenando ações na busca da competitividade sistêmica. Os atores sociais autônomos, por sua vez, devem operar com base em três lógicas complementares:

- otimizando instituições ou empresas sob sua responsabilidade (“orientação para dentro”);
- defendendo seus interesses frente ao Estado e a outros atores sociais (“defesa de interesses”);
- desenhando seu entorno através da cooperação e articulação com atores estatais ou privado (“competição cooperativa”).

A competitividade depende, portanto, da adoção de um conceito pluridimensional de gestão de processo, que se compõe de competência, diálogo e tomada conjunta de decisões pelos grupos importantes de atores.

A abordagem da competitividade sistêmica já foi utilizada pelo Instituto Cepa no trabalho realizado em 2003, intitulado “Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010”. A partir do conceito de competitividade sistêmica definiu-se um conjunto de variáveis que interfere na competitividade da agricultura familiar conforme apresentado na Figura 1.

Os entrevistados foram escolhidos através de uma amostragem intencional dirigida, elaborada a partir do cadastro de indústrias do ramo de alimentos e afins da Federação das Indústrias de Santa Catarina – Fiesc –, do cadastro de agroindústrias registradas no Serviço de Inspeção Estadual da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc – e da base de dados e informações da Epagri/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola/Cepa.

Para a escolha das empresas e organizações entrevistadas, foram considerados os seguintes critérios:

- importância da cadeia produtiva na economia catarinense;
- distribuição geográfica dos empreendimentos, com vistas a abranger as distintas regiões produtivas do Estado;
- tamanho dos empreendimentos e natureza jurídica (empresas, cooperativas, associações);
- empreendimentos dedicados a negócios novos e/ou pioneiros;

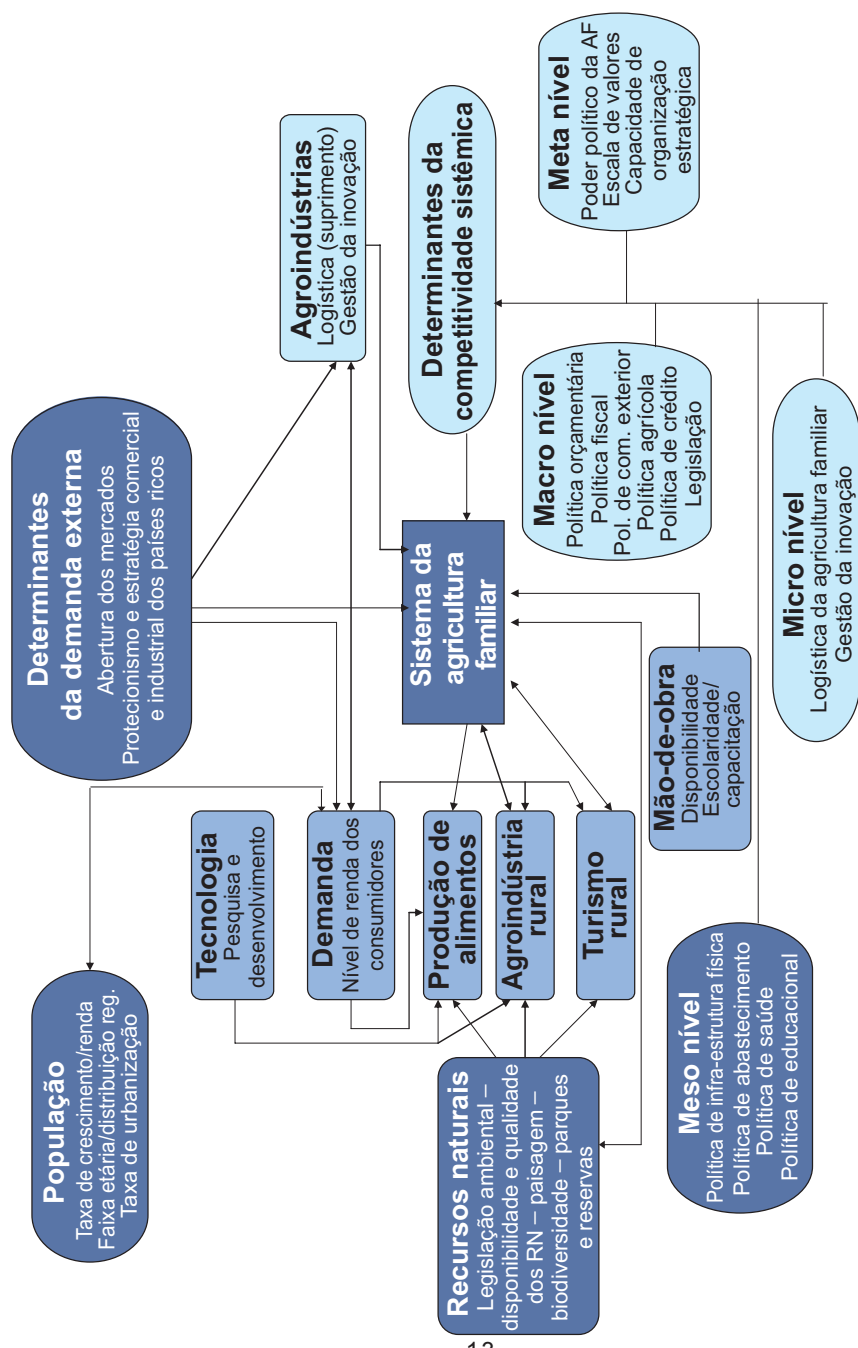


Figura 1. Blocos de variáveis que interferem na competitividade da agricultura familiar

- empreendimentos de tecnologias de ponta ou elevada capacidade de agregação de valor;
- importância político-estratégica no desenvolvimento do espaço rural.

Decidiu-se também que as entrevistas nas empresas e organizações selecionadas deveriam ser realizadas com os dirigentes (presidentes e diretores ou pessoas indicadas pela direção para falar em seu nome). Este aspecto foi considerado fundamental, na medida em que permitiria colher a opinião das pessoas que atuam e tomam decisões no nível estratégico das respectivas organizações. A distribuição dos entrevistados por tipo de organização está sintetizada na Tabela 1.

Tabela 1. *Distribuição dos entrevistados por tipo de organização*

Tipo de organização	Número	Percentual
Agroindústrias de médio e grande porte	50	43
Agroindústrias de pequeno porte ou familiares	24	21
Cooperativas de médio e grande porte	10	9
Cooperativas de pequeno porte	10	9
Organizações sociais e de representação	22	19
Total	116	100

3 As perspectivas de mercado das principais cadeias produtivas

A seguir, faz-se uma síntese das tendências de mercado das principais cadeias produtivas que constituem o sistema agroalimentar do Estado, realizada a partir da visão dos entrevistados e também baseada em dados secundários pesquisados.

De uma forma geral, observa-se que os empresários entrevistados dos diversos segmentos produtivos do agronegócio catarinense estão otimistas em relação ao mercado. Apostam, em grande parte, por exemplo, que a próxima década terá crescimento gradativo e seguro da renda no Brasil e que as condições macroeconômicas do

País também deverão melhorar. Muitas oportunidades de desenvolvimento também são consideradas, diante da capacidade de inovação do brasileiro.

Esta visão otimista de futuro em relação ao mercado está concentrada principalmente entre as grandes empresas e cooperativas. No segmento dos pequenos e médios empreendedores são apontadas um maior número de dificuldades.

Por ser um Estado exportador, a atual política cambial está sendo vista como desfavorável e foi muitas vezes apontada como impedimento ao maior crescimento do País. Já, por outro lado, um empresário entrevistado avalia que, embora o câmbio esteja num momento desfavorável, ao mesmo tempo facilita as importações de máquinas para modernização das empresas, além de alguns insumos industriais.

Além do câmbio, foram apontados outros obstáculos ao desenvolvimento no Estado, como a pesada tributação; os altos juros bancários para investimentos e a dificuldade de acesso ao crédito pelos pequenos produtores.

A Ásia, principalmente a China, é vista como um mercado em grande expansão e que deverá ser considerada foco de políticas comerciais nos próximos 10 anos pelo governo e pelos empresários. A União Européia (UE) e os Estados Unidos, acredita-se, deverão manter suas políticas de subsídios aos agricultores.

Importantes setores empresariais apostam no crescimento sustentado da economia brasileira e mundial para os próximos anos. Observa-se a percepção do aumento da importância do mercado nacional e da demanda de alimentos.

O aumento previsto do poder aquisitivo da população brasileira deverá manter a tendência de um maior refinamento dos hábitos alimentares, abrindo oportunidades de mercado para produtos mais elaborados e sofisticados.

Há, assim, a percepção declarada de que se ampliará o mercado nacional da maçã, de vinho e de produtos como biscoitos, bolachas, iogurtes, queijos, geléias, embutidos, etc. Da mesma forma, as tendências apontadas indicam que os hábitos alimentares deverão evoluir para um maior consumo de produtos naturais como frutas e verduras. Produtos voltados para categorias especiais (idosos, crianças, vegetarianos, etc.) deverão também ganhar espaço no vare-

jo. Também foi considerada a perspectiva de um aumento gradativo de turistas, com maior poder aquisitivo no Estado.

Observa-se, ainda, a percepção de uma tendência de consumo de produtos mais processados, pré-prontos, ou então fracionados. Depoimento aponta que o consumo de produtos ditos “massificados” tende também a crescer devido à urbanização, ao ritmo acelerado da vida moderna e também ao baixo poder aquisitivo de grande parcela da população.

Percebe-se, segundo relatos de entrevistados, uma tendência de fortalecimento da ética nos mercados, com algumas empresas já discutindo internamente o tema da responsabilidade social, ambiental e de fidelização dos clientes. Neste quesito, um empresário destacou que Santa Catarina tem um diferencial competitivo em relação a outros Estados do País.

Assim, as estratégias comerciais freqüentemente mencionadas pelos entrevistados estão direcionadas para os mais diferentes aspectos. São exemplos os investimentos em qualidade, agregação de valor, diferenciação do produto, desenvolvimento em design e embalagem, estabilidade do produto, rastreabilidade e a inspeção própria. Um empresário argumenta que “o mercado exige cada vez mais qualidade. As empresas que não se adaptarem ao mercado irão desaparecer”.

Especificamente, as expectativas e tendências de evolução das principais cadeias produtivas estudadas, na opinião dos entrevistados, foram organizadas conforme se apresentam a seguir. Vale lembrar que os dados são qualitativos, a escolha de instituições e empresas entrevistadas foram intencionais e podem não ser representativas para o segmento.

3.1 Grãos

Considera-se que a área cultivada com arroz irrigado deva se estabilizar em torno de 150 mil hectares, mas com redução sensível do número de produtores (concentração da produção), que poderá chegar a até 50% em 2015, em relação ao número atualmente existente.

A expansão da produção de arroz na região de Tocantins, baseada em variedades híbridas, deve contribuir para a concentração

da produção. Há empreendedores que consideram que Santa Catarina não tem condições de manter a liderança tecnológica na área do arroz, por não estar preparada para competir com a tecnologia mundial nesta cultura.

No setor cooperativo da cadeia produtiva de arroz, considera-se que o Brasil deve continuar competitivo no cenário mundial e as produções da Argentina e do Uruguai não são vistas como ameaça. As condições climáticas de Santa Catarina, ao conferir alto grau de risco para a cultura do feijão (freqüentes perdas de produtividade e de qualidade do produto), comprometem a competitividade frente a outras regiões do País, especialmente as do Centro-Oeste e do Sudeste, onde o cultivo é irrigado e ocorre em grandes áreas.

Em Santa Catarina vale registrar o expressivo declínio verificado nos últimos anos não só em relação ao montante da área cultivada, mas especialmente no que tange ao número de propriedades (principalmente as pequenas) envolvidas com a atividade. Na comparação entre o Censo Agropecuário de 1995/96 (IBGE) e o Levantamento Agropecuário de Santa Catarina – LAC – efetuado no período 2002/2003, constata-se que: a área plantada na primeira safra caiu de 164.517ha para 81.582ha e o número de estabelecimentos envolvidos com a atividade declinou de 93.554 para apenas 27.079. Já no caso da segunda safra ou safrinha o plantio declinou de 58.777 para 21.172ha e o número de estabelecimentos caiu de 36.057 para apenas 9.537.

A queda de área só não foi mais intensa porque com a possibilidade de mecanização da colheita houve um certo incremento de plantio em propriedades com maior disponibilidade de área e em locais onde o clima se mostra mais favorável para o cultivo, como, por exemplo, a Microrregião de Curitibaanos.

A tendência, de qualquer forma, ainda que com menos intensidade que a registrada nos últimos anos, é de a cultura continuar perdendo atratividade, principalmente, para os pequenos produtores.

Na cadeia produtiva do trigo, empreendedores consideram que a área cultivada deva se estabilizar, porque esta cultura representa uma alternativa de inverno que contribui para reduzir os custos de produção das lavouras de verão. Considera-se que as culturas bioenergéticas poderão ter impacto positivo na cultura. Prevê-se que o número de produtores e a área plantada no Estado permaneçam

pequenos já que a triticultura é de alto risco e de margens muito reduzidas.

Por outro lado a política cambial, que favorece importações de trigo, é considerada como o principal fator da elevada ociosidade nos moinhos nacionais, da ordem de 40%. Outro fator que vem tirando competitividade desta cadeia produtiva decorre da guerra fiscal⁴ entre Estados.

Na cadeia produtiva da soja, a produção catarinense praticamente estabilizou nos últimos anos. Não se prevêem grandes alterações.

Na produção de milho prevê-se estabilização ou até mesmo declínio da área cultivada. No Oeste Catarinense o cultivo de lavouras anuais está sendo substituído, em muitas propriedades, por pastagens para a pecuária leiteira.

Nas últimas quatro safras a área cultivada com milho reduziu continuamente ano a ano, tendo caído de 848.600ha na safra 2002/03 para 705.000ha na safra 2006/07 (redução de cerca de 17%). Permanecem na atividade os produtores maiores, fato que explica o aumento da produtividade e do volume produzido.

Este processo poderá, eventualmente, ser mais lento caso o preço relativo do milho aumente em decorrência da utilização de parte da safra para a produção de biocombustíveis (o que poderia dar alguma sobrevida aos pequenos produtores de grãos em Santa Catarina, mas não lhes devolverá competitividade).

Há praticamente um consenso quanto à perda de competitividade da agricultura catarinense na produção de grãos. Além do aumento da produção graneleira estar se expandindo para o Centro-Oeste e Norte do País, regiões com grandes propriedades e topografia mais favoráveis, a atual política cambial faz com que o milho importado do Paraguai fique mais barato que o preço pago para os produtores catarinenses. As regiões catarinenses com pequenas propriedades tendem a abandonar a produção de grãos.

⁴ Santa Catarina tem deferimento de ICMS, enquanto que compras feitas do Rio Grande do Sul e do Paraná pagam imposto. Dentro de Santa Catarina paga-se 7% de ICMS e 12% para venda interestadual. No Paraná a venda interestadual paga só 7% esta diferença de 5% é considerada muito grande pelos empresários.

3.2 Carnes

Embora Santa Catarina seja um Estado precursor e líder da avicultura industrial no País, vem perdendo participação relativa tanto na produção como na exportação de carne de aves, em relação aos demais Estados. Apesar disso, amplia-se no Estado a importância da produção com maior valor agregado, tanto na cadeia produtiva de aves como na de suínos, sobretudo voltada às exportações.

Na ótica de dirigentes das grandes e médias agroindústrias, o mercado mundial de carnes será crescente na próxima década e será preciso zelar pela manutenção da competitividade dos produtores e do agronegócio nacionais. Consideram que tanto os empresários quanto os governos (estadual e federal) devem focar com especial atenção o mercado asiático, que apresenta perspectivas de grande expansão.

Por razões de segurança alimentar (redução de riscos sanitários) há uma tendência, no comércio internacional, de crescimento relativo da demanda de carne termoprocessada. Neste sentido, o Brasil poderia gerar muito mais renda se ampliasse a pauta de exportação de produtos prontos, com maior valor agregado.

Dirigentes cooperativos ponderam, por sua vez, que dificilmente Santa Catarina conseguirá retomar o mercado russo de carne suína, no patamar alcançado no passado, porque a Rússia está realizando importantes investimentos na produção de frangos e suínos, com vistas a atingir a auto-suficiência na produção de carne suína (embora continue dependente da importação de grãos e proteínas). A busca de mercados alternativos para a carne suína é por eles considerada vital para o desenvolvimento desta cadeia produtiva.

Na opinião de alguns empresários, a Rússia deverá aumentar sua produção nos próximos 10 anos, mas não representará uma grande ameaça à produção brasileira, pois a demanda suína no mercado mundial deverá crescer muito. Há a considerar ainda que os custos de produção no Brasil tendem a permanecer inferiores aos da quase totalidade dos países produtores.

O crescimento econômico da China e da Índia também é visto como fato que deve criar boas oportunidades de expansão das exportações brasileiras da área de carnes (especialmente frango).

3.3 Laticínios

É opinião corrente entre os dirigentes dos principais laticínios catarinenses que o Brasil deve se tornar um dos grandes produtores mundiais de leite, devendo alcançar a terceira posição até 2015 (atualmente o Brasil é o sexto produtor mundial). Empresários estimam entre 3% e 5% ao ano o crescimento do mercado brasileiro de laticínios.

A produção deve se deslocar para as regiões de agricultura familiar e a principal bacia leiteira deverá se formar no Sul do País (Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná), onde a predominância de agricultores familiares, com elevado grau de profissionalização, e as condições de clima e solo são favoráveis à produção de “leite a pasto”⁵ e à produção em escala.

Em Santa Catarina a produção de leite segue uma trajetória de crescimento sensível e continuada, bem acima da média nacional. A Região Oeste apresenta crescimento mais significativo.

Empresários do setor prevêem que o Brasil deve se tornar um grande exportador de leite em pó, leite condensado e queijo mozzarella. Diversas empresas estão planejando investimentos no setor.

O mercado mundial de produtos lácteos está evoluindo para produtos fracionados com atmosfera controlada (famílias menores requerem embalagens de menor tamanho) e para produtos com textura macia e sabores suaves, adocicados. Outra tendência é a de crescimento da demanda de produtos lácteos para uso como ingredientes de outros alimentos. Vem crescendo também o mercado de produtos mais elaborados destinados a consumidores jovens e produtos especiais para idosos.

Considera-se, por parte do segmento empresarial, que o consumo de leite UHT ou “longa vida” está no limite e a demanda deverá evoluir para o consumo de leite fresco microfiltrado, processo que assegura qualidade superior.

A exemplo do que ocorreu nas cadeias produtivas de aves e de suínos, haverá concentração de empresas e na produção de leite. Todavia, tendo em vista que a alimentação do rebanho é baseada em pastagens e as agroindústrias não controlam o material genético (como

⁵Sistema de produção em que a alimentação principal do rebanho é feita com pastagens.

ocorre, por exemplo, no setor de aves), esta concentração deverá ser de menor intensidade do que a que ocorreu no setor de carnes. Devido ao pequeno tamanho dos estabelecimentos rurais, o grau de concentração estará limitado à capacidade de lotação de suas pastagens e pelo número de animais que a família do produtor será capaz de manejar com a mão-de-obra familiar.

Os laticínios de médio porte, por sua vez, deverão enfrentar maiores dificuldades para se manterem competitivos e serão compelidos ao aumento de escala. Já as empresas de pequeno porte que apostarem na diferenciação de produtos e nos mercados locais deverão ter chances de se manter na atividade.

Dirigentes cooperativos, por sua vez, são de opinião que o mercado nacional de laticínios ficará na mão de grandes empresas e que dificilmente os pequenos laticínios conseguirão sobreviver. Os laticínios de médio porte, focados nos mercados locais e com menor custo de administração, deverão manter-se competitivos.

Empresários, assim como associações de produtores que operam pequenos laticínios para abastecer os mercados locais, manifestam visão muito positiva do mercado em médio prazo e ponderam que o processo de urbanização (sobretudo no Oeste Catarinense) está contribuindo para o crescimento do mercado para produtos regionais.

3.4 Maçã

Santa Catarina é responsável por aproximadamente 60% da produção nacional de maçãs, que são cultivadas por cerca de 1.500 produtores. No Estado estão situadas cerca de 20 empresas que processam e comercializam a maçã e seus produtos. As principais regiões produtoras são o Meio-Oeste e o Planalto Sul.

Entre as empresas de grande porte na área da maçã, dirigentes expressaram a opinião de que há excesso de oferta no mercado mundial, mas, ao mesmo tempo, há espaço para produtos de elevada qualidade, e que este fato abre boas perspectivas para a produção catarinense.

A grande maioria dos entrevistados considera que o mercado nacional está praticamente abastecido. A ampliação do consumo dependerá, portanto, de aumento do poder aquisitivo da população (o consumo *per capita* ainda pode crescer muito). Para a maçã orgânica,

a produção, realizada em Santa Catarina por pequena cooperativa, não é suficiente para atender a demanda.

Há projeções de que a produção mundial de maçãs em 2015 poderá ser da ordem de 72 milhões de toneladas e que a China seja responsável por cerca de 40% do total⁶.

A China poderá se tornar uma forte competidora internacional, em especial na variedade Fuji, o que constitui uma ameaça potencial à produção brasileira. Entretanto, dificilmente conseguirá concorrer com a maçã brasileira na Europa, devido ao sabor de seus frutos, que não agrada ao paladar do exigente consumidor europeu. Além do mais, devido ao aumento do poder aquisitivo da população chinesa, há uma tendência de absorção da produção de maçã no mercado interno.

A competição internacional na área da maçã deverá se dar principalmente pelas questões sanitárias e de qualidade dos frutos. Devido às crescentes exigências sanitárias, muitas empresas estão verticalizando a produção, com vistas a ter o pleno controle das condições de produção (evitando, em especial, riscos de resíduos de pesticidas nos frutos).

Para minimizar os efeitos da sazonalidade e da flutuação de preços no mercado interno e também para compensar as perdas devidas à política cambial, empreendedores vêm implementando estratégias de diversificação, investindo em novos produtos (kivi, uva para vinho e mesa, ameixas, framboesa, mirtilo) e na industrialização de frutas (sucos, passas, geléias, destilados, etc.).

3.5 Banana

Em Santa Catarina, a cultura é desenvolvida em pequenas propriedades rurais, envolvendo cerca de 20 mil produtores, responsáveis pela grande maioria das exportações brasileiras e pelo abastecimento de boa parte do mercado nacional. A aposta dos produtores catarinenses está na melhoria da qualidade da banana.

⁶Dados da Japan Fruit Foundation, fornecidos por uma das empresas entrevistadas.

Com o maior uso da tecnologia, principalmente de pós-colheita, a qualidade e a apresentação da banana brasileira vem melhorando nos últimos anos. Isso possibilitará aumentar a participação do Brasil nas exportações da fruta.

Segundo dirigente de organização de produtores, os maiores importadores da banana catarinense são a Argentina e o Uruguai, que também são mercados disputados pelo Equador e, mais recentemente, pela Bolívia. Já o mercado europeu segundo o mesmo dirigente apresenta maiores dificuldades de ser acessado, já que protege a produção provinda de suas ex-colônias. Outra disputa enfrentada pela produção catarinense no mercado europeu é com a fruta produzida no Nordeste brasileiro, já que o frete favorece aos produtores nordestinos. Além disso, a Europa tem exigido a certificação de produção integrada de banana.

A tendência, contudo, é de que o volume das exportações aumente, já que está em curso um processo de implantação da produção integrada no Litoral Norte de Santa Catarina. As ações que estão sendo implementadas, em diversas áreas, incluem também a construção de casas de embalagens com tratamento adequado de pós-colheita.

3.6 Uva e pequenas frutas

A produção das pequenas frutas, como são conhecidas as framboesas, o mirtilo, o morango, a amora, é de desenvolvimento recente em Santa Catarina, muito embora seu cultivo, de forma esparsa, já ocorra anteriormente.

O desenvolvimento destes cultivos em escala comercial constitui resposta ao importante crescimento da demanda, que por sua vez decorre da mudança de hábitos dos consumidores. Em Santa Catarina existem atualmente investimentos em diversos projetos agroindustriais para processamento de pequenas frutas e uvas (Meio-Oeste Catarinense e Planalto Serrano), alguns objetivando conquistar mercados asiáticos de sucos naturais.

Há igualmente uma importante demanda dos pequenos frutos tanto para a produção de liofilizados como sob a forma de polpas concentradas (estas para utilização como sucos ou componentes de

outros alimentos). Esta demanda está sendo gerada por agroindústrias já implantadas no Estado e também por novos investimentos em andamento.

Na vitivinicultura, não obstante os esforços para melhoria da qualidade da uva e dos vinhos nacionais, o Brasil vem sofrendo forte concorrência da Argentina e do Chile, cuja participação no mercado brasileiro de vinhos (em volumes) passou de 11% em 2001 para cerca de 34% em 2005 (Vilela & Araújo, 2006), enquanto a participação do vinho nacional caiu de 47% para 41% no mesmo período. Constitui exceção, entre os vinhos nacionais, a comercialização de espumantes, que no mesmo período cresceu 122% nos de tipo Moscatel e 41,3% entre os tipos Brut e Demi-Sec.

A atual política cambial, aliada à elevada tributação incidente sobre a produção de vinhos (muito superior às tarifas aplicadas pela Argentina e Chile) e a isenções concedidas para os países do Mercosul, são os principais fatores para a perda de competitividade da produção nacional.

Em Santa Catarina, a implantação de vinhedos para produção de vinhos de altitude de grande qualidade está pressionando alguns tradicionais empreendedores a melhorar a qualidade de seus produtos para se manter competitivos. Alguns empresários manifestaram preocupação com o futuro dos vinhos catarinenses, na medida em que nos últimos anos houve um gigantesco esforço para a melhoria da qualidade e para superação da fama de produção de vinhos de má qualidade. Receiam que estratégias equivocadas de algumas vinícolas possam “colocar em risco o que a duras penas foi conquistado” e prejudicar as novas regiões de vinhos finos.

Segundo um dos entrevistados desta cadeia produtiva, há ainda um enorme potencial de crescimento do mercado catarinense de vinhos a ser conquistado, na medida em que a produção estadual equivale a apenas meia garrafa de vinho por habitante.

Devido aos elevados custos de distribuição e comercialização (que podem chegar a 30% do valor do produto), algumas vinícolas de pequeno e médio portes estão optando pela comercialização direta ao consumidor (onde o turismo rural assume grande importância) e focando no mercado local e regional.

3.7 Cebola

A produção brasileira de cebola atualmente projetada pelo IBGE, para a campanha correspondente ao ano agrícola 2006/07, está avaliada em aproximadamente 1.302,3 mil toneladas do bulbo.

Com a produção de cerca de 430 mil toneladas, Santa Catarina ocupa a primeira colocação entre os Estados produtores do bulbo. Segundo empresários entrevistados, a produção local, contudo, carece de uma maior organização e profissionalização dos produtores, os quais ainda se mostram extremamente individualistas e desorganizados especialmente nos aspectos relacionados ao planejamento da produção e da comercialização. Estes fatores poderão determinar perdas de espaço no mercado interno e dificuldades de acesso a potenciais mercados externos, haja vista que o período de produção local é coincidente com o período de entressafra dos Estados Unidos e dos países europeus.

A produção catarinense poderá, no entanto, registrar aumentos decorrentes do incremento da área cultivada por produtor e ainda pela melhoria da produtividade e, principalmente, caso haja continuidade aos esforços de pesquisa e de difusão de novas tecnologias produtivas.

A produção estadual de cebolas deverá continuar concentrada nas tradicionais regiões produtoras do Alto Vale do Itajaí – não obstante a perspectiva de diminuição do atual número de produtores envolvidos na atividade –, não se descartando, todavia, um aumento da oferta das regiões produtoras do Meio-Oeste e do Planalto Norte Catarinense.

3.8 Produtos orgânicos

O mercado de produtos orgânicos vem crescendo fortemente em todo o mundo. As vendas globais de produtos orgânicos somaram cerca de US\$ 30 bilhões em 2004, representando um aumento de 42,8% sobre o movimento em 2001.

As estatísticas sobre a produção orgânica são ainda muito precárias e, por vezes, contraditórias. Estima-se que o mercado de produtos orgânicos certificados no Brasil tenha sido da ordem de 200 milhões de dólares em 2003 (Willer & Minau, 2004). De acordo com o

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa –, apenas os supermercados do Estado de São Paulo vendem, mensalmente, cerca de R\$ 60 milhões em produtos orgânicos (principalmente frutas, verduras e legumes) (Vilela & Araújo, 2006).

Em Santa Catarina pequenas cooperativas de agricultores familiares estão produzindo grãos orgânicos destinados a lojas de produtos naturais nos mercados de São Paulo, Porto Alegre e Florianópolis. Entretanto, falta-lhes ampliar o leque de produtos e produzir maiores quantidades, já que a demanda vem superando a capacidade de produção.

Entre os produtos orgânicos para os quais existe importante demanda não satisfeita destacam-se ainda: morango, acerola (que em Santa Catarina apresenta teor de vitamina C superior à obtida no Nordeste), tangerina, maçã, banana, laranja e uma ampla variedade de hortaliças.

3.9 Ervas medicinais e ervas para chás

O volume de negócios no mercado mundial de plantas medicinais é estimado em US\$ 22 bilhões. O Brasil ainda carece de levantamentos estatísticos mais acurados da produção e produtos derivados na área de plantas medicinais, mas estimativas da Associação Brasileira da Indústria Fitoterápica – Abifito – indicam que o setor fitoterápico movimenta anualmente R\$ 1 bilhão em toda sua cadeia produtiva (Marchese et al., 2004).

O mercado nacional de chás e de plantas nutracêuticas está em crescimento, havendo demanda para chás (sene, verde, tanchagem, quebra-pedra, camomila, calêndula, ibiscus, anis estrelado, boldo, funcho e endro). Existe igualmente importante demanda de frutas desidratadas ou polpa de frutas, como maçã, abacaxi, pêssego, laranja, maracujá, morango, além de olerícolas como beterraba, entre outras. O desafio das agroindústrias, todavia, é obter produção organizada na quantidade e qualidade necessárias, com fornecimento regular.

Há também indicativos apontados de ampliação do mercado de fitoterápicos e plantas medicinais. A perspectiva de o setor público fornecer esses produtos no sistema público de saúde é vista como favorável para o desenvolvimento do segmento.

3.10 Flores e plantas ornamentais

Estima-se que o mercado nacional movimente entre US\$ 750 a US\$ 800 milhões anualmente (Vilela & Araújo, 2006). Em termos de faturamento, as flores em vaso representam 50% da movimentação, as flores de corte 40% e as plantas verdes 10% (não inclusas as palmeiras, árvores e arbustos para paisagismo). O mercado mundial de flores e plantas ornamentais é avaliado em 75 bilhões de euros anuais. O fluxo no comércio internacional é avaliado como sendo da ordem de US\$ 9 bilhões e está concentrado na Holanda, Colômbia, Itália, Dinamarca, Bélgica, Quênia, Zimbábue, Costa Rica, Equador, Austrália, Malásia, Tailândia, Israel e Estados Unidos (Havaí). (Vilela & Araújo, 2006). As exportações brasileiras em 2006 foram da ordem de US\$ 30 milhões⁷.

As flores e plantas ornamentais produzidas em Santa Catarina vêm ganhando notoriedade no mercado por sua qualidade e pela seriedade nos negócios. Parte dos produtores está organizada em torno do Mercaflor de Joinville, onde são comercializados cerca de 320 espécies e 640 produtos (derivados das 320 espécies). Mas o forte da produção e comercialização se concentra em cerca de 15 produtos, predominando plantas ornamentais. Os empresários entrevistados são de opinião que há ainda um enorme espaço para novos produtos e para novos mercados a serem explorados. Na Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais do Mapa, considera-se que o consumo potencial seria equivalente ao dobro do atual, desde que superadas restrições de ordem econômica (poder aquisitivo) e de ordem cultural (concentração da demanda em datas festivas), entre outras.

O setor chegou a crescer entre 15% e 20% ao ano nos últimos 20 anos e mais recentemente vem crescendo na faixa de 7% a 10% ao ano. Devido ao surgimento de novos produtores os preços estão estabilizados com tendência de queda.

⁷ Levantamento realizado pelo engenheiro agrônomo Antônio Hélio Junqueira e pela economista Márcia Peetz, diretores da Hórtica Consultoria e Treinamento de São Paulo. Netcomex. Internet: http://www.netcomex.com.br/noticias.asp?idtipo_noticia=1&id_secao=11&id_noticia=4788. Acesso em 1/2/2007

Os empresários do setor vêm desenvolvendo esforços para organizar a cadeia produtiva com vistas a planejar a produção, agregar renda e ampliar mercados. A desarticulação dos produtores é vista pelos principais empreendedores como fator de risco (eventuais superproduções acompanhadas de aviltamento de preços e quebra de empresas). Consideram que em 5 anos poderá haver uma superoferta se o governo não facilitar as exportações, reduzindo a burocracia⁸.

O desenvolvimento do setor deverá depender, de forma crescente, da capacidade de reduzir custos, de melhorar a qualidade e de aperfeiçoar a logística de distribuição.

A amplitude geográfica do mercado de flores e plantas ornamentais é limitada por dois fatores principais: adequação da infraestrutura logística e distância econômica dos mercados (o custo do frete em relação ao valor da carga, que cria uma distância máxima a partir da qual não é econômico vender). Destarte, o principal mercado para os produtores catarinenses situa-se num arco de cerca de mil quilômetros de raio (eixo Buenos Aires-Brasília). Este problema de logística na distribuição, na opinião dos empresários, deve ser levado em consideração no fomento da produção.

Além da distância econômica, outro fator que limita as possibilidades de alcançar o mercado externo está na atual política cambial, com a sobrevalorização do real. Na opinião dos entrevistados, Santa Catarina não é competitiva no mercado externo e o grande futuro está no mercado interno. À medida que o mercado interno se desenvolver, a produção individual dos produtores empreendedores não será suficiente e a tendência deverá ser a formação de parcerias através de subcontratação de produtores menos articulados. Prevêem que o mercado tende a se concentrar.

3.11 Pescados e moluscos

Milhares de tipos de peixes e frutos do mar são comercializados internacionalmente. Relatórios da Organização das Nações Unidas

⁸Segundo os entrevistados, a burocracia para exportar é um impeditivo muito grande ao desenvolvimento do mercado. Para encaminhar um processo de exportação no Brasil, leva-se 28 dias, enquanto que na Costa Rica este processo pode ser realizado através da internet num prazo máximo de 4 horas.

para Alimentação e Agricultura – FAO – indicam que, nos últimos anos, o comércio pesqueiro internacional ultrapassou a cifra de US\$ 50 bilhões ao ano e está próximo de atingir US\$ 55 bilhões anuais. Segundo a FAO, cerca de um terço da produção global de peixes e frutos do mar vai para o comércio internacional (Leblanc, 2003). No Brasil há uma tendência de aumentar o consumo *per capita* de pescados, por ser um produto natural e com baixas calorias.

3.11.1 Pescados de água doce

A produtividade da espécie “catfish” em Santa Catarina é superior à obtida nos Estados Unidos: 7 toneladas por hectare, contra 4 toneladas. A maior parte da produção de “catfish” produzida em Santa Catarina é exportada para os Estados Unidos, onde o consumo desta espécie supera as 300 mil toneladas por ano.

Na opinião dos empreendedores, a produção de “catfish” deve dobrar nos 5 próximos anos, mantido o mesmo nível de câmbio vigente. A comercialização de peixe fresco e o desenvolvimento de embalagens e da apresentação do produto são considerados importantes diferenciais de mercado.

3.11.2 Maricultura (ostras, mexilhões, vieira, camarões)

Santa Catarina produz cerca de 1.500 toneladas de ostras (o que equivale a apenas 1% da produção francesa). A França, em área equivalente à de Santa Catarina, produz 150 mil toneladas. Enquanto no Chile são necessários 24 meses para produzir ostras, em Santa Catarina condições mais favoráveis permitem produzi-las com 6 a 8 meses. Esses dados são ilustrativos do potencial de expansão da produção catarinense.

O consumo interno de ostras, sem esforço de venda, estaria próximo do limite. Todavia, os empreendedores consideram que o potencial de mercado ainda é muito grande. Com investimentos em marketing, considera-se que é possível atingir a classe B (bem mais numerosa), que ainda não conhece o produto e tem certos preconceitos quanto à segurança alimentar dos moluscos. A expansão do

mercado teria que ser feita inicialmente com produtos industrializados e, numa segunda etapa, com produtos *in natura*. O mercado de vivos no Brasil ainda pode ser ampliado em muito.

Há também um grande potencial no mercado externo, que é comprador (especialmente a China, a Europa e os Estados Unidos). O maior obstáculo à exportação de moluscos, entretanto, decorre da inexistência de um programa nacional de sanidade de moluscos para efetuar o controle da produção e do ambiente de produção. Os produtores brasileiros que estão adotando sistemas de controle de qualidade não podem utilizar os laudos de qualidade obtidos porque estes não têm validade para exportação.

Produtores de moluscos consideram que a tecnologia utilizada em Santa Catarina é boa e apropriada às condições locais. “Não há nada a copiar da França ou de outros países”, afirmou um entrevistado. “O que precisa melhorar é o modelo de organização da cadeia produtiva, principalmente no que diz respeito ao papel do governo (regulamentação, apoio, monitoramento do ambiente, controle da qualidade da água, etc.). Há muito que fazer, entretanto, em termos de desenvolvimento do produto.”

A ampliação do mercado, na visão dos empreendedores, exige vultosos investimentos em marketing (fora do alcance dos empresários), o que implicaria dispor de linha de crédito com juros e prazos compatíveis (o crédito é considerado fator de restrição à competitividade desta cadeia produtiva).

3.11.3 Pesca marítima

O Brasil é hoje o 27º produtor mundial de pescados, atrás de países como Chile, Peru e Argentina. A produção extrativa costeira é da ordem de 420 mil toneladas e a oceânica 51 mil toneladas (Brasil, 2007).

O consumo de pescado no Brasil é de cerca de 7kg/hab./ano (metade da média mundial). Tem havido aumento substancial das exportações de pescados nos últimos anos. Em 2004, segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio organizados pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP –, o Brasil exportou US\$

436,3 milhões, contra US\$ 238,9 milhões em 2000, passando a superar o déficit que até então era importado (Diegues, 2006).

Ressalte-se que a participação brasileira no mercado internacional de pescados é muito baixa em relação ao seu potencial. As exportações mundiais de pescados representam um mercado de cerca de US\$ 55 bilhões anuais (Brasil, 2007).

A indústria catarinense de pescados enfrenta hoje forte concorrência da Argentina, especialmente com o filé de merluza. Tendo em vista os incentivos à pesca no país vizinho (que tem política de incentivo à pesca, com crédito barato, subsídio a combustíveis, entre outros), o filé de merluza importado da Argentina determina o preço do peixe no Brasil, tirando a competitividade da indústria nacional. Este fato é agravado pela atual política cambial, que afeta as exportações e favorece os países concorrentes.

3.12 Produtos de base florestal

3.12.1 Erva-mate

O mercado de erva-mate está estabilizando, com crescimento muito pequeno, em especial o de consumo interno. As empresas catarinenses sofrem forte concorrência do Uruguai e da Argentina. Um mercado potencial para a erva-mate e derivados é a Europa, hoje abastecida pela Argentina. O Brasil não é conhecido na Europa como produtor da erva, apesar de ser o maior produtor mundial. Empresários do setor consideram necessário um programa de promoção e valorização da erva-mate nacional para que haja aumento do consumo e ampliação do mercado para a erva catarinense. Acreditam, portanto, que somente a exportação aumentaria a demanda.

Empresas e cooperativas ervateiras do Planalto Norte, que beneficiam erva-mate nativa (algumas em processos artesanais), informam que a demanda por este tipo de produto vem aumentando enquanto que há crescente dificuldade para obter a matéria-prima. Os ervais nativos estão se acabando devido ao avanço dos reflorestamentos com essências exóticas e também devido à pecuária. As colheitas fora de época (induzidas por algumas empresas ervateiras)

são outro fator de perda de vigor dos ervais nativos e de queda na qualidade.

A existência de ervateiras clandestinas, que fazem concorrência desleal, bem como a prática de fraudes com adição de açúcar acima do permitido pela legislação, constituem outra preocupação das empresas.

O Uruguai é um importante mercado para a erva-mate nativa. Há também crescente demanda para erva-mate orgânica.

3.12.2 Eucalipto e pínus

Santa Catarina tem posição de destaque na produção e exportação brasileira de móveis de madeira, papéis e embalagens que utilizam a madeira de pínus como matéria-prima. O setor de base florestal catarinense tem tido uma importância histórica na economia estadual, participando de forma crescente nos últimos anos da pauta das exportações do Estado.

O mercado de produtos florestais é visto pelo setor empresarial catarinense como em grande expansão, tanto no mercado internacional como no mercado interno.

A expectativa de um dirigente de uma grande empresa é que o consumo mundial de papel deverá crescer acima do crescimento populacional, apesar das novas tecnologias e da reciclagem, assumindo novas funções (embalagens, materiais impressos, etc.). “O desenvolvimento eleva significativamente o consumo de papel”, resume o empresário.

A necessidade de cumprimento da legislação ambiental, cada vez mais restritiva ao uso das terras, e as recentes restrições legais à supressão de vegetação nativa contribuem, na opinião do empresariado do setor florestal, para limitar a expansão das áreas de plantios de pínus e eucalipto no Estado.

A pouca disponibilidade de novas áreas em Santa Catarina para a expansão da base florestal é apontada como limitante ao crescimento do setor. Na opinião de outro empresário do setor, os preços das terras, que têm se mostrado crescentes nos últimos anos, deverão regular a expansão dos reflorestamentos empresariais no Esta-

do. Uma elevação substancial nos níveis atuais dos custos da terra comprometeria a rentabilidade dos plantios nestas áreas.

A maneira encontrada pelas empresas para compensar as limitações ao aumento dos plantios florestais próprios tem sido melhorar o aproveitamento e a produtividade florestal e intensificar a desverticalização no fornecimento da madeira, via fomento empresarial e para plantios independentes. As maiores empresas e os governos federal e estadual vem incentivando e fomentando os agricultores a implantarem florestas comerciais em suas propriedades.

A tendência apontada é de que a produção florestal tende a ganhar maior importância econômica em muitas propriedades agrícolas de Santa Catarina, constituindo-se em importante fonte de fornecimento de madeira para a indústria florestal catarinense.

A expectativa dos empresários entrevistados é de que, superadas as dificuldades do câmbio valorizado, Santa Catarina se mantenha competitiva no mercado internacional de produtos florestais e sustente a importância do setor na economia estadual.

3.13 Fumo

A demanda mundial de fumo depende da renda, do tamanho da população mundial e do hábito de fumar nos diferentes países. Nas duas últimas décadas, muitos países, inclusive o Brasil, implementaram, com relativo sucesso, políticas para controlar e reduzir o hábito de fumar. Isto teve grande peso para que um grande número de países aprovasse a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. Esta convenção foi aprovada no âmbito da Organização Mundial da Saúde – OMS – e, entre os seus objetivos, há dois que se destacam:

- reduzir a demanda por tabaco: aplicação de políticas tributárias e de preços; proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em ambientes fechados; desenvolvimento de programas de educação e conscientização sobre os malefícios do tabagismo; proibição da publicidade, promoção e patrocínio; implementação de programas de tratamento da dependência da nicotina;
- reduzir a oferta de produtos do tabaco: eliminação do contrabando; restrição ao acesso dos jovens ao tabaco; substituição da

cultura do tabaco; restrição ao apoio e aos subsídios relativos à produção e à manufatura de tabaco.

Embora a experiência de alguns países mostre que a adoção de medidas como estas apresentam resultados importantes, considera-se que ações previstas na Convenção-Quadro só repercutam sobre a demanda mundial de tabaco num prazo bastante longo. Isso se deve a fatores, como: a diferença de disposição dos países em implementar as medidas; a necessidade de alocar pesados recursos financeiros para muitas ações; o poder que as indústrias do tabaco têm em vários países; a falta de credibilidade das ações governamentais entre as populações; as mudanças e descontinuidades das ações governamentais, entre outros aspectos.

Para os próximos anos, a expectativa é de que o cenário mundial para o setor fumageiro não seja muito diferente do verificado nos últimos anos. Ou seja, em função do crescimento da população mundial, do aumento da urbanização populacional e da melhoria da renda média de alguns países, ainda se espera aumento da demanda mundial de tabaco, mesmo com redução na demanda de vários dos países chamados desenvolvidos.

Portanto, a expectativa é de que as exportações mundiais continuem em expansão e alguns dos grandes produtores mundiais de fumo ampliem a sua participação no mercado internacional.

A exemplo do que ocorreu nos últimos anos, quando aumentou substancialmente as suas exportações de fumo, o Brasil é um dos países que melhor deve aproveitar esta esperada ampliação do comércio internacional de tabaco. A expectativa é de que o Brasil, que atualmente é o maior exportador e responde por cerca de 25% das exportações mundiais de fumo em folha, amplie ainda mais a sua participação no mercado mundial.

Assim, até o ano de 2015, a fumicultura de Santa Catarina não deve passar por grandes dificuldades. A produção estadual pode até passar por alguma expansão, decorrente de um provável crescimento da participação brasileira no mercado internacional, de um maior controle da entrada de cigarro clandestino no mercado interno, da melhoria da logística de comercialização e de exportação e da melhoria

de competitividade dos sistemas de produção do Sul do Brasil em relação aos de outros produtores mundiais.

É oportuno observar que a competitividade do setor fumageiro da Região Sul do Brasil é tão vantajosa em relação à de outros produtores mundiais, que, mesmo num eventual cenário de redução do consumo mundial, a tendência é de o Brasil continuar expandindo a sua participação no mercado mundial.

4 Perspectivas das principais variáveis pesquisadas

A partir do conceito da competitividade sistêmica, desenvolvido pelo Instituto Alemão do Desenvolvimento, buscou-se captar a percepção dos entrevistados acerca do comportamento de variáveis consideradas fundamentais na dinâmica de construção do futuro do sistema agroalimentar e do espaço rural e pesqueiro catarinenses.

Apresenta-se a seguir a sistematização da percepção dos entrevistados para as seguintes variáveis: A segurança sanitária dos alimentos e o comportamento dos consumidores; Políticas públicas e a regulação da agricultura e do espaço rural e pesqueiro; Ciência, tecnologia e inovação; Logística: entraves e perspectivas; recursos naturais e meio ambiente e Ensino agrícola e capacitação profissional.

Cabe destacar que à época da pesquisa a campo os entrevistados estavam sob o efeito de uma conjuntura desfavorável para os preços agrícolas e o câmbio estava sobrevalorizado, fatores que poderiam induzir a um certo pessimismo. Também, o ambiente político e institucional ainda não passava pelos efeitos da divulgação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC.

De todas as formas, a abordagem traz um conjunto de reflexões sobre distintos temas dentro de cada variável e sobre a perspectiva de um conjunto diverso de atores. Essas contribuições certamente trazem elementos fundamentais para a construção do futuro.

4.1 A segurança sanitária dos alimentos e o comportamento dos consumidores⁹

As crises alimentares dos anos 90 modificaram os hábitos de consumo e colocaram, definitivamente, a segurança sanitária⁹ como variável estratégica no mercado de alimentos. Há, com isso, um senso amplamente difundido, entre empresários e lideranças de Santa Catarina, de que as exigências com a segurança dos alimentos serão crescentes e, portanto, a sanidade, tanto animal como vegetal, deverá ser tema central das estratégias empresariais no futuro.

Da mesma forma, a elevação dos padrões de consumo se faz acompanhar de sofisticação na demanda de alimentos e da segmentação deste mercado. Quanto à segmentação, entretanto, muitos entrevistados demonstraram ter pouca ou nenhuma percepção do tema.

No mercado internacional existe um forte aprimoramento dos sistemas de controle de qualidade, os quais se tornam cada vez mais exigentes. Na área de carnes, por exemplo, a presença de nitrofuranos, de cobre e de outros resíduos passou a ser detectada em partes por bilhão (anteriormente se lograva detectar apenas em partes por milhão), em decorrência de avanços nas tecnologias de análise.

Pode-se dizer que, salvo algumas exceções, a grande maioria dos entrevistados demonstrou estar já familiarizada com as questões de sanidade e segurança alimentar. Parcela significativa das empresas entrevistadas vêm desenvolvendo ações para a melhoria da qualidade de seus produtos, no monitoramento dos processos de obtenção de matéria-prima, no processamento na planta industrial e no sistema de transportes. Este esforço, entretanto, não é acompanhado, na mesma medida, pelos órgãos de fiscalização, cujos serviços são considerados deficientes. Falta também, por parte do governo, um trabalho de controle, de conscientização, de educação e de capacitação em segurança sanitária junto às agroindústrias, sobretudo as de médio e pequeno porte.

⁹ Aqui entendida como a preocupação com os riscos para a saúde dos consumidores (diz respeito, portanto, ao monitoramento das condições sanitárias dos rebanhos e dos cultivos, à higiene e sanidade dos alimentos e ao rastreamento dos processos e produtos utilizados na produção dos alimentos) e à transparência das informações.

A crescente exigência no controle de resíduos nos alimentos está modificando as relações entre produtores e agroindústrias e a forma de comercialização dos alimentos. A preocupação dos empresários com esta temática fica evidenciada com a afirmação de um dos entrevistados de que “não há assistência técnica de qualidade para tecnologias avançadas”.

Na área de carnes, a tendência apontada é de aumentar o consumo de carnes industrializadas (pré-cozidos, etc.), para evitar riscos de propagação de doenças. Na área de frutas, como o controle de resíduos é difícil de realizar em pomares independentes, a verticalização da produção constitui a forma de garantir o controle total do processo de produção e de evitar “surpresas” nas exportações, o que acaba por excluir produtores do processo produtivo. Há queixas de que os resíduos de fungicidas (Sigatoka-negra) nas bananas dificultam a exportação para a Europa. Na área de maçã, empresas do Planalto Sul estão implementando a produção integrada e conceitos como os da Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC – como forma de ter acesso ao mercado europeu.

Também, a rastreabilidade, a certificação e outras exigências internacionais tendem a ser mais rigorosas e disseminadas na produção de alimentos. Mas o argumento de segurança sanitária, muitas vezes, na percepção de alguns entrevistados, é utilizado como barreira comercial¹⁰. No setor cooperativo, houve manifestações considerando que as exigências de segurança dos alimentos e rastreabilidade estariam sendo utilizadas pelas agroindústrias para justificar a compartimentalização¹¹ da produção de suínos e aves, medida que fragiliza a estratégia de diversificação das propriedades rurais adotada pelas cooperativas.

¹⁰ Tem sido observado, por exemplo, no setor de frutas e também na suinocultura, que as exigências dos importadores diminuem (afrouxamento dos requisitos) ou aumentam, conforme as necessidades no mercado internacional.

¹¹ Segundo a Agência Safras e Mercados, a compartimentalização é um conceito novo da Organização Mundial de Saúde Animal – OIE –, que implica num trabalho integrado entre uma granja ou empresa, em que estejam envolvidas fábrica de ração, abatedouros, granjas de matrizes, material genético e as granjas de produção de frango. As empresas estão procurando se estabelecer em locais ou em Estados onde fiquem mais isoladas e tenham controle total sobre a biossegurança no sistema de produção, para evitar contato com vírus, caso o Estado ou o país seja contaminado.

A preocupação com questões sanitárias leva a empresa do setor de carnes a adotar estratégia de planejar nova planta industrial em Estado vizinho, como forma de prevenir-se diante de qualquer restrição às exportações do Estado.

As exigências da inspeção sanitária são, no entanto, custosas aos pequenos produtores. São vistas como empecilhos para o desenvolvimento desses segmentos e a inspeção municipal, como distante da realidade dos micro e pequenos empresários. Segundo relato obtido em uma cooperativa de pequenos produtores do Vale do Itajaí, “a vigilância sanitária é desorganizada, incoerente e é um empecilho à agregação de valor, sendo que às vezes é necessário fazer e depois desfazer coisas por orientação errada dos técnicos”.

Na cadeia produtiva da maçã, considera-se que falta fiscalização quanto a resíduos no produto e quanto à proteção dos trabalhadores. Faltam também laboratórios oficiais para análise de resíduos. Outro aspecto levantado diz respeito aos controles de fronteira, onde a entrada de maçãs argentinas via contrabando¹², põe em risco a sanidade dos pomares nacionais e abre portas para a entrada de pragas e doenças inexistentes no Brasil.

Na percepção de vários empresários e representantes de pequenos produtores entrevistados, a crescente rejeição ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos levará ao crescimento do mercado de produtos orgânicos.

Depoimentos convergem também para o fato de que as empresas brasileiras precisam melhorar a qualidade e a diversidade de seus produtos. Por isso, investimentos na qualidade da produção e dos processos (em especial na higiene) deverão crescer.

Entrevistados alegam, ainda, que o Mapa não fiscaliza adequadamente a comercialização de maçãs¹³ em caixas abertas nas Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. – Ceasa – (consideradas fontes de contaminações de maçãs sadias, comercializadas em caixas de papelão fechadas). Críticas também

¹² Fato que estaria ocorrendo nas fronteiras do Paraná.

¹³ Outro fato, segundo entrevistados, seria o envio ao mercado de maçãs da variedade Fuji Suprema ainda verdes por operadores inescrupulosos, prejudicando o esforço dos que zelam pela qualidade e afetando negativamente o nível de preços, sem que haja qualquer fiscalização por parte do Mapa.

foram feitas sobre a forma de fiscalização das fronteiras de Santa Catarina (produtos animais), que na prática não estaria funcionando porque poucos carros são vistoriados¹⁴. A regionalização do Mapa foi considerada como passo importante para a competitividade da agroindústria da carne.

Entre as grandes empresas, há entrevistados que consideram que os serviços do sistema sanitário são precários (a forma de fiscalização nas fronteiras é frágil, faltam controles mais rígidos de estoque e de movimentação de animais e faltam equipamentos e pessoal).

Outro aspecto levantado com frequência na pesquisa diz respeito à falta de critérios uniformes nos serviços de inspeção (em especial do Serviço de Inspeção Estadual – SIE). Os níveis de exigência variam de um município a outro, segundo o “tamanho” do empreendimento e até mesmo de técnico para técnico¹⁵.

A existência de empreendimentos clandestinos e a concorrência desleal que estes praticam foi outra preocupação levantada por diversos entrevistados. Este aspecto prejudica em especial as pequenas empresas e as agroindústrias rurais que estão legalmente estabelecidas.

Na área de laticínios a preocupação é com a falta de laboratórios de análise nas regiões produtoras (a dependência de realizar análises em outros Estados torna o processo de controle de qualidade muito moroso e caro).

Na área de grãos, houve manifestação de preocupação com o surgimento de casos de resíduos de glifosato na soja transgênica, em níveis acima dos permitidos. Houve também ponderações de que, para assegurar o controle de qualidade da matéria-prima a ser utilizada na produção de carnes, dever-se-ia adotar princípios da produção integrada de grãos.

Na indústria ervateira, registrou-se que algumas empresas estariam adicionando açúcares em teores acima dos permitidos e/ou misturando ervas de baixa qualidade e outras ervas, praticando concorrência predatória, sem sofrer qualquer fiscalização.

¹⁴ Foi dado como exemplo o corredor sanitário de Irani, “que não estaria parando ninguém” e seria apenas um controle pró-forma.

¹⁵ Segundo um entrevistado, “às vezes é necessário fazer e depois desfazer investimentos, por orientação errada dos técnicos”.

Na cadeia produtiva da maricultura é necessário que o governo implante um programa nacional de sanidade de moluscos, para efetuar o controle da produção e do ambiente de produção. A inexistência do programa constitui hoje o maior obstáculo à exportação de moluscos pelo Brasil. Os produtores que estão adotando sistemas de controle de qualidade não podem utilizar os laudos de qualidade obtidos porque estes não têm validade para exportação (os países importadores exigem laudos oficiais, emitidos pelo Governo Federal).

No limite, isso faz com que sejam colocados na mesma vala produtores que usam controles de qualidade com os que não se importam com a qualidade do que produzem.

Em função da ocupação desordenada do litoral, do aterramento das áreas úmidas (manguezais) e da poluição crescente das águas abrigadas do litoral – onde se localizam os criatórios –, os produtores vislumbram que em breve terão que efetuar a depuração dos moluscos em alto mar. Isso suscitará o surgimento de um novo setor, o das agroindústrias de depuração.

Na cadeia produtiva dos fitoterápicos, as dificuldades dizem respeito à legislação (que é a mesma dos medicamentos), a qual é considerada um obstáculo ao desenvolvimento destas agroindústrias¹⁶.

Diante destas tendências e preocupações, as grandes empresas catarinenses internalizaram conceitos de segurança como o da APPCC e o de rastreabilidade. Também análises de resíduos na carne são feitas via amostragens a cargo de certificadoras credenciadas. Esses conceitos ou a importância do tema estão bastante difundidos também entre as demais empresas de alimentos, de médio ou pequeno porte.

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – Suasa – é visto como fundamental para ajudar a viabilizar os pequenos produtores, segundo depoimentos coletados em uma associação de pequenos suinocultores.

¹⁶Segundo depoimentos colhidos, a Anvisa seria demasiado exigente (relativamente ao que ocorre em países desenvolvidos), o que estaria limitando muito o número de produtos nestas indústrias. Como exemplo, afirmam que a Anvisa classifica o revertrol presente no vinho como fitoterápico, o mesmo ocorrendo com a isoflavona da soja.

4.2 Políticas públicas e a regulação da agricultura e do espaço rural e pesqueiro

O presente item apresenta-se dividido em duas partes. Na primeira, apresenta-se um relato das manifestações acerca das políticas públicas que estão (ou deveriam estar) sendo implementadas no âmbito federal, estadual e municipal. Na segunda parte, faz-se um relato sobre a regulação da agricultura e do espaço rural e pesqueiro.

Observam-se nessa variável poucas manifestações portadoras de futuro já que os entrevistados foram mais críticos acerca das políticas atuais ou, então, sugeriram novas. De toda a forma, pode-se inferir que as preocupações presentes das lideranças de produtores e dos empresários em muito influenciarão nos desdobramentos futuros das políticas públicas.

4.2.1 As políticas públicas

As políticas públicas foram objeto de um conjunto diversificado de manifestações, abrangendo desde aspectos relacionados a sua situação atual, passando pela visão prospectiva, até a sugestão de ações públicas.

O serviço público de assistência técnica e extensão rural foi mencionado por grande parte dos entrevistados, o que evidencia a sua importância na percepção dos empreendedores da agricultura e do espaço rural.

Observa-se que, embora haja distintas percepções acerca da qualidade do serviço de assistência técnica e extensão rural, há um certo consenso sobre a insuficiência do mesmo perante a demanda existente. Esta carência pode ser exemplificada nas seguintes declarações “está faltando acompanhamento técnico para os agricultores familiares, o que vem aumentando sua dependência com a integração”, ou então, quando se argumenta que “é necessário retornar a figura do técnico do poder público como orientador”. Outro entrevistado afirma que a falta de assistência técnica pública na piscicultura estaria sendo suprida por consultorias privadas. Assim, muitas declarações evidenciam a carência de assistência técnica e confirmam a preocupação dos entrevistados com as suas conseqüências.

As manifestações sobre a qualidade do serviço público de assistência técnica prestado no Estado variam de acordo com a região e a categoria dos entrevistados. Há avaliações positivas como demonstram os exemplos a seguir: "o trabalho da Epagri é excelente e deve ser ampliado já que o produtor não consegue sozinho compreender a evolução do mercado, as questões da legislação, as oportunidades, etc." Outro entrevistado pondera que "os técnicos da Epagri dão segurança aos produtores".

Por outro lado, entrevistados criticam a atuação do serviço de assistência técnica. Representante de organização de pequenos produtores familiares afirma que "a assistência técnica tradicional do Estado não atende mais às necessidades das redes". Neste aspecto, outra organização de agricultores familiares afirma que "a Epagri monta as agroindústrias familiares e depois as abandona". Já um dirigente de pequeno abatedouro de suíno declara que "falta apoio e assistência técnica, em especial na gestão e administração da agroindústria".

Há ainda uma variedade de manifestações sobre as prioridades atuais da assistência técnica, o que de uma forma implícita propõe ações futuras. Entrevistados da Região Oeste afirmam que a assistência técnica e a pesquisa agropecuária estariam bastante acanhadas na atividade leiteira. Também há carência de esforço de pesquisa e extensão nos sistemas orgânicos de produção manifestada por entrevistados da maior parte das regiões. A gestão da tecnologia estaria mais sob responsabilidade dos produtores e suas organizações, devido à pouca atuação da pesquisa e extensão pública. Esta última avaliação refere-se à produção orgânica de frutas, verduras, grãos, leite e bioativas.

Dirigentes de organizações de pequenos produtores enfatizaram ainda a necessidade de ampliar a assistência técnica, dentro de um perfil diferenciado, que no seu entender deveria "estar ao lado do produtor". "As agropecuárias", entendem, "têm uma visão muito comercial e induzem ao aumento do uso de insumos e de custos". Segundo os dirigentes, os agricultores precisam de orientação em três segmentos: organização da produção, técnicas de cultivo e questões de mercado.

Ao mesmo tempo, há manifestações críticas quanto à forma de atuar da assistência técnica, em especial no que se refere ao Projeto

Microbacias. "A assistência técnica precisa ir além do Projeto Microbacias", no entender de uma organização de pequenos agricultores. "Os agricultores não estão conseguindo entender o espírito do Projeto Microbacias 2. As Associações de Desenvolvimento das Microbacias ficam isoladas nas comunidades. Falta instrumentalização dos facilitadores. O técnico não sabe o que tem que fazer", avalia dirigente de organização de agricultores familiares.

Outro alvo de manifestação dos entrevistados foi o relacionado com a qualidade dos alimentos. Na visão de boa parte dos atores, há uma atuação tímida do Estado e da assistência técnica no quesito qualidade dos alimentos. Estaria faltando uma atuação mais forte do serviço público de Ater no apoio aos produtores para melhorar a qualidade dos produtos. Especificamente, citou-se a necessidade de maior atenção à qualidade do leite, da maçã, das pequenas frutas, dos grãos, das plantas bioativas e da produção orgânica.

A gestão das políticas e empresas públicas também foi alvo de avaliação pelos entrevistados. Dirigente de organização de pequenos produtores afirma que "a descentralização do governo dificultou o acesso a ele (demandas não atendidas)" e que "a gestão da Epagri é muito centralizada, verticalizada, burocratizada e partidária, onde não há instrumentos de avaliação ou de controle dos resultados". Outro empresário, no entanto, afirma que "a descentralização foi benéfica, a qual, na pior das hipóteses, distribuiu melhor o empreguismo, já que os ex-governos levaram tudo para o litoral".

As prioridades de políticas públicas eleitas pelo Governo Estadual no tocante à agricultura e ao espaço rural também foram alvo de avaliação. Uma percepção presente em boa parte das regiões foi a de que o Governo e a Secretaria da Agricultura centralizariam políticas no setor de carnes (suína e de aves) e maçã. Neste aspecto, os entrevistados sugerem que as políticas sejam formuladas atendendo os interesses de todas as regiões e produtores do Estado.

Há ainda uma dissociação entre as políticas públicas das diferentes esferas do governo, que, aliada à descontinuidade administrativa, dificulta o desenvolvimento das empresas. Neste aspecto, um empresário afirma que o "Mapa é muito lento e burocrático, não conhece o que realmente é necessário. Com isto o Brasil dá armas a outros países porque é fraco em certos pontos".

Ao mesmo tempo há manifestações positivas sobre a atuação do Governo Federal no tocante ao apoio recebido pela agricultura familiar, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA –, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Dirigente de uma organização de agricultores familiares argumenta que “o Pronaf ajudou a agricultura familiar. Deveria aumentar as verbas para o caso das aquisições da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. As verbas para os territórios do MDA também ajudaram”.

A política pública de apoio aos agricultores e ao desenvolvimento do espaço rural precisa, na visão de um grande número de entrevistados, favorecer a diversificação produtiva, a organização dos produtores, a agregação de valor e a produção diferenciada. Isso poderia ocorrer a partir da retomada do plano de desenvolvimento estratégico da agricultura em suas diversas cadeias produtivas das diferentes regiões do Estado. Empresário entrevistado defende que o plano estratégico deveria ter divisão de responsabilidade entre governo, empresas, universidades e produtores e ficar ao abrigo da descontinuidade administrativa.

Diversas opiniões sugerem também a efetivação de um zoneamento ecológico econômico do Estado visando disciplinar o uso do espaço rural e potencializar o desenvolvimento das diversas atividades. Especificamente, foi enfatizada a necessidade do zoneamento para disciplinar a exploração florestal e permitir o desenvolvimento equilibrado do espaço rural, com proteção dos mananciais de água e demais recursos naturais.

A necessidade de intervenção do Estado no apoio aos pequenos produtores foi levantada por organizações de agricultores familiares, dirigentes de cooperativas e empresários. Segundo um empresário “Santa Catarina precisa urgentemente de um programa de apoio à agricultura, para sua reconversão, sob pena de perder suas agroindústrias para o Nordeste”. Um dirigente cooperativista sentencia “em 2015 a agricultura familiar será subsidiada (política de renda), entre outras razões, por questões de segurança de Estado”. Já em uma organização de agricultores se enfatiza a necessidade de uma política diferenciada para os pequenos agricultores. Nas palavras de um representante de organização de agricultores: “Subsidiar

a produção campesina. Fazer a reforma agrária. Ampliar a assistência técnica oficial (Estado e União). A agricultura campesina precisa de reforma agrária e subsídio”.

Há uma preocupação manifestada por diversos entrevistados com o processo de esvaziamento crescente do meio rural, com a dificuldade de sobrevivência dos pequenos produtores e com o êxodo rural, sobretudo dos jovens. Nesta perspectiva há um conjunto de sugestões para políticas públicas, como o incentivo à melhoria da infra-estrutura do meio rural, tornando-o atrativo para os produtores, especialmente os jovens. Esta ação deveria envolver uma forte parceria entre os governos federal, estadual e municipal.

Há uma defesa contundente da necessidade de uma maior participação dos municípios no apoio à agricultura e ao meio rural. “A prefeitura deveria ajudar o agricultor a melhorar sua propriedade, suas estradas internas, prover calcário e patrulha mecanizada”. “É preciso que haja políticas de subsídios para manter o produtor no meio rural para cuidar do espaço rural e da natureza” declara outro entrevistado.

O fortalecimento da agricultura e do espaço rural também foi defendido através da potencialização de novos empreendimentos no meio rural. Entrevistado afirma que “as empresas vão sair de Santa Catarina se não houver um projeto bem desenvolvido para a agricultura catarinense. Se não for feito algo rapidamente, ‘o bonde vai passar’ e as empresas não vão esperar.”

Com relação à política de crédito, existem diferenças nas posições manifestadas pelas grandes agroindústrias e pelas organizações dos agricultores familiares. Para a grande agroindústria o principal problema está nas altas taxas de juros e nos prazos curtos de amortização. Já para as organizações dos agricultores familiares, o problema central é o da dificuldade de acesso ao crédito, sobretudo para investimentos, que é muito burocrático e as exigências, em garantias, muito elevadas.

Já o segmento da agricultura familiar, que construiu suas próprias cooperativas de crédito, considera que o crédito está mais facilitado. Nas palavras dos agentes “não há dificuldade na obtenção de crédito. A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CreSol) proporciona o crédito”.

De forma diferente, outro entrevistado, ligado aos assentamentos, argumenta que o crédito do Pronaf não é adequado, já que é muito burocrático. “É mais para infra-estrutura e não no investimento em produção”, argumenta. Segundo ele, “falta crédito de custeio. A luta está em tornar a política de crédito mais eficiente”.

O segmento das grandes agroindústrias e grandes cooperativas manifestou preocupação com a política cambial, a alta taxa de juros dos financiamentos, os entraves burocráticos que dificultam a produção e a exportação. A sobrevalorização cambial estaria dificultando a inserção internacional de cadeias produtivas importantes, como a da maçã, a do leite, a da carne e a dos produtos pesqueiros.

A sugestão levantada em uma grande empresa aponta para a necessidade de um perfil mais longo para amortização e a diminuição das taxas de juros.

Em uma grande vinícola, aponta-se para a necessidade de criação de uma linha de crédito para investimento em equipamentos e para o desenvolvimento tecnológico, a exemplo do que ocorre com a linha do Pronaf Agroindústria.

Especificamente, um entrevistado sugere apoio de parte dos gestores do Banco do Brasil ao desenvolvimento da pequena agroindústria, acompanhamento de seu plano de expansão e a necessidade de crédito para o seu desenvolvimento. Outra sugestão apresentada foi a criação de linhas de crédito para apoiar a diversificação de culturas, como a produção de ervas medicinais, biotivas e produtos orgânicos.

4.2.2 Regulação da agricultura e do espaço rural e pesqueiro

As questões relativas à regulação da agricultura e do espaço rural foram alvo de manifestação de boa parte dos entrevistados. No entanto, dadas as características do tema, as preocupações se limitaram ao diagnóstico da situação atual vivenciada pelos entrevistados.

De uma maneira geral, há insatisfação com a forma de regulação da atividade produtiva agrícola e dos espaços rurais em suas dimensões sanitária, tributária, fiscal, ambiental e trabalhista. A expectativa que se tem é que esta insatisfação resulte em adequações e mudan-

ças significativas, quando comparada com a avaliação atual dos atores entrevistados.

No que se refere à atuação do Mapa no apoio e regulação das atividades agrícolas e agroindustriais, há uma convergência na avaliação das grandes cooperativas, agroindústrias e organização de produtores no tocante a sua importância.

Haveria, no entanto, uma dificuldade de estrutura do Mapa para atender ao conjunto de serviços que o agronegócio necessita para produzir, processar, industrializar e comercializar produtos, sobretudo quando o destino é o mercado externo. Dirigente de uma organização de produtores afirma que “a estrutura de certificação do Mapa é insuficiente. Faltam laboratórios e fiscais nas fronteiras, em especial no caso da maçã, assim como laboratórios para detecção de resíduos químicos nas frutas”. Outro empresário desabafa: “A aprovação de registros é demorada, faltam recursos financeiros, as estruturas, equipamentos e pessoal parecem débeis e defasadas no tempo”. Há afirmações de que há mais barreiras internas do que externas.

Outra deficiência apontada foi a relacionada com o registro de novos produtos e a burocracia para obtenção de certificados necessários para exportação. Entrevistados de distintos segmentos, como o das flores, ornamentais e frutas, foram enfáticos em afirmar as dificuldades de obter certificados e serviços relacionados com a exportação de produtos. No segmento de flores e ornamentais, as exigências de exportação seriam maiores do que as dos próprios países importadores. Um exemplo citado é o de que o Brasil impede a exportação de plantas com terra mas a Europa permitiria a importação das mesmas. “É necessário descentralizar competências, desburocratizar registros, diminuir as exigências do Mapa para agilizar negócios e ampliar as exportações” afirma empresário.

De forma semelhante, haveria uma dificuldade no controle das importações. Representante de uma organização de produtor sugere que “o Mapa deveria ser mais efetivo e eficiente no controle sobre a importação de material genético, para evitar pragas e doenças exóticas”.

Empresários avaliam que o Mapa não fiscaliza a comercialização de maçãs em “caixas abertas” fato que seria fonte de contaminações de maçãs sadias, comercializadas em caixas de papelão fechadas.

Por outro lado, o Serviço de Inspeção Federal – SIF – foi valorizado por entrevistado que argumenta que o mesmo permitiu ao Brasil ter um *status* sanitário respeitado ao mesmo tempo em que dá segurança à agroindústria. Todavia a questão da legislação sanitária especializada em federal – SIF –, estadual – SIE – e municipal – SIM –, limitando o raio de comercialização dos produtos inspecionados, foi questionada pela grande maioria dos entrevistados. A limitação para venda a outros Estados, no caso do SIE, “seria o resultado do “lobby” das grandes empresas que dificulta a expansão de mercado dos pequenos empresários” lamenta um entrevistado.

Foi alvo de crítica também a existência, na visão dos entrevistados, de dificuldades para a obtenção do SIE. A obtenção do mesmo seria tão ou mais difícil do que obter o SIF. Entrevistados argumentam que “a vigilância sanitária é desorganizada, incoerente e é um empecilho à agregação de valor (às vezes é necessário fazer e depois desfazer coisas por orientação errada dos técnicos)”.

Outra dimensão dos problemas da vigilância sanitária apontada é a de que a cobertura não é total e o nível de exigência varia de um município para o outro (existem locais onde o supervisor é mais exigente), fazendo com que a competição se dê de forma desleal. Assim, “a vigilância deveria ser mais rigorosa com o conjunto das empresas. Há falta de fiscalização, dificultando quem opera na legalidade” declara um entrevistado.

Entrevistados do Alto Vale do Itajaí avaliam que a dificuldade na obtenção do SIE, aliada à falta de política de apoio para a formalização dos empreendimentos, acaba por incentivar a continuidade da existência de abatedouros clandestinos.

Há constatação de lideranças ligadas ao setor pesqueiro de que a legislação do SIF foi adaptada à pesca e, portanto, não é adequada para o setor. Para os empresários do setor “o sonho, desde que surgiu a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – Seap – é ter um regulamento específico para a pesca, a exemplo da Espanha, que tem um Ministério da Pesca, onde tudo é resolvido”. O setor reivindica que o Brasil tenha embarcação “sifada” para seus navios-fábrica, já que o País autoriza barcos estrangeiros com inspeção européia.

A implantação do Suasa, unificando os três serviços de inspeção e fiscalização, também foi defendida por empresários e organizações de produtores.

Diferentes visões podem ser percebidas também com relação à tributação. No segmento cooperativo, há reclamação com relação à alta informalidade em muitos produtos que resulta em concorrência desleal. Esta situação, aliada à alta carga tributária, como no caso da venda de queijo para outros Estados (12%), estaria tirando a competitividade da indústria catarinense. Dessa forma, o Estado de Santa Catarina estaria perdendo em vantagens comparativas para o Centro-Oeste, em especial, pela política de ICMS.

Organizações da agricultura familiar constatam que a pequena, a média ou a grande cooperativa pagam a mesma carga de tributos, o que difere do tratamento dado à microempresa que teria uma carga menor de impostos. Estas organizações propõem a revisão da legislação tributária e fiscal para a agricultura e a agroindústria familiar cooperativada. Defendem, ainda, a adequação da legislação cooperativista às características da agricultura familiar, no que respeita ao número mínimo de sócios, ao perfil de associado e à questão das cotas-partes.

Já um dirigente de uma grande cooperativa enfatiza as dificuldades inerentes à relação entre a dimensão social e o papel das políticas públicas. “Para a cooperativa que faz o econômico e o social fica difícil competir” afirma. “A Cooperativa X, por exemplo, trabalha com 2.000 pequenos produtores de leite mas poderia reduzir para 500, diminuindo seus custos de produção, o que a tornaria mais competitiva. Quem cuidaria dos outros 1.500 agricultores? A legislação poderia reconhecer este trabalho”, sugere o dirigente.

Expressiva parte dos dirigentes de cooperativas entrevistados afirma que está havendo alta sonegação na comercialização de produtos agrícolas, o que estaria gerando concorrência desleal. Dirigentes das cooperativas dos produtores de arroz foram unânimes em afirmar a existência de alta informalidade na comercialização do produto. Consideram ainda a necessidade de maior regulamentação na classificação e fiscalização nacional. Segundo um dirigente que não reconhece haver incentivos às cooperativas, o “mercado é desleal,

pois a cooperativa não pode vender sem nota, enquanto se sabe que existe muita gente vendendo sem nota”.

Há uma avaliação de que a carga tributária está muito elevada, impedindo o País de ser uma grande potência. Outro entrevistado constata que a carga tributária elevada faz a “exportação tornar-se mais interessante”. Para dirigente empresarial, a reforma tributária é a prioridade para o futuro crescimento do País.

A existência de uma guerra fiscal entre Estados estaria tirando a competitividade da cadeia produtiva de trigo de Santa Catarina. São Paulo zerou o ICMS da cesta básica. “O fisco não defende a empresa catarinense (embora agrida menos que no passado, reconhece). O Conselho de Política Fazendária – Confaz – não funciona”, avalia outro entrevistado.

Propõe-se, em vários segmentos, a necessidade de rever as vantagens tributárias oferecidas pelo Centro-Oeste, para tentar melhorar e aumentar os investimentos das grandes agroindústrias em Santa Catarina. Propõe-se também, incentivar a produção orgânica, via incentivos de ICMS, e dar tratamento tributário diferenciado para quem agrega valor, em relação a quem exporta apenas matéria-prima.

A avaliação é de que o acesso aos investimentos propostos para utilização do crédito de ICMS não atende às necessidades dos investimentos da indústria. A política do governo estadual de crédito de ICMS ajudou apenas parcialmente o segmento produtivo. Sugere-se ainda agilizar e rever a política para os créditos de ICMS voltada a investimentos.

A carga tributária elevada e os custos trabalhistas têm jogado muitas empresas a operar na informalidade (especialmente na contratação de mão-de-obra). A Instrução Normativa 31, que regula o trabalho no campo, está exigindo nova postura das empresas.

Entrevistados criticaram a legislação que seria muito burocrática elevando os custos para registrar funcionários além de muitos encargos e impostos elevados. A legislação trabalhista confere muita proteção ao trabalhador, tornando mais interessante para o empresário a utilização de máquinas.

A legislação ambiental foi objeto de crítica da maioria dos entrevistados. Entre os pontos mais criticados, está o fato da mesma

desconsiderar o contexto local de sua aplicação, os entraves burocráticos e a forma de sua aplicação.

Dirigentes de organizações de produtores do Norte Catarinense afirmam que haveria um tratamento discriminatório da Fundação do Meio Ambiente – Fatma – e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama –, quando comparado ao que recebem os produtores do Paraná. A ação do Ibama seria “policialesca” na visão de representante de organização do produtor.

Entrevistado avalia que “a legislação ambiental está muito politizada (Fatma). É preciso interferência política das empresas para que licenças sejam aprovadas. Há muitas empresas clandestinas na região que poluem. Há perigos de acidente e má fé”. Já outro entrevistado, afirma que “não há uma política de conscientização ambiental e sim um forte e constrangedor policiamento”.

A legislação ambiental, segundo entrevistados, é muito restritiva para as pequenas e médias propriedades agrícolas. As instituições são muito burocráticas, amarram muito os produtores, impõem compromissos, geram encargos. “É preciso ações facilitadoras, não amarras”.

Lideranças de organizações de agricultores familiares avaliam que o licenciamento ambiental ainda se constitui uma dificuldade para os assentamentos. Outro ponto citado como crítico na operacionalização da legislação ambiental é a forma e o nível de exigências na implementação dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) em atividades como a suinocultura, a rizicultura e a produção de maçãs. No arroz, por exemplo, estaria se exigindo mata ciliar nos canais de irrigação.

Sugere-se que a legislação organize o desenvolvimento florestal através de estudos de impacto. A legislação ambiental precisa ser adequada, permitindo a exploração de essências nativas, como por exemplo a Bracatinga. A espécie poderia ser usada como energético no processamento da erva-mate, sugere empresário do Planalto Norte.

O manejo da araucária deve ser revisto porque não é sustentável da maneira como está. Há muita burocracia para autorização de cortes e não há estímulos para reposição da mata. A legislação é muito engessada e deveria ser regionalizada, avalia empresário do Planalto Norte.

Dirigente de uma ervateira sugere definir “defeso” para regular as épocas apropriadas de extração da erva-mate, visando melhoria da qualidade com garantia de sustentabilidade da atividade.

A legislação ambiental é ainda qualificada por entrevistados como inadequada, ultrapassada e confusa. Argumentam que, da forma em que está, vai inviabilizar a produção agrícola, dificultar a expansão da fruticultura e já sufoca o produtor rural, principalmente o pequeno.

Dirigente de cooperativa de pequenos agricultores sugere que a legislação deveria considerar a possibilidade de plantar árvores frutíferas nas áreas de mata ciliar (maçã orgânica, por exemplo).

“É preciso intervir na legislação ambiental”. “Há a necessidade de uma adequação regional da legislação ambiental”. “Não é possível uma única legislação para o país. A legislação precisa ser microrregionalizada (adaptada às características locais). Há a necessidade de disciplinar o reflorestamento.” Estes são exemplos de constatações expressas por diversos entrevistados.

Por outro lado, dirigente de uma cooperativa cita como aspecto positivo da legislação ambiental o fato da mesma limitar o tamanho máximo dos empreendimentos de suínos e aves. Ao mesmo tempo a exigência constitui oportunidade para captar recursos de crédito de carbono.

Há também um consenso dos entrevistados de que está havendo uma ampliação da consciência ecológica e que a conservação do meio ambiente vai ser melhor nos próximos anos. Da mesma forma, considera-se que as exigências de mercado e da sociedade provocam mudança na postura das empresas na sua relação com o meio ambiente.

Parte dos empresários da pesca defendem uma legislação específica e um efetivo controle ambiental das áreas de criação (criatórios naturais). “Se não houver controle sobre a ocupação do litoral, vão acabar os criadouros de peixe e camarão”. A Lagoa dos Patos é o grande berçário do Sul do Brasil. Se não houver um trabalho urgente e sério de preservação, a pesca vai acabar nos oceanos”.

Segundo afirmam empresários entrevistados, o desenvolvimento da maricultura, com a expansão do mercado interno e a conquista do mercado externo, vai passar por regulamentação e pelo monitoramento da água e do uso das áreas.

Uma defesa da política pública foi feita por empresário que atua há 30 anos na pesca: “O estoque de peixe continua o mesmo de há 35 anos, graças à prática do defeso. Os pescadores e a indústria estão bem conscientes da sua importância”.

Empresários do setor de plantas e ornamentais propõem ampliar a regulação e melhorar a atuação do Mapa. Sugerem ainda a “produção certificada”, com vistas a que os contêineres possam ser lacrados na área de produção (no estabelecimento produtor).

As exigências do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro –, quanto ao peso do arroz embalado, ao não levar em consideração o diferencial de umidade nas diversas regiões do País, têm causado transtornos à comercialização e causado descontentamento no segmento.

Na Região Oeste, a Instrução Normativa 51, do Mapa, foi considerada fundamental para o desenvolvimento do setor leiteiro por empresários do setor. Sua implementação levará a melhorar a qualidade, condição considerada fundamental para o desenvolvimento do setor e para viabilizar o escoamento da produção no mercado externo. De forma diferente, organizações ligadas aos pequenos produtores de leite, enfatizaram que a implantação da Normativa terá como resultado a concentração da produção e a expulsão de produtores da atividade.

O conjunto das manifestações evidencia a importância crucial da regulação da agricultura e do espaço rural e pesqueiro. Em geral, pode-se considerar que a perspectiva colocada é a de que a forma como as múltiplas dimensões da regulação (ambiental, fiscal, tributária, sanitária) estão procurando disciplinar a atividade produtiva vêm dificultando a viabilização de um conjunto de iniciativas dos empreendedores agrícolas e rurais. Acredita-se que, em cada uma destas dimensões e aspectos, há necessidade de estudos específicos visando qualificar melhor os problemas assim como a proposição de soluções.

4.3 Ciência, tecnologia e inovação

A avaliação dos entrevistados é a de que a ciência, a tecnologia e a inovação se constituem em variáveis-chave para o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio catarinense. Contudo,

diferentes atores em distintas regiões avaliaram como insuficiente o esforço público de pesquisa para o desenvolvimento atual e, principalmente, para os desafios que a agricultura e o agronegócio enfrentarão no futuro.

Na Região Oeste, por exemplo, a percepção dos entrevistados convergiu para apontar a necessidade de um maior esforço de pesquisa em atividades importantes como a produção leiteira. Destacou-se aí a necessidade de esforços de pesquisa, especialmente no sistema de produção de leite a pasto e na melhoria da qualidade do produto. A bovinocultura de leite também foi destacada como a atividade que precisa de maior atenção em outras regiões.

Empresários do setor reivindicam ainda uma maior atenção para a dimensão da qualidade do leite e criticam a falta de laboratórios para avaliar a qualidade do leite e de outros alimentos na região.

O setor de plantas e ornamentais também reivindica laboratório de fitossanidade que dê respostas rápidas em fitopatologia e também de conhecimentos na área de nutrição de plantas.

Há várias opiniões de que o desenvolvimento da agricultura orgânica é lento por não existir pesquisa e tecnologia nessa área. Além de pesquisa, foi levantada a necessidade de criar e adaptar tecnologias simples à pequena produção. Além de maior esforço de pesquisa na área de hortaliças, foi destacada a necessidade de atuação na produção orgânica de grãos, maçã, bioativas e plantas medicinais, entre outros produtos. A avaliação de organizações de produtores e cooperativas é a de que a produção orgânica está sendo viabilizada graças ao esforço de produtores através principalmente da troca de experiências e que a pesquisa pública não tem trazido os resultados esperados.

O segmento de plantas medicinais destaca a falta de uma política pública de desenvolvimento tecnológico a partir de uma pesquisa participativa que valorize e resgate o conhecimento local e tradicional. Foi sugerida a realização de pesquisa e extensão rural de forma participativa utilizando os princípios da etnociência (resgate do saber popular) com a participação de universidades e agricultores.

Há ainda uma constatação de dirigente cooperativista de que o agricultor tem dificuldade de acompanhar as mudanças e inovações tecnológicas. Haveria, ainda, na visão do mesmo, divergências entre

os técnicos com relação à tecnologia recomendada. Neste sentido, a produção ecológica precisa de atenção da assistência técnica.

As limitações na pesquisa com produção orgânica de maçã são também lembradas por entrevistados, sobretudo nos aspectos relacionados à quebra de dormência (onde se inclui também o caso da pêra). Na produção orgânica de maçã, por exemplo, o problema das moscas-das-frutas e da sarna ainda não tem perspectiva de solução, segundo dirigente de cooperativa de agricultores. Além destes, foram lembradas as deficiências de pesquisa em milho e soja.

A pesquisa está concentrada na maçã e falta para outras frutas como pêra, kivi e outras alternativas. A pesquisa com pequenos frutos estaria apenas iniciando e estaria fora do compasso com a dinâmica de mercado. “Os projetos de pesquisa em andamento não consultaram os produtores sobre os problemas existentes, para definir as pesquisas”, resume dirigente cooperativista entrevistado.

Já dirigente de grande empresa considera o apoio da Epagri na pesquisa com maçã satisfatório. A Epagri tem contribuído no mapeamento de área de produção, na recomendação de épocas de tratamentos culturais, na explicitação de normas governamentais e no desenvolvimento tecnológico para produção de vinagre e vinho de maçã.

Empresários do planalto também ressaltaram a importância do Laboratório de Biotecnologia da Epagri de Lages, já que permite fazer a limpeza de material genético da maçã. Outro empresário considera que o Brasil precisa investir em tecnologias com Organismos geneticamente modificados – OGM – na maçã, ressaltando a necessidade de pesquisar a resistência genética a doenças e o desenvolvimento de cultivares adaptadas às mudanças climáticas. Este último também levanta a necessidade de aumentar os investimentos públicos da pesquisa em frutas. Uma necessidade de pesquisa apontada é em relação a uma variedade de maçã complementar à ‘Gala’, para substituir a ‘Fuji’ na região.

Há percepção de que a universidade precisa se integrar mais com o setor produtivo já que a pesquisa não tem sintonia com os seus usuários. Entrevistados afirmam que falta coordenação entre governo e empresas na dimensão da pesquisa e da inovação tecnológica. As pesquisas não são difundidas (ou ficam com o pesquisador ou este as vende). Deveria ser investido em incubadoras

tecnológicas. “Face ao atraso da pesquisa de Santa Catarina, Vacaria virou o pólo mais avançado de tecnologia, liderado pelo setor privado” sintetiza dirigente de cooperativa de agricultores familiares.

As tecnologias em desenvolvimento deverão resolver ou pelo menos diminuir os problemas ambientais, prevê um dirigente de grande empresa do agronegócio. Ele sugere a reestruturação das cadeias produtivas para resolver a questão ambiental e considera que as tecnologias ambientais disponíveis como o biogás são caras e de eficiência questionável.

De acordo com um dirigente de uma empresa multinacional, a biotecnologia na área de cereais vai avançar embora haja dificuldade de acordos entre Brasil e Estados Unidos sobre direito de propriedade intelectual (proteção de cultivares). Já dirigente de uma cooperativa de grãos avalia que as dificuldades de liberação dos transgênicos estariam levando empresas a investir na Argentina. Em grande cooperativa do segmento, foi levantada a necessidade de investir em transgênicos, sob pena de Santa Catarina perder competitividade.

Prevê-se, também, que o avanço tecnológico nas instalações dos criadouros deverá facilitar a vida dos suinocultores, setor onde deverá haver ganhos importantes de produtividade. Outro empresário considera que a automação industrial deverá ser utilizada como estratégia para combater o problema com a mão-de-obra.

Ao mesmo tempo em que dirigente de grande cooperativa afirma que a política pública de pesquisa deve ser conjunta com o setor privado, outro, de uma grande empresa de maçãs, afirma que a pesquisa deve ser função do governo, estar no mínimo projetada para 10 anos e focada em baixar custos.

Outro entrevistado argumenta sobre a necessidade de pesquisas na produção de uvas, em tecnologias mais limpas no controle de insetos, pragas e ervas daninhas (controle biológico, etc.). A agressividade das empresas de pesticidas eleva os custos de produção e cria problemas para as agroindústrias, como os resíduos de pesticidas nos produtos, considera dirigente de uma vinícola.

Dirigente de grande cooperativa de arroz estima que Santa Catarina vai perder liderança tecnológica, alegando que a Epagri não está preparada para competir com a tecnologia mundial. Considera que o Estado do Tocantins deverá assumir a liderança em híbridos, o

que vai acelerar a concentração da produção na região. O mesmo dirigente sugere que a pesquisa precisa ser reorganizada em centros de excelência, onde haja mais foco e maior especialização.

Há uma avaliação de que atividades emergentes da agricultura têm recebido pouco apoio do Estado em pesquisa e assistência técnica. Nas palavras do empresário “O Estado é ausente, amador, empírico no que diz respeito à tecnologia, ciência e pesquisa. Santa Catarina deve pensar em valor agregado” . Sugere a formulação de um plano de desenvolvimento tecnológico, visando dar continuidade aos projetos e pesquisas da Epagri, em parceria com os produtores.

Entrevistados do setor pesqueiro reivindicam também maior participação nos processos de definição das pesquisas. Listam a necessidade de pesquisas de biomassa, época de defeso, hábitos das espécies de peixes, entre outras. Novas espécies de peixes para cultivos que tenham valor agregado devem ser pesquisadas pela Epagri em parceria com o setor produtivo. Assim como está “em 10 anos nossos barcos vão servir para rebocar tanques-redes mar afora” afirma um empresário.

O Estado deveria desenvolver linhas de crédito fiscal e outros (ICMS, etc.) para incentivar a pesquisa tecnológica em Santa Catarina. Foi sugerida a criação de um fundo de investimento tecnológico na agricultura (semelhante à Lei Rouanet da cultura). Santa Catarina deve trabalhar com tecnologia diferenciada.

Considera-se de forma geral que o futuro dos distintos setores da agricultura do Estado estará ligado ao aumento do valor agregado e à melhoria do nível tecnológico. Para isso, entrevistados sugerem criar sinergias entre produtores, empresas e instituições, buscando a produção de especialidades.

Sugere-se, para a pesquisa, o investimento em novas alternativas produtivas (diversificação), em especial pequenas frutas e frutas exóticas; valorização da agroecologia (pesquisa e extensão) e mais cooperação entre governo, universidade e empresas na pesquisa e extensão.

4.4 Logística: entraves e perspectivas

Há um expressivo número de manifestações em grande parte das empresas de que os custos de logística e infra-estrutura ainda são elevados, especialmente no que se refere aos portos e às estradas. Esses custos dificultam a competitividade do agronegócio.

O Porto de Itajaí é considerado um gargalo às exportações. Os seus serviços são caros, faltam navios e contêineres para agilizar carga e descarga. O prazo de abertura do “gate” é muito curto (24 horas). Segundo o dirigente de uma grande empresa “os funcionários trabalham com má vontade, há morosidade e excesso de trâmites burocráticos tanto para exportar como para importar”. Já o porto de São Francisco, por possuir o calado muito baixo, tem suas operações limitadas.

Segundo o depoimento de um empresário do Planalto Norte, os despachantes nos portos procuram “furos”, e as constantes greves dos fiscais portuários prejudicam os exportadores.

Nas agroindústrias, considera-se o tempo de espera no embarque e desembarque muito grande. Há disputa de contêineres para a carne em certas épocas do ano, o que constitui fator de encarecimento do frete. O excesso de burocracia é amplamente citado.

A situação dos transportes rodoviários também é avaliada como crítica pelos empresários, embora haja afirmações, no Meio-Oeste, de que as estradas estaduais melhoraram bastante, enquanto as federais continuam ruins.

Dirigente de uma grande empresa declara que o transporte por rodovias encarece o frete. A infra-estrutura deficiente torna caro o custo do milho e soja para ração animal, em relação ao Centro-Oeste do País.

Há muitas reclamações, principalmente por parte dos representantes de pequenos produtores e também em cooperativas, da precariedade das estradas no interior dos municípios. Isso acaba inviabilizando os negócios dos pequenos produtores. Há sugestões para asfaltamento ou colocação de lajotas nessas estradas (ou em parte delas) para facilitar o escoamento da produção agrícola.

Entrevistados, ligados à cultura da maçã, afirmaram que as estradas, em todos os níveis, são péssimas e prejudicam muito o segmento. Perde-se muito entre o “packing house” e o supermercado (consumidor final).

Dirigente de um grande laticínio declarou haver uma tendência de terceirização de fretes no transporte de produtos lácteos, como forma de baratear a logística de transporte.

No segmento de flores e plantas ornamentais, há problema de logística na distribuição, que é a distância dos mercados. Assim, o custo do frete é muito alto em relação ao valor da carga.

Os criadores de moluscos da Ilha de Santa Catarina têm boa parte da logística de distribuição feita por via aérea. Consideram que esses serviços são bons, havendo já considerável experiência dos operadores. Os barcos utilizados no manejo inicial dos moluscos não são, no entanto, considerados adequados para a finalidade, o que se constitui um problema que necessita ser resolvido.

Um empresário ligado ao comércio exterior sugere que o Brasil precisa aumentar sua eficiência produtiva. Cita os problemas da precariedade dos portos, na legislação e na burocracia. Declara que, às vezes, a empresa precisa recorrer a políticos para agilizar entraves.

Grandes empresas sugerem a construção de uma ferrovia pública do Centro-Oeste para o Sul do País. “A avicultura e a suinocultura necessitam de uma revolução nos transportes” (ferrovias e hidrovias), enfatiza um empresário-produtor independente da região. Há ainda uma avaliação, no Planalto Norte, de que a antiga ferrovia não funciona mais e isso encareceu o frete.

Entre ações sugeridas, estão a necessidade de duplicar a BR 470 e o asfaltamento entre Iomerê e Pinheiro Preto. O asfaltamento entre Campo Alegre e Curitiba (70km) facilitaria o acesso ao mercado para os produtos do Planalto Norte. Também sugere-se a necessidade de sinalização diferenciada nas estradas voltadas aos turistas.

Diferentemente de outras avaliações, um empresário do Planalto Norte afirma que Santa Catarina não terá, no futuro, grandes problemas de infra-estrutura, já que tem estradas e tem três portos relativamente modernizados. A única advertência feita é a de que é preciso conservar o que já tem e ampliar.

As organizações de agricultores enfatizam também a precariedade nos sistemas de comunicação (telefone e internet). Também um pequeno empresário considera a energia elétrica muito cara. Outros entrevistados apontam a necessidade de melhorar a oferta de serviços no espaço rural, como telefone, internet, bancos, lazer e também estradas vicinais.

A despeito dos óbvios estrangulamentos nos portos, aeroportos e estradas, os entrevistados, ao serem indagados sobre a questão da logística, fizeram mais um diagnóstico de como percebem a situação atual do que uma projeção de uma possível trajetória de futuro para essa variável. O grande consenso em torno dos problemas logísticos leva a crer, no entanto, que haverá, nos próximos anos, muita pressão por parte do segmento produtivo, no sentido de modernizar o sistema público de transportes e de comunicações em Santa Catarina. Também, diante da importância da logística na competitividade dos negócios, parcela importante dos investimentos privados deverá ser destinada a melhorias nos sistemas de logística das empresas.

4.5 Recursos naturais e meio ambiente

Os recursos naturais e meio ambiente foram alvo de um conjunto diversificado de manifestações dos entrevistados, abrangendo aspectos relacionados ao uso da água, do solo, das florestas, dos recursos costeiros e da biodiversidade, e também, a sua regulação.

Entrevistados focaram na situação atual do uso e conservação dos recursos naturais e do meio ambiente e também explicitaram visões de futuro. A parte referente à regulação foi tratada na variável política pública e regulação da agricultura e do espaço rural (item 4.2), as demais manifestações serão apresentadas a seguir.

Há uma preocupação freqüentemente manifestada por diferentes tipos de entrevistados, em distintas regiões, com a situação atual dos recursos hídricos. Na Região Oeste o grande desafio percebido está em resolver os problemas da contaminação da água e desenvolver tecnologia de tratamento de dejetos. Além do controle sobre os dejetos, deve-se buscar a redução dos níveis de contaminação da água inclusive os de origem na utilização de agrotóxicos. O mesmo

entrevistado adverte: “Reservatório de água Guarani deve ser tratado como questão estratégica (de futuro) e não ser utilizado agora”.

Há uma percepção de que a água é fator preocupante e limitante na Região Oeste Catarinense. Ainda não existe consciência da necessidade de uma gestão efetiva do uso da água e nem da preservação de seus mananciais. A população urbana e as agroindústrias também não estariam cuidando da água.

Os problemas ambientais decorrentes da concentração agroindustrial e a falta de água no Oeste deverão limitar a expansão de plantas industriais no futuro, reconhecem dirigentes de uma grande agroindústria da região. As plantas industriais devem se adaptar para economizar água, tratar efluentes, utilizar tecnologias poupadoras, com menos resíduos, menos fuligem, menos odores, admitem empresários.

Os problemas com a escassez dos recursos hídricos são freqüentemente lembrados pelos entrevistados do Sul Catarinense, principalmente pelos dirigentes das cooperativas que trabalham com arroz irrigado. Entrevistados avaliam que a água já é escassa, enquanto em uma cooperativa sugere-se a necessidade de parcerias entre governos e comunidades para atenuar o problema.

Há uma preocupação com a questão da escassez da água que pode ser agravada pelo reflorestamento. Em 2015 deve haver forte escassez de água e o produtor terá que se adaptar, segundo opinião de entrevistados do Litoral Norte. Nesta região também foi levantada a preocupação com relação aos criatórios naturais de peixes. Segundo entrevistados “em Santa Catarina houve o fechamento do canal do linguado de Joinville, o do Rio Ratonas na Ilha de Santa Catarina e no município de Governador Celso Ramos, o que está diminuindo os estuários. Há ainda a falta de saneamento básico e a falta de monitoramento ambiental”.

O impacto do aumento do reflorestamento com espécies exóticas, sobretudo pínus e eucalipto, foi freqüentemente lembrado. A preocupação principal está relacionada com a constatação de que muitas vezes o reflorestamento ocorre sem respeitar os cursos d’água, vertentes, declives e tipos de solo. Diversos entrevistados manifestaram preocupação com os impactos do reflorestamento sobre as fontes de água. Outros entrevistados focaram a perda da biodiversidade

que estaria ocorrendo pela predominância do reflorestamento com exóticas.

Outra preocupação de natureza socioambiental está relacionada com a consideração de que o reflorestamento não traz benefício social. Entrevistados de várias regiões pontuaram que o reflorestamento está sendo feito “em áreas de pequenos agricultores, por investidores urbanos”, enquanto outros avaliam que a geração de empregos e o impacto econômico são muito pequenos. Empresário adverte que “o reflorestamento em massa, sem uma proposta de agregação de valor, empobrece qualquer região”. Já dirigente cooperativista da Região Oeste destaca a mudança na paisagem como parte do impacto do reflorestamento.

Outro dirigente cooperativista do Planalto Sul alerta que os riscos climáticos são sérias ameaças à produção primária. Da mesma forma, os efeitos do aquecimento global já preocupam empresários da Região Meio-Oeste, sobretudo os da fruticultura, que poderão ter que deslocar suas produções para áreas de maior altitude.

Há, entretanto, um reconhecimento de que as mudanças culturais são lentas, mas deverão mudar a maneira do produtor se relacionar com o meio ambiente, já que os jovens estão (e estarão) mais conscientes acerca das questões ambientais.

Em uma organização social afirma-se que “a conscientização ambiental está gerando um movimento crescente de resistência ao modelo atual. Há melhoras em muitos aspectos. Caso o modelo produtivo continuar, a tendência é a destruição cada vez maior do meio ambiente”.

No Litoral Norte considera-se que está havendo uma ampliação da consciência ecológica e que a conservação do meio ambiente vai ser melhor nos próximos anos. De outra perspectiva, as exigências de mercado e da sociedade provocam mudança na postura das empresas na sua relação com o meio ambiente. Há também expectativa de que aumentarão os investimentos voltados à produção de biomassa (atividade menos exigente em mão-de-obra) – e que ao mesmo tempo garante o patrimônio do produtor.

Na Região do Alto Vale do Itajaí, entrevistados apostam também que a qualidade do meio ambiente deverá melhorar em 2015. A

tendência de forte expansão na política de crédito de carbono deve favorecer o desenvolvimento de projetos ambientais. Empresas e organizações da região já trabalham com a perspectiva de agregar valor, associando as características de seus produtos à imagem ambiental da propriedade ou da região (montanhas, florestas, rios, etc.).

No Planalto Norte, a expectativa de parte dos entrevistados é a de que nos próximos anos aumentará a pressão sobre a questão ambiental. A sugestão é a de que as espécies nativas deveriam ser fomentadas e pesquisadas para servir de renda e controle ambiental.

Há também no Meio-Oeste o reconhecimento de que houve algumas melhoras ambientais. Um exemplo citado por um pequeno empresário está na melhora das condições do Rio do Peixe, fruto de uma melhor educação ambiental. Houve também um avanço em relação ao recolhimento das embalagens de agrotóxicos, embora muitas ainda sejam lavadas nas sangas, córregos e rios, conforme um grande vitivinicultor.

Um grande empresário considera, entretanto, que o meio rural é desproporcionalmente responsabilizado pelos problemas ambientais, quando comparado com o setor urbano.

Há defesa de parte dos empresários da pesca de uma legislação específica e efetivo controle ambiental das áreas de criação (criatórios naturais). “Se não houver controle sobre a ocupação do Litoral, vão acabar os criadouros de peixe e camarão”. A Lagoa dos Patos é o grande berçário do Sul do Brasil. Se não houver um trabalho urgente e sério de preservação, a pesca oceânica vai acabar”.

Outra linha de ação freqüentemente lembrada pelos entrevistados de diversas regiões é a da necessidade do zoneamento econômico ecológico, para fazer frente aos desafios da utilização dos recursos naturais e produtivos de forma sustentável.

Liderança cooperativista enfatiza a necessidade de definir políticas ambientais claras, que assegurem a qualidade de vida e a produção primária. Sugerem ainda um gerenciamento melhor das águas e envolvimento do urbano com o rural, e que o Estado deva financiar o Termo de Ajuste de Conduta –TAC – para os pequenos produtores.

Muitos entrevistados avaliam que a proteção de rios, riachos e matas ciliares é conflitante com os interesses do produtor. Neste sentido, sentencia um pequeno empresário agroindustrial, “hoje terra com água não tem valor pela legislação ambiental”.

4.6 Ensino agrícola e capacitação profissional

Há consenso de que o futuro reserva maior demanda de conhecimento e preparação qualificada dos recursos humanos. Neste contexto, entrevistados têm ressaltado a falta de oportunidade de educação e capacitação profissional para os jovens rurais. Esta escassez no campo, associada a crescentes oportunidades de educação nas cidades maiores, tem se transformado em atrativo para o êxodo dos jovens.

“A juventude que está no campo não evoluiu e, com os “vícios” dos pais, não melhorou. Os jovens têm a informação, mas não têm a formação para transformar em conhecimento aplicado”, observa empresário do Alto Vale do Itajaí. Na mesma perspectiva, dirigente cooperativista não acredita em melhoria de investimentos na educação formal e profissional direcionada aos jovens agricultores nos próximos 10 anos.

Em diversas regiões há iniciativas visando suprir a demanda por capacitação profissional. Entrevistados citaram iniciativas pontuais existentes, como é o caso da parceria entre a Universidade Estadual de Chapecó – Unoesc – e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai –, que resultou em curso de tecnologia em laticínios no Oeste. Já no Planalto Norte, empresários do setor moveleiro buscam parcerias com o Senai e o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa – Sebrae – para melhorar a qualificação e capacitação de sua mão-de-obra. Uma empresa visitada está investindo inclusive em Ensino Fundamental e Ensino Médio (1º e 2º graus) e prepara sua própria mão-de-obra, embora conscientes de que esta deveria ser responsabilidade do governo.

Entrevistado de uma grande vinícola lembra da falta de capacitação para a formação de mão-de-obra local, e declara ter dificuldades de encontrar trabalhadores capacitados para trabalhar com as parreiras. Outros empresários do setor enfatizam a importância de

ampliar e agregar novos conhecimentos em design, embalagens, acessórios, mix de produtos, etc.

Há também preocupação com a deficiente formação profissional dos jovens pescadores, que no passado era feita de pai para filho. Argumenta-se que hoje a legislação trabalhista dificulta essa forma tradicional de formação.

Assim, de forma geral, questões como a necessidade de educação básica profissionalizante, a formação de mão-de-obra, a carência de escolas técnicas em mecanização, o transporte escolar de qualidade e o acesso dos jovens do espaço rural ao ensino superior são amplamente lembradas, tanto por grandes como por pequenos empresários. Também há queixas declaradas da falta de transporte escolar eficiente que permita ao jovem, principalmente universitário, morar no campo e estudar na cidade.

Sugere-se que o ensino nos colégios técnicos agrícolas seja direcionado a jovens que querem permanecer na atividade agrícola e que haja maior acesso dos jovens agricultores ao ensino superior noturno e gratuito, com transporte escolar gratuito e facilitado.

Empresário afirma que é preciso vontade política para mudar a situação atual. Santa Catarina necessita mais de cursos e escolas técnicas do que de faculdades para ensinar o que é importante e para redirecionar o pensamento dos produtores para as novas oportunidades e os novos produtos da agricultura. Dirigente de organização de produtores defende que “as escolas de agronomia deveriam mudar ou serem fechadas. É preciso adaptar as grades curriculares às mudanças do ambiente e do mercado”.

Há uma defesa de parcerias da iniciativa privada com as escolas técnicas e para isso sugere-se a criação de incentivos (tipo Lei Rouanet) para apoiar novos produtos, com projetos bem definidos (abrangendo todos os atores da respectiva cadeia produtiva). “Só através da educação e do fomento poderemos salvar o produtor rural”, sugere grande empresário entrevistado. É necessário investir mais em educação e em capacitação de recursos humanos (pequenos agricultores).

As transformações nos sistemas de produção estão colocando novos desafios para a preparação da mão-de-obra. A mecanização da colheita de florestas, por exemplo, vai exigir maior formação, pois as máquinas têm, cada vez mais, controles digitais. De um modo ge-

ral, são as próprias empresas que realizam a capacitação e treinamento de seu pessoal.

Entrevistados consideram, no entanto, que o produtor está preocupado com a educação, qualificação e aprimoramento técnico dos filhos. Há sugestão de que as instituições devem formar grupos para capacitação profissional através de escolas itinerantes. Devem também ser utilizadas as estruturas públicas (escolas desativadas) para cursos de profissionalização do produtor. "É preciso investir em educação pois sem educação, o agricultor vai para a favela", observa um pequeno agroindustrial.

Organizações sociais apontam ainda a importância da educação nas escolas do ensino fundamental para desenvolver a agricultura orgânica. Entrevistados indicam também a necessidade das universidades se integrarem mais à comunidade. Outra avaliação, é de que os centros de treinamento da Epagri deveriam ser transformados em pólos de profissionalização de leite, conforme sugestão de um dirigente de um grande laticínio da Região Oeste.

5 O desenvolvimento do espaço rural nas regiões catarinenses e o agricultor do futuro

O presente capítulo apresenta uma análise das características que as macrorregiões terão na visão dos entrevistados com relação à evolução das atividades agrícolas, a ocupação da mão-de-obra e a dinâmica dos fluxos populacionais. Apresenta-se também na segunda parte o perfil do agricultor do futuro ainda segundo os entrevistados.

5.1 O desenvolvimento do espaço rural nas regiões catarinenses

A seguir, uma abordagem regional dos principais aspectos que foram levantados pelos entrevistados no que se refere à evolução das principais atividades econômicas atuais e potenciais, aos fluxos populacionais e de mão-de-obra e a outros aspectos relativos ao desenvolvimento do espaço rural.

5.1.1 Oeste Catarinense

O Oeste Catarinense é uma região próspera economicamente e onde se observa ampliação e diversificação de empreendimentos. O crescimento demográfico e o processo de urbanização, ainda em evolução, estão definindo pólos microrregionais com funções e espaços de influência em construção.

Chapecó, consolidada como o pólo regional, deverá continuar crescendo, tanto demográfica como economicamente. A indústria de alimentos se consolida e se diversifica e novas atividades surgem, no setor moveleiro, no metalmeccânico, no vestuário e em outros.

Além de Concórdia, Xanxerê e São Miguel do Oeste, a migração campo/cidade e a intra-regional fizeram também de Itapiranga, Maravilha, Pinhalzinho, Palmitos e São Lourenço do Oeste, novos micropolos regionais. Nessas cidades está em processo de desenvolvimento uma ampla oferta de serviços públicos e privados.

Embora se observe na região um clima de otimismo em relação ao futuro e haja a percepção de que o presente está melhor do que o passado, observa-se também uma série de preocupações e ameaças diante dos processos econômicos, sociais e ambientais em curso.

Nos meios urbanos, especialmente em Chapecó e nos demais micropolos, observa-se um inchamento das periferias. Os problemas do déficit habitacional e as condições das moradias são apontados como resultantes do aumento populacional e das dificuldades de emprego e renda.

Embora haja oferta de emprego, o trabalhador, muitas vezes, não se ajusta às exigências do trabalho, seja urbano ou rural. Há, assim, grande rotatividade da mão-de-obra. O baixo nível de escolaridade e qualificação profissional parecem estar no centro desse problema.

Depoimentos apontam casos de trabalhadores que, após experiências em outros lugares, estariam retornando na busca do emprego local. Parte desses estaria retornando à atividade agrícola. Também são freqüentes os casos em que trabalhadores são transportados diariamente de municípios vizinhos (inclusive do Rio Grande do Sul) para atender as necessidades das empresas. A falta (e o custo) de moradia, por vezes, é citada como fator limitante para atrair mão-de-obra de fora dos municípios demandantes.

O êxodo, o envelhecimento da população rural e o grande número de jovens atraídos pelo emprego ou outras atividades urbanas estão levando ao desaparecimento ou ao declínio de muitas comunidades rurais. “A vida está indo para a cidade, que, por sua vez, não tem empregos a oferecer”, declara um dirigente de cooperativa.

Observa-se uma grande convergência de opiniões quanto ao envelhecimento da população rural. Processo esse que, aponta-se, deverá continuar “diante de um certo conformismo com a situação” nas palavras de um dirigente cooperativista.

A falta de perspectiva de renda é percebida como o principal fator que leva os jovens a abandonar a atividade rural. A grande instabilidade da renda rural, a baixa auto-estima do produtor e a atração urbana (sobretudo o emprego industrial) também são causas apontadas. O êxodo deverá continuar.

As dificuldades de sucessão, a escassez de mão-de-obra e a baixa renda são as causas apontadas para a tendência de redução do número de propriedades e de concentração da produção. Diante disso, um novo perfil das propriedades, do produtor e das atividades agrícolas é delineado.

Segundo opinião de diversos empresários das agroindústrias, as propriedades no futuro serão maiores, mais mecanizadas e menos dependentes de mão-de-obra. No sistema de integração permanecerão os produtores maiores, os quais terão perfil mais profissional e serão mais especializados.

Outro aspecto amplamente abordado refere-se ao processo sucessório dentro das propriedades rurais. Na avaliação de organização da agricultura familiar, existe uma grande resistência dos jovens agricultores a continuar no sistema integrado de produção. As razões estariam no perfil mais independente dos jovens (insubmissão às regras impostas), o desestímulo dos pais e o fato de terem crescido ouvindo críticas ao sistema. O maior número de oportunidades no futuro levaria esses jovens à busca de outras alternativas de produção, trabalho e renda.

Estarão, portanto, produzindo e vivendo da atividade agrícola aqueles produtores com mais aptidão, prevê empresário da indústria de aves. Deverão ter melhor preparo técnico e gerencial. Muitos terão curso superior, prevê outro líder cooperativista. Serão

ambientalmente mais conscientes, adotando princípios de sustentabilidade. Por necessidade, tenderão a ser mais associativos e cooperativos, porém dentro de um modelo de cooperativa alternativo ao existente hoje. O produtor isolado dificilmente vai sobreviver com a atividade agrícola.

Chácaras de lazer deverão crescer muito em número. Em alguns casos, serão mantidas pelos pais, já aposentados, enquanto os filhos estarão nas cidades. Muitas propriedades serão arrendadas e áreas de encostas, principalmente, serão utilizadas para reflorestamento. Um número maior de produtores rurais estará vivendo nas cidades e mantendo atividades produtivas em propriedades rurais. Haverá também uma maior especialização nas atividades comerciais desenvolvidas.

Vários depoimentos apontam que jovens urbanos qualificados deverão retornar e investir no campo. Terão um perfil empreendedor e investirão em novas atividades, onde haja perspectiva concreta de lucratividade.

Além disso, entrevistada de uma entidade representante do movimento das mulheres camponesas argumenta que “cresce a percepção de que a cidade é uma ilusão quanto à melhora na qualidade de vida e onde há mais liberdade. Liberdade é relativa, pois as escalas das empresas cerceiam essa suposta liberdade. Renda é importante, junto com outros aspectos, inclusive custo de vida, para manter os jovens no campo”, argumenta.

Quanto à evolução das principais cadeias produtivas da região, os depoimentos foram bastante convergentes, embora, por vezes, a percepção quanto ao ritmo dessa evolução e as características da produção, no futuro, fosse diferenciada.

Quanto à produção de carnes, a região deverá continuar competitiva em aves e suínos. As grandes empresas deverão continuar crescendo, automatizando processos e agregando valores. Um empresário da agroindústria de aves acredita que os contratos estabelecendo produção a ser fornecida, preços e qualidade ganharão espaço no futuro para que haja maior estabilidade na relação produtor/empresa.

As agroindústrias apostam que a produção de suínos e aves deverá continuar crescendo no País e que estas atividades conti-

nuarão competitivas. Santa Catarina continuará exportando, pois a demanda de carne suína no mercado mundial vai crescer muito, acredita-se.

A perspectiva de maior verticalização da produção e de maior dimensão e automação dos criatórios de aves e suínos levará a uma contínua concentração da produção e exclusão de produtores. A estratégia utilizada deve-se à redução do custo dos insumos e da logística (principalmente transporte) e à padronização e controle de produtos e processos imposta pela necessidade de rastreabilidade.

Estimativas de dirigentes de cooperativas de produtores e entidades representativas consideram uma redução do número de suinocultores que poderá chegar a 50% e também uma percentagem, embora menor, de avicultores. Informações levantadas junto às agroindústrias apontam que em 2015 deverá ser necessário um mínimo de 900 terminados por lote e, para produção de leitões, um mínimo de 500 matrizes por produtor. O produtor de ciclo completo de suínos terá muitas dificuldades para manter-se. Os avicultores, para se manter, precisarão de dois aviários de 100m.

A maior competitividade da produção de grãos do Centro-Oeste do País, a possibilidade de construir plantas mais modernas e granjas com maior segurança sanitária (compartimentalizadas e com melhor controle ambiental) levará a uma perda relativa de competitividade da suinocultura do Oeste Catarinense, que, num médio prazo, deverá declinar, avalia representante da indústria da carne suína. Ainda assim, a estrutura industrial existente no Estado e a mão-de-obra local para a indústria de carnes é tida como sendo melhor preparada que a existente no Centro-Oeste do País, o que confere vantagens competitivas ao Estado.

No mercado regional de carnes e embutidos, a concorrência é grande e pressiona os pequenos abatedouros. Segundo depoimento de representante da indústria de carne suína, o mercado convencional de embutidos já é dominado pelas grandes empresas existentes, o que dificultaria o desenvolvimento da produção artesanal.

Os depoimentos obtidos, de uma forma geral, levam à conclusão de que o sucesso das pequenas agroindústrias de carnes dependerá da sua capacidade inovadora, do foco em mercados específicos, sobretudo os locais, e da qualidade dos seus produtos. Muitas

encerrarão suas atividades. Produtores independentes deverão abastecer a pequena agroindústria.

A produção de grãos tende a perder área na região, embora a atividade ainda seja vista como alternativa para produtores maiores. As áreas agricultáveis tendem a ser arrendadas por agricultores melhor estruturados. De acordo com estimativas de dirigente de uma grande cooperativa, “o avanço tecnológico deverá manter na atividade produtores cultivando de 30 a 40ha”.

Muitos produtores de grãos e fumo deverão converter suas atividades para pastagens voltadas para a produção de leite, que se constitui na grande aposta da região. Empresas, cooperativas e produtores estão confiantes nas perspectivas para a atividade.

A atividade, por demandar mão-de-obra especializada, é considerada apropriada às condições sociais, econômicas e ambientais regionais. Assim, empresas de laticínios estão expandindo sua produção, planejando investimentos ou, então, instalando-se na região.

O Brasil, acredita-se, deverá tornar-se um grande exportador até 2015, sendo que a principal bacia leiteira estará no Sul do País (Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná). A região tem vantagens comparativas para a bovinocultura de leite baseada na alimentação a pasto, por ter agricultura familiar, contar com bom nível de profissionalização, clima e solo apropriados e poder gerar economias de escala.

Novamente, a limitação de área e a escassez de mão-de-obra inviabilizará parte das pequenas propriedades. A produção em maior escala e com tecnologia mais avançada deverá ser a condição para competir na atividade, segundo a percepção em parte das entidades entrevistadas.

As opiniões sobre a produção mínima necessária para o produtor competir na atividade variam muito, passando por um mínimo de 30L/dia até 300 a 500L/dia, conforme a entidade ou a empresa informante. Os arranjos locais de produção, coleta e transformação parecem influenciar muito a percepção quanto ao mínimo necessário para produzir de forma competitiva. Há um consenso de que o sistema irá melhorar a sua organização.

Empresas e grandes cooperativas trabalham com a perspectiva de que o mercado nacional ficará com as grandes empresas. Ha-

verá espaço para pequenos laticínios ou queijarias familiares, mas com concentração de empresas. Estratégias organizativas, gestão eficiente, diferenciação e qualidade são condições percebidas como fundamentais para os pequenos laticínios manterem-se competitivos na atividade.

Outra perspectiva considerada por dirigente de uma grande empresa é a de que a evolução da indústria de laticínios se dará pela ampliação da produção de produtos tradicionais (queijos variados, leite em pó, leite condensado), e também pela produção de novos que servirão de ingredientes para outros produtos.

Também a indústria da nutrição animal deverá se tornar maior e mais refinada, assim como o desenvolvimento da produção de forragens. Os investimentos em tecnologias de pastagens, de melhoramento genético, ordenha e transporte deverão aumentar consideravelmente e, por decorrência, a qualidade e a produtividade no segmento.

Outra atividade em expansão no Oeste é a silvicultura, sobretudo a produção de pínus e eucalipto. Recentemente, áreas agricultáveis passaram a ser ocupadas com reflorestamentos, e essa tendência tende a ser intensificada. Também investidores, em grande parte urbanos, estão plantando eucalipto e pínus em áreas de pequenos agricultores. É percebida como uma alternativa para a região, desde que, além de regulamentada, sua produção seja qualificada, com mudas de qualidade e manejo adequado.

Há, da mesma forma, considerações acerca do impacto que a monocultura florestal pode ter na paisagem, na biodiversidade e, sobretudo, no regime de águas. Por essas razões, sua regulamentação através da legislação é vista como necessária, já que pode constituir-se, também, em uma ameaça ao desenvolvimento do espaço rural e à agricultura campesina.

O ritmo e a dimensão do desenvolvimento dessa atividade, no entanto, não são consensos entre os agentes entrevistados. Embora a atividade cresça na região, sua intensidade deverá ser limitada, visto que não é considerada parte da cultura local, seu retorno é de longo prazo, há limitações de mão-de-obra e ambientais, etc.

Quanto à perspectiva para novos produtos, há muitos empreendimentos em desenvolvimento ou apontados como promissores. A

produção orgânica é exemplo bastante lembrado, principalmente pelas organizações de pequenos produtores. A percepção de crescimento do mercado, bem como sua perspectiva de melhor rentabilidade, são fatores estimuladores da produção. São exemplos citados o caso da citricultura para a produção de suco orgânico, que tende a se expandir, bem como a produção de hortigranjeiros, da qual, em alguns casos, os produtores não atendem a demanda.

O mercado de fitoterápicos e medicinais é visto também como promissor. O de chás está em crescimento e há muito espaço para ocupação: 60% da matéria-prima de uma empresa de médio porte pesquisada é importada de outros Estados e da Argentina. Há espaço para produção de chás orgânicos, cujo mercado está sendo ocupado por concorrentes de outro Estado. Existe a expectativa de que, com a implantação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que normatiza o uso de fitoterápicos e plantas medicinais, abrirem-se mercados para o setor.

Um caso mais específico é o de frutas especiais, como o mirtilo no município de Itá (onde pode ser colhido precocemente e com boa produtividade. Isso possibilita atender o mercado americano na entressafra, quando os preços são mais atrativos (do que normalmente já o são), trazendo boa perspectiva de renda neste segmento, onde já há vários produtores envolvidos.

Desde que adotando estratégias organizativas e de diferenciação, o Oeste Catarinense é percebido pelos diversos segmentos de empreendedores e representações sociais como um espaço para expansão ou fortalecimento da produção de maior densidade econômica, como é o caso da fruticultura, ovinocultura, criação de pequenos animais, turismo rural, orgânicos, medicinais, ornamentais, etc. Depoimentos em diversos segmentos entrevistados apontam para uma tendência desses segmentos crescerem na região.

Outros entrevistados, no entanto, ponderam que atividades rurais com alta agregação de valor exigem recursos, tempo e paciência; não dão retorno imediato e por isso não são adequadas ao perfil e necessidades do jovem rural. Parte desses empreendimentos, provavelmente será liderada por empresas e investidores urbanos, mais capitalizados.

Há a percepção de que as formas cooperativas, organizativas ou associativas irão se ampliar na região e que isso deverá influenciar inclusive na volta dos filhos (jovens), em algumas atividades com maior potencial de agregação de valor.

Segundo várias manifestações de entrevistados, o setor cooperativo agropecuário catarinense vai passar por um processo de reestruturação nos próximos anos. Entre os depoimentos, pode-se destacar: “O modelo cooperativo deverá se transformar para se adequar à nova realidade da competitividade empresarial. Deverá atuar de forma empresarial, em conjunto com seus associados e haverá necessidade de exclusões do sistema” (...) “Há um grande desafio pela frente no setor cooperativo, que é a Intercooperação”.

No campo da organização da representação dos interesses dos diferentes segmentos sociais, há uma percepção de que os movimentos políticos se farão cada vez mais necessários para a defesa dos pequenos produtores. Neste sentido, haveria uma tendência de fortalecimento de ações de interesse comum através de associações de representação, a qual foi considerada frágil por alguns entrevistados.

Várias organizações (associações, cooperativas) de apoio aos produtores trabalham na região e sua atuação deverá ser ampliada. Prestam serviços de apoio técnico, de crédito e de mercado. Observa-se, ainda, na região, a emergência e consolidação de movimentos sociais mais fortes, melhor estruturados e articulados. Algumas dessas organizações trabalham na perspectiva de fazer do campo um espaço de vida e reivindicam remuneração/subsídio do trabalho exercido pela preservação do meio ambiente, pela melhora da qualidade de vida, pela plantação de espécies nativas, pela produção de alimentos saudáveis, pela própria presença humana, etc., estabelecendo uma perspectiva do campo como um espaço multifuncional.

O movimento social das mulheres está crescendo com a busca de direito e participação da mulher nas decisões. Há percepções de que os movimentos sociais das mulheres tendem a crescer por terem mais facilidade de trabalhar o coletivo e a organização, tanto no campo da produção, como no da representação.

As características culturais da agricultura familiar do Oeste Catarinense colocam-na em condições comparativamente melhores que outras regiões brasileiras, no que se refere a sua capacidade de

absorção de tecnologias e à produção com qualidade. Essas condições deverão se manter e garantir, no futuro, um diferencial para a agricultura familiar catarinense, resume um entrevistado.

5.1.2 Meio-Oeste Catarinense

Há um certo consenso de que no futuro o espaço rural do Meio-Oeste será ocupado por produtores com perfil empreendedor, que trabalharão com mais profissionalismo e através de formas mais associativas, focados no seu negócio e em atividades de maior densidade econômica. Um entrevistado argumenta que “vai ficar no campo quem gosta”. “A perspectiva de lucro é o ingrediente que manterá o jovem no campo”, acredita um outro grande empresário.

Na região de Campos Novos, dirigente cooperativista avalia que haverá dois tipos de agricultores no futuro: um que não dependerá da propriedade rural para viver (aposentados, investidores urbanos, grandes produtores, investidores em terras); o outro dependerá da atividade agrícola e terá que trabalhar de forma profissional, com uso de tecnologias, conhecimentos e informação. Estará focado em poucas atividades agrícolas e baseado no associativismo.

“Haverá poucas chances de sucesso para o pequeno produtor sozinho. É preciso um trabalho associativo – cooperativas e instituições econômicas”, prevê uma liderança de produtores de maçã. “O produtor tradicional só de matérias-primas não tem futuro” prevê outro pequeno empresário.

A tendência de redução do número de produtores, concentração de propriedades e aumento em escala da produção é consensual. Há, também, um processo evidente de envelhecimento da população rural, com grande saída de jovens, o que levará à escassez de mão-de-obra no meio rural.

Há percepções declaradas de declínio de comunidades rurais. Os problemas sociais crescentes se avolumam, principalmente na periferia dos principais pólos regionais, onde as agroindústrias estão instaladas. Segundo declaração obtida em uma grande agroindústria, os problemas habitacionais deverão se agravar no futuro. Tais problemas são decorrentes do êxodo rural e de fluxos populacionais intra-regionais, sem a devida provisão de infra-estrutura social.

Outro problema relacionado está no fato de que muitos trabalhadores sazonais, vindos de outros Estados, contratados por grandes produtores, muitas vezes acabam permanecendo na região e geram conflitos, já que pressionam pelos serviços públicos.

No que se refere às atividades produtivas, a Região Meio-Oeste Catarinense, apresenta significativa diversidade de empresas agroindustriais, seja em tamanho, em produção ofertada e nas estratégias comerciais utilizadas. Algumas atendem o mercado global, outras estão voltadas aos mercados local e regional. Além disso, há a presença marcante de organizações não-governamentais focadas em interesses empresariais e/ou de desenvolvimento rural e representativas da pequena produção familiar.

As empresas e organizações pesquisadas estão atuando no segmento de soja e derivados, rações, feijão, trigo, milho, alho, carne de suínos, aves e derivados, leite, doce de leite, embutidos artesanais de suínos, ovos, maçã, uva e vinho, sucos de uva e outros, espumantes, variada linha de doces caseiros finos, geléias de frutas em geral, conservas de milho verde, ervilha, pepino, massa de tomate, erva-mate e serviços, como o enoturismo e o turismo rural.

Entre os produtos potenciais com investimentos em andamento estão xarope de erva-mate (concentrado com diversos usos), rações, produção de frutas de clima temperado e ovos para indústria.

Há também estratégia orientada à ampliação do mercado, tanto interno como externo na área de suco de uva. As vinícolas estão criando atrativos para turistas visando ao enoturismo. Sugerem também a regionalização (certificação) dos vinhos de Santa Catarina, com a devida comunicação ao mercado de suas diferenças.

As informações levantadas quanto ao desenvolvimento da produção primária sugerem que a área de grãos tende a se estabilizar ou até declinar. Em Campos Novos, dirigente de uma cooperativa declarou que a área mínima com milho passará de 20 para 180ha por produtor e que o foco da produção passará para produtos de maior valor agregado, como rações, aves, ovos para indústria, suínos e frutas. Outro dirigente informou que já não tem nenhum produtor de milho que cultive menos de 50ha.

Há, também, preocupação de dirigentes de grandes empresas e cooperativas com relação ao futuro da produção de soja na região.

As limitações de área disponível, o perfil das propriedades, os problemas ambientais, a cultura contrária aos transgênicos e os custos de produção são fatores citados.

Melhorias na produtividade, na qualidade e maior diversidade de produtos, tanto no campo como nas empresas processadoras, são vistas como fundamentais para o desenvolvimento empresarial e da região como um todo.

As cooperativas locais enfrentam um processo de concentração da produção. Um dirigente prevê um novo aglutinamento de cooperativas similares (grãos), pela necessidade de tornarem-se mais competitivas e viabilizarem produtores (gestão empresarial).

Há, também, a percepção declarada de uma tendência de estabilizar a produção das grandes empresas de carnes. As integrações serão feitas com produtores mais capitalizados, que usam mais tecnologia e que tenham melhor senso de administração. “A escassez de mão-de-obra levará ao desenvolvimento de unidades empresariais de produção de carnes” declara dirigente de uma grande agroindústria. Segundo ele, a falta de mão-de-obra familiar mudará o perfil do sistema de integração, onde haverá empregados.

Estimativa em uma grande cooperativa regional aponta que em cerca de 10 anos os suinocultores cooperativados de Campos Novos deverão aumentar significativamente seu plantel, passando de uma média atual de 500, para 2.000 suínos por estabelecimento. Cerca de metade do grão produzido será consumido pelos próprios integrados (contra 25% atualmente).

Em Fraiburgo, a área de maçã tende a estabilizar-se ou reduzir-se pela falta de frio. Os investimentos individuais ou em grupo se viabilizarão apenas a partir de 15 mil toneladas, conforme estimativas de uma organização de produtores.

Depoimento em uma grande empresa de maçãs destaca tendência de parcerias com médios e grandes produtores, para monitoria da tecnologia (contratos de fornecimento). Estimam também que os grandes produtores deverão diminuir área, os médios devem crescer comprando áreas de pequenos produtores que tendem a diminuir. Os pomares terão em média entre 60 e 100ha. Os pomares de até 10ha tendem a desaparecer.

Ao mesmo tempo em que a super oferta mundial de maçãs é vista como ameaça, vislumbram-se também oportunidades, como o espaço existente para melhoria na qualidade da produção. Um programa de apoio e promoção da maçã catarinense no mercado interno e externo também é apontado como necessário ao desenvolvimento do setor.

Da mesma forma, apesar da estabilização do consumo de erva-mate e a forte concorrência no Mercosul, vislumbram-se oportunidades de mercado na Europa, sobretudo para produtos derivados. Sugere-se a criação de um programa de promoção e valorização da erva-mate catarinense.

A região de Caçador sofre pressão da monocultura (sobretudo do reflorestamento). Observam-se, no entanto, iniciativas isoladas de fomento à diversidade agroecológica como alternativa ao produtor.

Também são realizadas ações de reestruturação das propriedades, valorização do papel das mulheres e dos jovens no processo de desenvolvimento rural. Existem também iniciativas inovadoras com a produção de plantas medicinais e tomate “quase” orgânico.

Também os grandes produtores de tomate estão aumentando suas escalas de produção, enquanto os pequenos estão desaparecendo ou transformando-se em meeiros dos grandes, de acordo com representante de uma organização de pequenos produtores. O tomate poderia ser uma alternativa de diversificação e agregação de valor, mas exige muito investimento, por isso dificulta a pequena produção, argumenta representante de organização de pequenos produtores.

As áreas inclinadas de regiões do Planalto serão destinadas ao reflorestamento. Os pequenos produtores estão vendendo suas terras, as quais estão sendo destinadas a esse fim, aponta entrevistado de uma grande cooperativa de Campos Novos.

Segundo uma associação de produtores, a fruticultura de pequenos frutos é adequada à agricultura familiar e tende a crescer. Assim, a exploração de nichos de mercado tende a crescer em várias áreas e em muitos segmentos alimentares, com produção especializada e tecnificada.

O segmento dos laticínios tem boas perspectivas de crescimento, tanto na opinião de uma grande cooperativa, como de um peque-

no empresário entrevistado. Sugerem-se investimentos na capacitação dos produtores de queijo, especialmente na região de Campos Novos, onde há grande número de produtores e a qualidade do produto é muito baixa.

A alternativa agroecológica, a produção diversificada com agregação de valor e a venda em feiras diretamente do produtor ao consumidor são alternativas possíveis aos pequenos produtores, propostas por uma organização de fomento à pequena produção sediada na região.

Agregação de valor, diferenciação do produto, desenvolvimento em “design” e embalagem, melhoria da qualidade, higiene e limpeza, cumprimento de prazos e fidelização de clientes são estratégias comerciais freqüentemente mencionadas pelos entrevistados e indicativos do perfil da produção regional no futuro.

5.1.3 Litoral Sul Catarinense

A redução do número de produtores, a concentração da produção com aumento na escala dos cultivos e do tamanho médio das propriedades são amplamente lembradas e representam uma forte tendência na região. Esse processo ocorrerá em parte pelo envelhecimento da população rural, que levará à venda do estabelecimento. Representante de grande cooperativa ressalta que os jovens estão saindo e nas propriedades a mão-de-obra que está ficando tem menos escolaridade.

Em 30 ou 40 anos, Santa Catarina terá apenas 30% do número atual de produtores rurais, estima dirigente de uma grande cooperativa de produtores de arroz da região.

Por outro lado, de acordo com depoimento obtido em uma grande empresa, o êxodo rural já foi mais intenso, as cidades se expandiram e surgiram muitas oportunidades para o empreendedorismo rural. Um outro pequeno empreendedor destaca que, quando o jovem rural percebe que há perspectivas de renda, ele acaba permanecendo na atividade rural e assumindo a gestão da propriedade.

Os jovens agricultores no futuro deverão ser mais especializados, terão um perfil mais empresarial e participarão de movimentos organizados visando à renda. As melhores facilidades de

acesso à educação formal e à informação deverão facilitar esse processo.

Liderança de uma organização de pequenos produtores sugere, que no futuro, os jovens que permanecerem na atividade rural, estarão inseridos em modelos associativos diferenciados do sistema tradicional do cooperativismo. Farão especialização e capacitação, focados nas atividades econômicas locais.

No que se refere à evolução das atividades produtivas tradicionais da região, observa-se a consolidação de algumas atividades, ao mesmo tempo em que algumas outras emergem ou declinam.

Tendências apontadas por dirigente de uma grande cooperativa indicam que a área de arroz deverá ser mantida. No Estado, deverá ficar em torno dos atuais 150 mil hectares, mas a rentabilidade decrescente exigirá maior escala para compensar. O número de rizicultores deverá cair à metade. Há pressão da sociedade sobre os cultivos irrigados de arroz, o que também dificultará o cultivo nas condições tecnológicas e de manejo dos recursos naturais atuais.

Outro dirigente de cooperativa de médio porte também argumenta que a área para a produção de arroz chegou ao limite e que os jovens estão saindo do campo em busca de novas fontes de renda. Muitos arrendam suas terras em Santa Catarina e partem em busca de alternativas.

Para garantir maior competitividade e lucratividade, as cooperativas de arroz do Sul Catarinense deverão adotar um novo modelo integrado de gestão. Uma marca coletiva deverá ser lançada nos próximos anos, prevê dirigente de uma importante cooperativa sediada na região. Também a organização dessas empresas para a distribuição no Nordeste deverá permitir o transporte do arroz por cabotagem.

Uma organização de produtores considera que o mercado mundial de arroz será, no futuro, afetado pela escassez do produto, tendo em vista que a área plantada no mundo está sendo reduzida.

Quanto à evolução da atividade avícola, observa-se que em alguns municípios há a perspectiva de crescimento do número de aviários, enquanto em outros a atividade está sendo percebida como saturada.

A bacia leiteira deverá crescer significativamente. As tecnologias em implantação e os investimentos das empresas em assistência téc-

nica especializada aos produtores permitirão aumentar a produção. Também ações conjuntas dos laticínios da região deverão ter efeitos significativos no melhoramento genético do rebanho e na qualidade do leite. Empresário de um pequeno laticínio lembra da necessidade de melhoria na organização da coleta do leite.

O mercado regional de leite teria condições de absorver um volume adicional significativo do produto local. O de leite de cabra e seus derivados também é percebido como em expansão. O mercado de laticínios, no entanto, é visto como muito competitivo, sendo fundamental competir em custos e qualidade.

Neste segmento, estima-se, também, redução do número de propriedades produtivas e um aumento grande na média da produção diária de leite. Uma pequena empresa, por exemplo, que declara uma média atual dos seus fornecedores de 100L/dia, prevê alcançar 300L/dia em 2015.

Outra atividade em desenvolvimento na região é a vitivinicultura associada ao turismo rural. A melhora na qualidade dos vinhos regionais e seus preços competitivos permitirão o desenvolvimento da atividade. Esta é a aposta de uma grande vinícola consultada, tendo em vista o crescente aumento do consumo do vinho, tanto no mercado catarinense, como no brasileiro. O turismo no espaço rural, inclusive o integrado à vitivinicultura, é percebido como importante alternativa econômica para o futuro na região.

Para potencializar a atividade, no entanto, são sugeridas ações para a formação de um arranjo produtivo que leve a uma padronização de produtos e serviços. Além da vitivinicultura, para viabilizar o turismo rural como alternativa econômica, sugere-se que seria necessário inserir outros atores protagonistas locais do espaço rural. “Uma empresa isolada não se viabiliza”, ressalta dirigente de uma vinícola da região.

O Consórcio Intermunicipal de Integração Turística “Caminhos da Colonização Italiana” e a Associação Pró-Goethe são experiências locais que poderão frutificar e inspirar outras assemelhadas.

O desenvolvimento do turismo deverá estar associado também a investimentos em infra-estrutura como melhorias das estradas, das comunicações, na capacitação de recursos humanos e em promoção integrada, argumentam líderes empresariais do segmento.

A produção catarinense de mel terá pouco espaço para crescer, segundo acredita dirigente de uma grande empresa produtora. Investimentos serão necessários na profissionalização do produtor.

Deverá haver redução no número de engenhos de farinha de mandioca, já que há redução do suprimento de matéria-prima no Estado.

A fumicultura deverá permanecer forte na região, já que grande parte da produção estadual está voltada para o mercado externo, que é demandador. O futuro da atividade dependerá da evolução do consumo mundial do produto, o qual, no curto prazo, não deverá sofrer alterações suficientes para afetar a produção local.

Além dessas, outras oportunidades são apontadas para a produção e comercialização local em diversos segmentos. São exemplos citados o segmento de diversas hortaliças (inclusive liofilizadas); milho verde, palmito híbrido e o jussara, palmeira real, banana-passa; banana-passa liofilizada, uvas viníferas, carnes, ovos e cereais, peixe de água doce, entre outros produtos.

O mercado externo é percebido como uma boa oportunidade para alguns produtos regionais. A exportação de mel orgânico para a Europa, acredita-se, deverá crescer. Também existem iniciativas de prospecção de mercado de doces e geléias nos Estados Unidos e Europa. Os mercados da China e da Índia deverão também gerar boas possibilidades de expansão das exportações regionais de carnes de aves.

A diversidade regional e as próprias necessidades e características dos produtores são lembradas como oportunidades para agregar valor aos produtos, tanto por organizações de pequenos produtores, como por segmentos empresariais de grande porte. “É utopia pensar em agricultura familiar se não houver densidade econômica (fruticultura, horticultura, floricultura)”, declara dirigente de uma grande cooperativa.

5.1.4 Grande Florianópolis e Litoral Norte Catarinense

Percebe-se na região um processo de transformação das relações entre o espaço rural e o urbano. Estaria ocorrendo, em muitas áreas, uma urbanização do espaço rural, com o avanço das cidades

sobre as áreas anteriormente utilizadas para a agricultura. Neste contexto cresce a disputa por recursos naturais, humanos e sociais, entre atividades agrícolas, urbano-industriais e de serviços.

Há um certo consenso de que as pequenas cidades deverão expandir sua área urbana, enquanto que nas grandes, como Florianópolis, São José, Itajaí, Blumenau, Jaraguá do Sul e Joinville, também haverá mais verticalização (prédios). Esta urbanização vem também sendo ampliada pela presença de trabalhadores procedentes de outros Estados e mesmo de outras regiões catarinenses.

Nessa região, há forte presença da pluriatividade das famílias rurais. Muitos jovens agricultores estão ocupando empregos urbanos e continuam morando no meio rural. Há expectativa de que parte dos jovens que estão em empregos urbanos retorne à propriedade, já que o emprego nas fábricas não seria mais tão atrativo. “O esquema da indústria de trabalhar 6 dias e folgar 2 não está agradando aos trabalhadores e nem o que trabalha 3 dias e folga 1. O jovem quer liberdade” afirma um entrevistado. Outro aspecto relacionado com a revalorização da agricultura na região é o de que a maioria dos agricultores se aposenta cedo na indústria, e agora muitos retornam para a agricultura.

Boa parte da região é caracterizada por ser a mais industrializada do Estado, onde se encontra os pólos metal-mecânico e têxtil. A agricultura está alicerçada na produção do arroz, banana, palmito, hortaliças. Constata-se falta de mão-de-obra na atividade agrícola. Na produção de banana, por exemplo, já há mão-de-obra proveniente de fora, sobretudo do Vale do Ribeira, São Paulo e do Estado do Paraná. Empresário considera que no futuro a mecanização, a tecnificação e o empreendedorismo deverão melhorar a qualidade de vida no meio rural e atenuar os problemas de êxodo rural. A agricultura da região utilizará pouca mão-de-obra.

Haveria dificuldade de natureza cultural na região. Na fala de um dirigente cooperativista “Nós fazemos o que fazíamos há 50 anos atrás. O produtor rural é muito conservador (não aceita mudanças/ inovações e novas formas organizacionais) e isso desestimula os filhos que não se apercebem das facilidades originadas das novas formas de organização”.

Nesta perspectiva, empresário avalia que o produtor catarinense precisa aprender a quebrar paradigmas, a buscar alternativas e não ficar preso a culturas tradicionais. Neste desafio, deve aprender a fazer parcerias com a iniciativa privada. As relações entre parceiros, defende o mesmo entrevistado, devem se pautar na ética para serem duradouras (relação ganha x ganha).

Há forte preocupação com o futuro da pesca nos depoimentos dos empresários do segmento. “Em 10 anos, ou a pesca sofre uma transformação, ou se acaba”. “A especulação imobiliária e os aterramentos acabaram com os manguezais (Florianópolis, Joinville, etc.). Em decorrência, os peixes, que se criam nos estuários, estão acabando. Há ainda o problema do lançamento de esgotos no mar e lagoas.”

Há constatação de que falta maior integração da cadeia produtiva da pesca com a universidade. Empresários reconhecem a necessidade de aprimorar o relacionamento entre empresas e delas com o governo. “O setor pesqueiro se destaca no cenário nacional e poderia ser um pólo de excelência, com a Cidasc e a Epagri, se tivesse uma política pública para o setor. É preciso uma aproximação das indústrias com a Epagri e Cidasc”.

Haverá dificuldade de renovação dos operadores no setor pesqueiro. As estimativas do setor indicam que a faixa etária média dos empresários é de cerca de 45 anos, e que há também um envelhecimento dos pescadores que trazem a matéria-prima para a indústria. A legislação trabalhista, que não permite o emprego de jovens com menos de 16 anos, limita o ingresso de novos pescadores. Não está havendo sucessão da mão-de-obra na pesca, que passava de pai para filho.

Já na Região da Grande Florianópolis empreendedores da maricultura avaliam que há boas perspectivas para a atividade. Contudo, esta oportunidade vai depender de uma política adequada de regulação do setor público. Esta deveria racionalizar as formas de acesso ao mar, monitorar a qualidade da água e dos moluscos e dar mais apoio à pesquisa e assistência técnica, além de estabelecer política de crédito para investimento.

Da mesma forma, entrevistados destacam que os recursos naturais, de ótima qualidade, conferem vantagens comparativas à pro-

dução local de moluscos. Entre as tendências destacadas por empresários da maricultura de Florianópolis, está a especialização no setor, com o surgimento de produtores de sementes, de criadores de moluscos e de agroindústrias de depuração.

Há uma expectativa positiva dos empresários quanto ao desenvolvimento do setor de flores e plantas ornamentais. Diferentemente da Argentina, onde os empreendedores têm em média 65 anos, em Santa Catarina, eles são relativamente novos. Em Joinville, por exemplo, os filhos estão acompanhando o negócio e buscando formação superior, já que estão vendo boas oportunidades de renda. Os jovens estão entrando na atividade.

A expectativa dos empresários do setor de flores e ornamentais é a de que terá futuro o produtor familiar que se organizar em cooperativas e associações e buscar o apoio do poder público para empreender. Considera-se que no passado o aumento da renda se dava pelo aumento da área e do faturamento por hectare. Agora se dará pelo aumento da produtividade, pela diminuição de custos e pela logística. Embora haja constatação da desconfiança dos produtores locais em função de experiências mal sucedidas, há uma defesa da importância da organização do produtor em cooperativas ou associações. Há tendência de ocorrer um processo de integração no setor de ornamentais. Um grupo de 15 a 20 empresários que detém a maior parte da produção e do mercado tende a contratar novos produtores.

O setor de flores e ornamentais é sensível ao aumento da renda, o que faz o mercado interno consumir pouco em termos relativos. Um cenário de crescimento econômico ampliaria, portanto, o mercado.

O diferencial de qualidade dado pelos recursos naturais (água, floresta e clima) traz boas perspectivas para a expansão da produção de “catfish” na região. Poderá se constituir em um novo sistema de produção integrada, associado à rizicultura e dentro de princípios sustentáveis.

Embora empreendedores afirmem que não haverá expansão de área agrícola nos próximos anos, há uma expectativa declarada de expansão de alguns setores da agroindústria, inclusive com ampliação da produção integrada. A produção integrada de marrecos e patos, por exemplo, foi beneficiada pela experiência anterior na produção integrada de frangos.

O mercado atual da banana regional é o da Argentina e do Uruguai, que são os grandes importadores da banana catarinense. Contudo, este mercado é também disputado pelos produtores da Bolívia. A exportação para a Europa depende de aprendizado dos operadores, já que os europeus são mais exigentes (resíduos de agrotóxicos) e ainda protegem a produção das ex-colônias com taxas preferenciais e consideram a produção integrada de frutas (PIF) como uma exigência para importação.

A opção apontada por um entrevistado do setor é a de que Santa Catarina trabalhe com qualidade diferenciada da banana, envolvendo certificação. A produção orgânica para os pequenos produtores também é vista como uma alternativa promissora.

Dirigente de organização de produtores avalia que está em curso um processo de concentração da produção da banana cuja área média hoje é inferior a 10ha, mas até 2015 poderá ser de 12 a 13ha.

O produtor de banana do futuro será mais receptivo à adoção de tecnologias e terá instrução de nível médio (2º grau) ou superior, segundo um dirigente de organização de produtores. Haverá profissionalização da cadeia produtiva.

Uma oportunidade vislumbrada por empresário do setor de plantas bioativas é a do produtor rural produzir a matéria-prima e fazer o primeiro processamento. A etapa final poderia ficar com as indústrias.

As outras oportunidades apontadas por entrevistados da região para 2015 estão na produção orgânica de bananas, hortaliças e plantas bioativas (acerola) e na agregação de valor à matéria-prima, a partir da organização da agricultura familiar.

5.1.5 Planalto Norte Catarinense

A dinâmica de desenvolvimento da região está sendo caracterizada por um processo de transformação/transição, ancorado no estabelecimento de novas atividades produtivas (reflorestamento, suinocultura), expansão das atuais (milho, soja, etc.) e busca da substituição do fumo por novas atividades de parte da agricultura familiar (produção orgânica, frutas, agroindústria, etc.). Neste contexto, percebe-se polarização de visões acerca do futuro com relação ao desenvolvimento do espaço rural.

Muitas oportunidades são vislumbradas por entrevistados otimistas em relação ao futuro do agricultor familiar. São apontadas boas perspectivas via agregação de valor, produção orgânica ou na organização da produção e da comercialização e no turismo rural. Outros entrevistados, no entanto, avaliam que há uma tendência à concentração da riqueza e da terra, com diminuição do número de agricultores e da população rural na região.

Nesta última perspectiva, entrevistados afirmam que poucos filhos de agricultores permanecerão no meio rural. Há uma avaliação também de que os que vão para o meio urbano dificilmente voltam, pois há muitas oportunidades que o campo não oferece. A situação é agravada pela difícil situação da produção convencional de milho, feijão e fumo, que estimula o êxodo rural.

Por outro lado, as oportunidades de emprego nas cerca de 250 fábricas de móveis, no municípios de São Bento do Sul e Rio Negrinho, são fatores de atração de mão-de-obra. Muitas vezes, os jovens se deslocam para trabalhar nas fábricas e voltam para casa à noite, deixando o trabalho da propriedade por conta dos pais.

Lideranças de organizações de agricultores familiares manifestam preocupação com o êxodo rural. “São Paulo, Joinville e o litoral atraem agricultores pelas perspectivas de emprego. A falta de opção de vida e frustração também com a renda agrícola leva a numerosos casos de suicídio na região”, segundo entrevistado. Avaliam que “as dificuldades financeiras e os rigores da legislação ambiental estão levando os produtores a vender suas glebas para chácaras de fim de semana (investidores de Joinville) e para as reflorestadoras”. Muitas dessas propriedades estão sendo compradas por empresas, para reflorestamento de espécies exóticas. Um futuro pouco promissor é vislumbrado por um pequeno agroindustrial que antevê: “Eu deverei andar na coleta de leite no meio de uma floresta artificial”.

O reflorestamento cresceu muito, mas em menor intensidade nas áreas de lavoura “O pior negócio é pínus em área agricultável. O que vai regular o reflorestamento é o preço da terra, que é o maior custo para implantação do reflorestamento” avalia grande empresário da região. Segundo o mesmo entrevistado, no futuro próximo deverá haver uma boa oferta de matéria-prima florestal devido aos plantios realizados recentemente, sendo que o diferencial de preços será

em função da qualidade da madeira, resultado de bom manejo dos maciços. Há preocupação relacionada ao excesso de oferta de madeira no futuro. Uma oportunidade será o reflorestamento de biomassa para fins energéticos.

Na avaliação de grande empresa do setor florestal, as florestas tendem a ser um componente importante da propriedade agrícola, fazendo parte de esquemas de diversificação. Deve haver crescimento da importância das propriedades agrícolas no fornecimento de madeira para a indústria.

Segundo dirigente de grande empresa do setor, a expectativa é de que 25% das áreas de florestas no futuro seja de produtores independentes (agricultores e reflorestadores que transformam). Esta mesma empresa estaria iniciando processo de organização de reflorestamento com as Associações de Desenvolvimento de Microbacias no município de Itaiópolis.

O mesmo entrevistado argumentou que o projeto microbacias tem ajudado muito na organização do produtor, e tem despertado a cultura organizativa, pouco valorizada na região. Nesta dimensão foi fundada a Associação dos Ervateiros do Planalto Norte Catarinense em 2004.

A erva-mate da região é considerada de excelente qualidade pelo mercado, tanto interno como externo, sendo que boa parte dos ervais é extrativa. Produção e consumo de erva-mate tendem a crescer. Contudo também há constatação de que a região é carente de uma formação em “gestão exportadora”.

Há preocupação dos entrevistados com o futuro dos ervais nativos: “Os ervais nativos estão se acabando devido ao avanço exagerado dos plantios de pinus e também devido à pecuária (muito pisoteio). As colheitas fora de época (induzidas pelas ervateiras) são outro fator de perda de vigor dos ervais nativos e de queda na qualidade da erva-mate. O produtor não planta porque o retorno da cultura é de médio prazo e a lucratividade é baixa”.

Avaliação de dirigente de grande agroindústria é a de que a área de trigo na região deve se manter a médio prazo. Não plantar trigo no inverno aumenta o custo da lavoura de verão. As culturas bioenergéticas poderão ter impacto positivo na cultura do trigo (que ocorre no inverno).

Na busca de atividades produtivas para substituir o fumo, são sugeridas atividades organizadas, com assistência técnica, crédito e capacitação, em torno de hortaliças e frutas, produção orgânica, artesanato, agroindústria rural e turismo rural. “Introduzir a fruticultura na região, como substituição à cultura do fumo. Isto deve ser feito, entretanto, para beneficiar aos pequenos agricultores, e com linha de crédito acessível para a conversão. Deverá ser estimulada a organização do produtor e sua participação em movimentos sociais”, defende dirigente de organização dos agricultores familiares.

Considerando a oportunidade de agregação de valor ao milho e soja produzidos na região, estão sendo implementados projetos onde se destacam a suinocultura e a avicultura. Também estão em evidência ações na área de ervas medicinais (melissa e alcachofra), erva-mate orgânica, mel, frango colonial, hortaliças orgânicas, tomate e fruticultura. Em alguns municípios considera-se também que o turismo rural tem potencial para crescer e se desenvolver.

Apesar dessa perspectiva de diversificação, empresário afirma que no futuro “dinheiro não vai faltar, mas estará nas mãos de poucos. O aumento da concentração da terra e da renda acarretará mais problemas na periferia das cidades com o êxodo dos jovens”.

Dirigente de uma organização de agricultores constata, entretanto, que a partir da implantação de políticas públicas como o Banco Nacional da Agricultura Familiar – BNAF¹⁷ –, houve muitos jovens agricultores que voltaram do emprego urbano à atividade agrícola e, inclusive, muitos fazendo faculdade. Ainda há muitos que precisam de oportunidades, apoio e parcerias para se desenvolver. Estaria havendo, ainda na visão do dirigente, pequenos e médios produtores procurando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para se engajar em novos projetos/produtos (principalmente após as falências das cooperativas de Mafra e Canoinhas).

Ainda, segundo entrevistado, a região tem uma das maiores e melhores bacias de água do mundo e deveria aproveitar melhor isto, como na piscicultura de água doce. O Estado de Santa Catarina deve

¹⁷ O BNAF é uma ação conjunta da Embrapa e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag – com atuação no município de Mafra e região com o objetivo de apoiar os agricultores familiares. Com o BNAF, os agricultores têm acesso mais fácil a tecnologias, além de informações para gerenciamento de pequenas propriedades.

adotar uma política de agregação de valores de forma crescente como, por exemplo, deixar de exportar soja em grão.

O produtor rural do futuro deverá ser instruído, ser empreendedor, ter conhecimento, ter capacidade de gestão e para isso “é preciso mudar a mente do agricultor” afirma um dirigente de pequena agroindústria. Empresário avalia que a maior instrução levaria a uma nova maneira de gerir a propriedade, de forma sustentável, tanto ambiental como economicamente.

Outra perspectiva é a assinalada por líder de uma organização de produtor: “Hoje o produtor rural tem mais oportunidades do que há 10 anos atrás e ainda vai melhorar mais. O produtor rural deverá ter um perfil, no futuro, mais associativo, melhor inserido nas instituições e mais relacionado com as atividades urbanas. O futuro depende dos produtores se associarem para agregar valor” sintetiza outro entrevistado.

A necessidade de trabalhar em grupos, associações, cooperativas e através de instituições de apoio ao longo da cadeia produtiva deverá levar a uma estrutura mais organizativa da produção rural. “É preciso criar relações de confiança e construir fidelidade nas relações comerciais”, argumenta outro entrevistado.

5.1.6 Planalto Sul Catarinense

A Região do Planalto Sul está num processo crescente de diversificação produtiva, onde se destacam a expansão da fruticultura, o reflorestamento e, em menor grau, a pecuária leiteira e a agroindustrialização. Neste contexto, pode-se identificar claramente uma tentativa de superação dos desafios históricos regionais, como a existência de baixos índices de desenvolvimento, pobreza e altos índices de evasão rural e regional.

Dos investimentos em curso, destacam-se a diversificação para uva e vinho, sucos, mirtilo, hortaliças orgânicas e a agregação de valor na indústria de laticínios, com a produção de queijos e derivados. São outros exemplos citados a produção de iogurte e a bebida láctea, incluindo a diversidade de frutas da região.

Novos investimentos em “packing house” e câmaras frias estão em implantação, consolidando a vocação regional, assim como novos processos de agroindustrialização da maçã (geléias, sucos, etc.).

Há otimismo de alguns entrevistados em relação ao futuro da região, que apesar dos obstáculos herdados da cultura extrativista, e pelo modelo de ocupação baseado em grandes propriedades, parece caminhar em direção a uma lenta mudança de paradigma.

Mas, também, por outro lado, há um certo pessimismo, expresso na visão de grandes empresários sobre as perspectivas de futuro dos pequenos produtores da região. Esta perspectiva estaria associada ao isolamento e à cultura enraizada na produção de gado. Dirigente de grande empresa da região pontua que os pequenos produtores não querem mais ficar no campo e irão desaparecer. Os jovens, filhos de produtores, estão indo trabalhar na indústria. Devem permanecer apenas as grandes empresas ou produtores associados em grupos ou cooperativas. Está havendo um processo de concentração da produção na cultura da maçã e “as pequenas empresas tendem a desaparecer, a menos que se unam”, sumariza grande empresário.

Filhos de pecuaristas tradicionais não são estimulados a investir em novos produtos e, por vezes, abandonam a atividade. A expectativa, no entanto, é de que a bacia leiteira vai crescer na região e no Estado. Na região deverá se ampliar a agregação de valor a partir do leite, com a utilização de frutas.

Investimento em vitivinicultura deverá crescer significativamente, incentivando o enoturismo, que cresce também com o turismo voltado aos esportes radicais e de aventura. “É fundamental que o governo estadual e a Prefeitura Municipal de São Joaquim desenvolvam um plano estratégico de remodelagem da cidade (paisagismo, arquitetura, etc.)”, argumenta empresário da vitivinicultura. Neste sentido, grande empresa aposta na estratégia do valor percebido, investindo na história da empresa e na qualidade do produto (vinho), visando fortalecer a marca e o território diferenciados.

Há perspectiva de entrada na região de novos produtores tradicionais de uva de outras regiões, como a do Rio Grande do Sul, o que é avaliado como força propulsora para a mudança regional. Com a chegada dos novos empresários, São Joaquim deverá mudar em

pouco tempo, acreditam entrevistados. Também concorre para esta mudança a tendência de jovens universitários voltarem para a cidade natal, mas para trabalhar em atividades urbanas ou ligadas aos serviços de turismo e não em agricultura.

Há uma tendência percebida de aumentar a área plantada de maçã, em municípios com maior altitude (São Joaquim, Bom Retiro, Bom Jardim da Serra e Urupema). Nestes, onde não há grandes áreas disponíveis para compra, a tendência é o estabelecimento de parcerias com pequenos produtores, segundo previsão de dirigente de associação de produtores.

As cooperativas de pequenos produtores apostam no crescimento do mercado de alimentos orgânicos, hortaliças e frutas, inclusive no caso específico da maçã. Dirigente de uma cooperativa defende que “as culturas da uva, do vinho e de frutas alternativas, devem estar também focadas no pequeno produtor, para que gerem o desenvolvimento regional”.

Empresário entrevistado defende que o pequeno produtor tem que ser estimulado a produzir outras variedades de frutas (peras, mirtilo, ameixa letícia, morango), de forma organizada, em torno de empresas, indústrias ou cooperativas. O mesmo entrevistado sugere a isenção de taxas na aquisição de máquinas agrícolas, quando para uso exclusivo do produtor como forma de baixar o custo destes investimentos.

Há preocupações de entrevistados sobre os possíveis impactos destas novas atividades nos padrões de desenvolvimento regional. A crescente produção verticalizada (maçã, alho, cebola, mirtilo e outras frutas), que utiliza mão-de-obra sazonal importada de outras regiões, deverá trazer impactos na segurança das cidades e congestionamento nos serviços públicos.

Considera-se, também, que o desenvolvimento de unidades verticalizadas (produção própria) e altamente tecnificadas teria pouco impacto no desenvolvimento regional, avaliam entrevistados. Estas unidades contratam pouca mão-de-obra local e não envolvem contratos de fornecimento com produtores locais. A produção de mirtilo, em Bom Retiro, por empresa multinacional, se constitui num exemplo. Mão-de-obra barata é apontada como razão para escolher Lages para sediar outra empresa exportadora.

Ampliar a organização e o associativismo de pequenos produtores de maçã, que ainda estão fora do sistema cooperativo se constitui no grande desafio da região. A constatação de dirigente de cooperativa, de que o produtor é conservador está incentivando o trabalho com jovens cooperativados, que aceitariam melhor as mudanças.

Na visão do entrevistado, o “produtor do futuro deve ser mais participativo, mais profissional, trabalhar melhor a produtividade e a qualidade do produto. Deve ser mais produtivo e ter uma boa visão de mercado. Deve ver a assistência técnica como um investimento”. Outro entrevistado assinala que “é necessário fazer uma ‘conversão’ cultural do produtor local, que tem uma tradição extrativista e de pecuária extensiva, para a cultura da uva e do vinho, que têm características distintas”

5.1.7 Alto Vale do Itajaí

A expansão urbana nos pequenos municípios deverá, nos próximos anos, ocupar áreas que atualmente são utilizadas pela agricultura. Entrevistados falam em “multiuso” do espaço rural e urbano, com redução das atuais atividades não rentáveis e surgimento de outras, como a produção de verduras, frutas e produtos orgânicos.

Depoimentos revelam tendência dos produtores rurais substituírem a produção de milho, feijão e alimentos de subsistência por atividades mais rentáveis. A produção em escala do arroz foi um dos exemplos citados.

Outra tendência aponta para a saída de jovens da atividade agrícola. A oferta de empregos e oportunidades nos setores urbanos da região, como o têxtil, metal-mecânico e serviços é atrativa aos jovens rurais. Na agricultura ficariam os que se preparam para atuar empresarialmente na produção agrícola, dentro de uma perspectiva alternativa ao cenário tradicional, conforme afirma um empresário entrevistado.

Segundo dirigente cooperativista, os jovens sairão da atividade rural apoiados pelos pais, que querem ver os filhos estudando e buscando emprego formal. “Falam mal da atividade e da vida rural em família, o que desestimula os jovens”. Embora em menor número, os agricultores estarão mais focados e especializados. O tamanho médio

das propriedades será maior e as atividades desenvolvidas serão mecanizadas. Permanecerá portanto, na avaliação de empresário, quem agregar terras e aumentar a produção e a produtividade.

Outro entrevistado argumenta que haverá redução do número de agricultores, mas aumentará o número de famílias no espaço rural que não dependam da atividade agrícola. O produtor rural que permanecer na atividade será cada vez mais focado em resultados econômicos nas diferentes atividades. O grande desafio da região está em alterar o processo de produção familiar dos moldes atuais e inserir os jovens numa nova proposta de valorização da atividade agrícola.

Outra perspectiva apontada é a do aumento também do número das propriedades destinadas exclusivamente como investimento de moradores urbanos, a grande maioria para o reflorestamento com pinus e eucalipto.

Há preocupações manifestadas de que ocorra o aumento do reflorestamento com o uso inadequado do solo. Do ponto de vista econômico, há receio de que o mesmo leve ao esvaziamento do campo, o que traria reflexos negativos nas economias dos municípios.

Entrevistados avaliam como promissoras as atuais atividades de produção de leite, reflorestamento, fumo, cebola, suínos e peixe. Produtos com potencial identificado foram plantas medicinais, cebola orgânica, produtos artesanais voltados para o mercado regional e a piscicultura.

A mandioca deverá ter redução de plantio. Em função da desorganização da produção, a mandioca tem grau de flutuação de preços no mercado interno, afetando mais significativamente as pequenas empresas.

Os pequenos abatedouros de aves apostam na eficiência, na venda da imagem, na segurança sanitária e nos novos produtos, já que não têm grande volume.

Há uma defesa do zoneamento econômico e ecológico para as atividades rurais da região com o estabelecimento de uma política de subsídio e apoio aos pequenos agricultores, nos moldes dos Estados Unidos e UE.

No entendimento de vários entrevistados, a cadeia produtiva da cebola está desorganizada. Na visão de um empresário: "O produtor de cebola vê o atacadista/comerciante como inimigo, não conhece

o mercado e seu funcionamento. Não sabe para quem vai produzir; qual a finalidade de seu produto; quais as necessidades dos clientes, etc. Falta a cultura de parceria na cadeia produtiva, em condições de igualdade e de conhecimento”.

Santa Catarina continuará perdendo mercado da cebola pela desorganização na produção, pelos problemas de qualidade da oferta e, em especial, pela não profissionalização do setor. Empresários locais avaliam que há falta de planejamento da produção, que deveria estar focada no mercado.

Outro empresário sugere estabelecer novas estratégias de produção e de comercialização para a cebola catarinense, a partir de um novo arranjo produtivo entre produtores organizados e atacadistas. Sugere-se, aí, a inclusão de um selo de origem, investimentos na qualidade e na organização da produção e do mercado.

Considera-se que, no futuro, a organização em associações, cooperativas e empresas acontecerá pela força de mercado e pela necessidade de sobrevivência na atividade rural. Segundo dirigente cooperativista, haverá mudanças no modelo atual do sistema cooperativo de produção, com o surgimento de novos modelos de associações. A globalização e as exigências da competitividade mundial pressionarão as cooperativas a se profissionalizarem, o que significará exclusão de associados.

5.2 O agricultor do futuro

A qualidade dos recursos humanos é considerada um dos grandes diferenciais competitivos da agricultura de Santa Catarina e um aspecto determinante para que muitos empreendedores agroindustriais optem por realizar seus investimentos no Estado e não em outras áreas do País. Esta característica foi abordada com frequência pelos entrevistados.

Contudo, esse aspecto não contempla todos os agricultores e uma parcela considerável de agricultores familiares não consegue alcançar um patamar de renda adequado. Esse fator, somado a outros que determinam uma insatisfatória qualidade de vida no campo, vem contribuindo para um êxodo rural médio da ordem de 1% ao ano (2% entre os jovens) nos últimos anos, com tendência a acelerar-se.

Esses números, bem como os demais aspectos em evolução abordados neste capítulo, dão indicativos das características e contornos do meio rural no ano de 2015.

5.2.1 Alguns dados e considerações dos entrevistados

Dados do LAC, referentes ao ano de 2003, mostram que 43% dos chefes de família dos estabelecimentos agropecuários têm mais de 50 anos e a pirâmide etária indica um processo de envelhecimento no campo. Observou-se, também, que cerca de 21% dos estabelecimentos rurais já não contam com filhos residentes, o que compromete diretamente a continuidade da reprodução da agricultura familiar no médio prazo. Fenômeno similar é observado na área da pesca (litoral).

Há que se ressaltar também que em algumas cadeias produtivas – onde novas tecnologias permitem intensificar, mecanizar e automatizar (isto é, “industrializar”) o processo de produção – o aumento da produtividade do trabalho diminui as oportunidades de novos empregos ou ocupações no campo e exclui os produtores de menor tamanho.

Dentre as principais causas dos problemas econômico-financeiros da agricultura familiar em Santa Catarina, podem ser apontadas: a) a predominância de atividades agrícolas que geram pouca renda por unidade de área; b) a reduzida apropriação dos pequenos produtores no valor final da produção; c) os escassos conhecimentos gerenciais e de funcionamento dos mercados; d) reduzido grau de organização; e) dificuldades de acesso a crédito de investimento em condições compatíveis com a pequena escala de produção.

A este propósito, nas entrevistas realizadas foram registradas opiniões e considerações, conforme segue.

O processo de concentração da produção terá continuidade, mas o tamanho máximo dos empreendimentos agrícolas e pecuários deverá ser limitado pelo pequeno tamanho das propriedades e a escassez de mão-de-obra (sobretudo a familiar) na agricultura catarinense.

Segundo opinião de diversos empresários das agroindústrias, as propriedades do futuro serão maiores, mais mecanizadas e menos

dependentes de mão-de-obra. No sistema de integração permanecerão os produtores maiores, que terão perfil mais profissional e serão mais especializados.

Na pecuária leiteira, prevê-se que por volta de 2015 a escala mínima estará situada entre 3 mil litros/mês por produtor (cooperativas) e 9 mil litros/mês entre os fornecedores dos grandes laticínios. Na suinocultura, estima-se no setor cooperativo uma escala mínima entre 900 terminados por lote e 500 matrizes por produtor na produção de leitões; na avicultura, prevê-se dificuldades para os avicultores que não tiverem no mínimo dois aviários de 100 metros e situados nas proximidades dos frigoríficos.

Na produção de maçã, na região de Fraiburgo, os grandes empresários consideram como área total mínima módulos entre 60 e 100 hectares por produtor; na região de São Joaquim, de 10 a 12 hectares e de forma cooperativada. Na bananicultura, considera-se que, para viabilizar o negócio, o produtor terá que plantar no mínimo 12 a 13 hectares.

No Litoral Norte, a escassez de mão-de-obra está sendo suprida com contratações de trabalhadores procedentes de outros Estados (Vale do Ribeira, Norte do Paraná, etc.). O conceito generalizado entre os entrevistados é de que a qualidade desta mão-de-obra é inferior à local e que a vinda destes trabalhadores sazonais se faz acompanhar de aumento de conflitos sociais. Como todos os anos alguns destes trabalhadores decidem fixar residência na periferia das cidades, estão surgindo favelas nos pequenos municípios “rurais” de Santa Catarina. Os governos municipais se vêem contingenciados a ampliar investimentos em segurança, saúde, infra-estrutura (água, energia, rede viária, serviços de saúde, etc.).

Na Região Oeste foram considerados como claros, no horizonte de 2015, os seguintes aspectos: a) redução do número de propriedades e concentração da produção; b) em função do envelhecimento da população rural, um número crescente de cooperados será composto por moradores do espaço rural e não mais por produtores (estarão arrendando suas lavouras); c) intensificação do reflorestamento nas áreas de encostas e de áreas agricultáveis dos pequenos agricultores; d) muitos produtores terão curso superior (em relação à proporção atual).

O agricultor familiar terá dificuldades para se manter na atividade se não estiver ligado às cooperativas e associações de produtores, ou então se não possuir contrato de fornecimento com agroindústrias ou varejistas. A intensificação da integração nas cadeias produtivas é uma tendência generalizada na visão dos entrevistados.

Entrevistados consideram que a principal razão pela qual os jovens não querem ficar no campo é a falta de perspectiva de renda. Contudo, outras razões foram levantadas pelos entrevistados. Na opinião de um líder de pequenos produtores: “o agricultor não tem fim de semana e o jovem quer liberdade; quer salário, não mesada; quer uma renda mensal, inovação tecnológica; quer autonomia e não subordinação. O jovem hoje pergunta por que fazer tal coisa? Não é mais como na nossa geração que o que o pai falava era lei”. Além do perfil mais independente, os jovens cresceram ouvindo críticas ao sistema de integração (sobretudo na suinocultura – ou mesmo da atividade agrícola em geral) e não contam com o estímulo dos pais para permanecer na atividade. O maior número de oportunidades no futuro levaria esses jovens à busca de outras alternativas de produção, trabalho e renda.

Nos movimentos sociais, se fazem considerações sobre o modelo educacional, que estaria contribuindo para a baixa auto-estima entre os jovens agricultores e para a fuga do campo: “a retirada da escolinha do meio rural faz com que haja mudança de mentalidade “(...)” o campo passa a ser visto como lugar de atraso. Além do estudo, os jovens são atraídos pelo lazer e pelos atrativos do meio urbano. A idealização é de que o estudo é importante e voltado para a vida no meio urbano”.

Desta forma a questão da sucessão nos estabelecimentos rurais coloca-se como um grande desafio.

5.2.2 Perfil do agricultor do futuro

De um modo geral e diante das visões de futuro apontadas, pode-se concluir que estarão no futuro produzindo e vivendo da atividade agrícola rural os produtores com mais aptidão e melhor preparo técnico e gerencial. Serão ambientalmente mais conscientes,

adotando princípios de sustentabilidade. Por necessidade, serão mais associativos e cooperativos.

Vários depoimentos apontam também que jovens urbanos qualificados deverão investir no campo. Terão perfil empreendedor e investirão em atividades com perspectiva completa de lucratividade.

A questão da sucessão na agricultura familiar e o perfil apontado para os agricultores do futuro são temas que requerem maior atenção das organizações de produtores, agroindústrias e poderes públicos. Será preciso um esforço multiinstitucional muito grande para garantir a ocupação humana, a preservação da biodiversidade e a manutenção da atividade agrícola no espaço rural.

6 Os desafios e as oportunidades no sistema agroalimentar e no espaço rural de Santa Catarina em 2015: a interpretação dos pesquisadores

O Estado de Santa Catarina se constitui num exemplo da complexidade que caracteriza a dinâmica recente da agricultura e do mundo rural. Isso se evidencia nas distintas percepções e interpretações dos entrevistados sobre as tendências para o desenvolvimento da agricultura catarinense. Mesmo assim, consideramos válido realizar um esforço de interpretação preliminar acerca do que se esperar para o sistema agroalimentar e o espaço rural catarinense em 2015, dadas as tendências neste estudo apontadas.

A evolução do contexto internacional e nacional apresenta boas perspectivas para a agricultura e o agronegócio nacional, conforme apontam os estudos de cenários anexados neste documento. Contudo, esta perspectiva não parece ser, necessariamente, favorável para uma parcela importante dos agricultores familiares catarinenses.

As oportunidades do Brasil deverão advir principalmente da sua competitividade na produção de grãos, de proteína animal, de frutas tropicais, de biocombustíveis e de produtos florestais, produzidos predominantemente em larga escala.

Todavia, apenas pequena parte das regiões e dos produtores catarinenses apresenta as condições favoráveis à produção dessas “commodities” em larga escala. Isso se deve ao pequeno tamanho dos estabelecimentos agropecuários, à limitação de áreas aptas ao cultivo mecanizado, à crescente pressão sobre os recursos naturais e à limitada capitalização dos produtores. Considera-se, devido a esses fatores, que o Estado de Santa Catarina deva perder, gradativamente, competitividade nas atividades que exigem larga escala, cujas produções tendem a se concentrar especialmente nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do País.

A produção em larga escala, a mecanização de operações e a divisão do trabalho, (industrialização do processo de produção) nas principais cadeias produtivas – são imperativos que tendem a permanecer produzindo como resultado a concentração da produção e a exclusão dos produtores de menor tamanho.

Por outro lado, este processo abre oportunidades para parte destes produtores em atividades onde a escala de produção tem menor relevância, particularmente aquelas de maior densidade econômica. Além disso, intensifica-se a necessidade de explorar novos papéis para o espaço e população rurais.

Nas cidades, observa-se que o crescimento demográfico e o processo de urbanização, ainda em evolução, estão definindo pólos regionais e microrregionais, com funções e espaços de influência ainda em construção. Esses espaços geram, por um lado, oportunidades para o desenvolvimento rural, já que concentram consumidores e oferecem serviços, públicos e privados. Por outro, são o resultado do declínio de muitos municípios e comunidades rurais e de um campo com menos gente.

Percebe-se, ainda, que a mão-de-obra apta às necessidades agrícolas e agroindustriais no meio rural e, mesmo no ambiente urbano, está tornando-se cada vez mais escassa, o que vai estimular ainda mais o processo de mecanização na agricultura e, sobretudo, de automatização das atividades agroindustriais.

Há, ainda, um processo crescente de expansão das áreas urbanas com habitações, atividades industriais, de prestação de serviços e lazer, em direção às áreas rurais. Este processo, mais visível nas regiões litorâneas, traz consigo uma maior concorrência pelos

recursos naturais e pela mão-de-obra, aumentando o custo das atividades econômicas com base agrícola.

Além do aumento dos custos, a intensificação do uso dos recursos naturais ampliará ainda mais o problema da falta e da qualidade da água, já percebido em muitas regiões.

O reflorestamento, também em expansão, ocupa áreas agrícolas e concorre para o acirramento da competição por recursos naturais. A expansão do reflorestamento, sem uma proposta mais ampla de desenvolvimento local, pode agravar o problema da pobreza e do esvaziamento rural, em parcelas significativas de várias regiões do Estado.

A tendência de aumento da demanda por terra e recursos para produção de bioenergia, a depender de como será encaminhada, poderá, no futuro, tanto abrir como restringir oportunidades para geração de renda e emprego, nos territórios da agricultura familiar.

Outro desafio para o desenvolvimento da agricultura catarinense decorre do envelhecimento da população rural, que se acelera devido à reduzida taxa de permanência de jovens na atividade. Conforme dados de Santa Catarina (2005), cerca de 45% dos produtores residentes no meio rural (chefes de família) têm mais de 50 anos e cerca de 21% dos estabelecimentos rurais já não contam com filhos para a sucessão.

Há, ainda, a preocupação com os efeitos do aquecimento global sobre a produção agrícola, cujo impacto ainda está por ser devidamente dimensionado. Associado à mudança de temperatura, há ainda o efeito esperado de um maior número de fenômenos, como enchentes e estiagens, assim como mudanças bruscas de temperatura. De toda forma, há um certo consenso de que haverá aumento do risco para a produção de alimentos e matérias-primas.

A crescente consciência ecológica, a preocupação dos consumidores com a segurança dos alimentos e com o bem-estar dos animais, as maiores exigências do mercado com relação às condições e as relações sociais de trabalho, de produção e comercialização, também provocam mudanças nos sistemas de produção. Estas mudanças tanto poderão atuar como forças restritivas, encarecendo custos de produção, como poderão propiciar oportunidades com o surgimento de mercados possíveis de serem ocupados pelos agricultores familiares.

O maior adensamento populacional, as mudanças e a maior sofisticação dos hábitos dos consumidores deverão gerar, a exemplo do que ocorre nos países desenvolvidos, oportunidades para aumento de renda através da ampliação do mercado de produtos típicos de território, das indicações geográficas, de produtos orgânicos e da exploração de mercados regionais ou segmentados. Devem influir também na intensificação das relações diretas entre produtores e consumidores, gerando oportunidades para o desenvolvimento de novos produtos e de suas respectivas cadeias produtivas.

No que respeita à regulação das atividades agrícolas e não-agrícolas no espaço rural, novos contornos estão sendo delineados. A complexidade do novo mundo rural que está surgindo requer a atualização das legislações ambiental, sanitária, trabalhista e fiscal que regulam a atividade econômica para assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais e estimular o desenvolvimento dos territórios rurais.

Há grande convergência de opinião dos entrevistados quanto à necessidade de maior participação da sociedade no estabelecimento de programas e projetos públicos de pesquisa e extensão rural. Há, também, uma percepção presente de que o setor público agrícola de Santa Catarina precisa dedicar um maior esforço aos novos produtos que estão se apresentando como oportunidades de geração de renda, como são exemplos a produção leiteira, a produção de frutas, a olericultura e a produção de plantas bioativas.

A existência de políticas específicas e de organização dos territórios será o ponto de apoio para o aproveitamento destas oportunidades de desenvolvimento sustentável dos espaços rurais.

Visualizam-se ainda, especificamente, as seguintes tendências para o sistema agroalimentar catarinense e o espaço rural em 2015:

- Continuidade e intensificação da inserção das cadeias produtivas de suínos, aves, fumo, florestas, milho e soja no comércio internacional.
- Predominância de grandes empresas agroindustriais no controle das respectivas cadeias produtivas inseridas em redes internacionais de produção e comercialização de “commodities”.

- Intensificação dos controles de qualidade sobre os produtos, especialmente os alimentos produzidos para os mercados nacional e internacional.

- Continuidade do processo de industrialização da agricultura, com utilização crescente de tecnologia poupadora de mão-de-obra, especialização e ampliação da escala de produção, acentuando o processo de concentração, seleção e exclusão de produtores.

- A intensificação destas tendências está levando a uma inflexão entre os padrões de desenvolvimento agrícola (setorial) e do espaço rural (territorial, multissetorial e/ou multifuncional).

Assim teríamos, por um lado, uma melhoria dos indicadores de desenvolvimento agrícola (setorial) com aumento da produção, da produtividade e da competitividade setorial da agricultura. Ao mesmo tempo, por outro, assistimos a um processo ampliado de deterioração dos indicadores de desenvolvimento rural (territorial) com fragilização da agricultura familiar, aumento da exclusão e do êxodo rural, especialmente dos jovens e, conseqüentemente, o esvaziamento do meio rural, enquanto espaço de moradia, produção e de manutenção da biodiversidade.

Contudo, há evidências de que novos produtos, agentes e processos de desenvolvimento da agricultura e do espaço rural estão emergindo:

- A produção leiteira, por exemplo, constitui-se numa atividade cuja dinâmica aponta para a sua consolidação como uma produção âncora de milhares de agricultores familiares. Contudo, a amplitude que terá dependerá da trajetória tecnológica, da forma de organização da produção, do mercado-alvo do leite e derivados e, sobretudo, das políticas públicas de apoio e regulação.

- Há também novos entrantes em produtos diferenciados, como empresários rurais ou urbanos e grandes empresas que buscam aproveitar as oportunidades de mercado para novos produtos. São exemplos, o mirtilo, physalis, uvas e vinhos finos de altitude.

- Observa-se também a implantação de novos empreendimentos ligados a agregação de valor (agroindústrias artesanais e de pequena escala, turismo rural, de aventura, religioso, etc.) e atividades não-agrícolas no meio rural.

- Outras oportunidades de mercado estão sendo aproveitadas por uma vasta rede formada por agricultores familiares e suas organizações (Apaco, Acevam, Afruta, Cooperbiorga, Agreco e outras)¹⁸ com foco nas feiras, cestas de produtos, mercado institucional, comércio de produtos orgânicos, artesanais, etc.

- Observa-se, ainda, a ampliação da importância da pluriatividade como estratégia de ampliação e estabilização da renda para as famílias rurais.

Presentes em todas as regiões do Estado, embora de forma limitada, as tendências acima apontam ainda para uma certa reorganização e revalorização do meio rural como espaço multifuncional de desenvolvimento territorial, às quais, além da produção agrícola, somar-se-ão outras atividades, como o turismo rural e a prestação de serviços ambientais (proteção dos recursos naturais, manutenção da paisagem e da biodiversidade e a “produção” de água), além de local de moradia e de lazer.

Neste contexto, espera-se que novas estratégias e políticas públicas de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais possam vir a se somar aos esforços do Projeto Microbacias 2 (Governo do Estado de Santa Catarina) e do Pronaf (Governo Federal) visando superar o desafio da pobreza e da utilização sustentável dos recursos naturais nos espaços rural e pesqueiro.

Observa-se, contudo e de forma geral, um certo otimismo com relação ao futuro e uma percepção de que o presente está melhor que o passado. A existência de novos produtos e mercados, novos agentes (agricultores organizados em associações e cooperativas, empresários rurais ou urbanos e grandes empresas) e novos processos de desenvolvimento que estão emergindo e ganhando espaço são evidências das oportunidades existentes e possíveis sementes de cenários que se delineiam para o futuro.

O agricultor do futuro está sendo visto, em Santa Catarina, como um indivíduo melhor preparado tecnicamente, com maior senso gerencial, maior consciência ambiental e mais organizado em redes, associações ou cooperativas.

¹⁸ Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – Apaco –; Associação dos Colonos Ecológicos do Vale Mampituba – Acevam –; Associação de Produtores Ecológicos de Porto União – Afruta, Cooperativa dos Produtores Biorgânicos – Cooperbiorga –; Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – Agreco.

Por fim, diante de tantos desafios e oportunidades que se colocam no horizonte, espera-se que as percepções de futuro e as preocupações presentes do público entrevistado e aqui apresentadas sirvam de reflexão e apoio às iniciativas que venham a ser tomadas nas mais diversas dimensões do desenvolvimento rural de Santa Catarina.

7 Referências bibliográficas

1. BEINTEMA, N.M.; ÁVILA, A.F.D.; PARDEY, P.G. *P&D agropecuário no Brasil: política, investimentos e perfil institucional*. Washington: IFPRI; Brasília, DF: Embrapa, 2001. 116p.
2. BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. *O diagnóstico da pesca extrativa no Brasil*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/html/diagnostico.htm#4>> Acesso em: 05 de fev. 2007.
3. CARROLL, J. *Ten big trends for agriculture*. [S.l.: s.n.], 2006.
4. DIEGUES, A.C. *Para uma aquicultura sustentável do Brasil*. São Paulo: Nupaub/USP, 2006. 26p. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/aquicultura.pdf>> Acesso em: 06 fev. de 2007.
5. ESSER, K.; HILLEBRAN, W.; MESSNER, D. E. et al. *Competitividad sistémica, competitividade internacional de las empresas y políticas requeridas*. Berlim: Instituto Aleman de Desarrollo. Estudios e informes. 11/1994.
6. EUROPEAN COMMISSION. *European trend chart on innovation. Annual Policy Trends Report for the MED-Zone Countries*. [S.l.], 2005. 61p.
7. GODET, M. *From anticipation to action: a handboob of strategic prospective*. Paris: Unesco, 1993. 283p.
8. HEFFERNAN, W.D.; HENDRICKSON, M. *Multi-national concentrated food processing and marketing systems and the farm crisis*. Paper presented at the Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Science Symposium: Science and Sustainability, 2002, Boston, MA.
9. IKERD, J. *Corporate agriculture and family farms*. Missouri: University of Missouri, 2001.
10. INSTITUTO CEPA (Florianópolis, SC). *A Agricultura orgânica em Santa Catarina*. Florianópolis, 2003. 55p.
11. INSTITUTO CEPA (Florianópolis, SC). *Estudo da dinâmica de produtos orgânicos em Santa Catarina*. Florianópolis, 2004. 181p.

12. INSTITUTO CEPA (Florianópolis, SC). *Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010*. Florianópolis, 2004. 112p.
13. JANSSEN, W.; BRAUNSCHWEIG, T. *Trends in the organisation and financing of agricultural research in developed countries: implications for developing countries*. The Hague: Isnar, 2003. 84p. (Isnar. Research Report, 22).
14. JARA, C.J. *Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade*. Capital social e desenvolvimento social sustentável. Quito: IICA/Seplan, 1999.
15. LADEIRA, M.B. Tendências da logística no Brasil. *Jornal do Comércio*, 4 jul. 2005, Caderno Gestão & Negócios, p.12.
16. LEBLANC, J. O mercado pesqueiro global e a necessidade de normas multilaterais para a pesca. *Perspectivas Econômicas*, v.8, n.1, p.31-33, jan. 2003. Disponível em: < <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0103/ijep/leblanc.htm>.> Acesso em: 01 fev. 2007.
17. MARCHESI, J.A.; BROETTO, F.; MING, L.C. et al. Perfil dos consumidores de plantas medicinais e condimentares do município de Pato Branco (PR). *Horticultura Brasileira*, Brasília, v.22, n.2, p.332-335, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/hb/v22n2/21042.pdf>.> Acesso em: 01 fev. 2007.
18. MEYER-STAMER, J. *Estratégias de desenvolvimento local e regional: cluster, política de localização e competitividade sistêmica*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2001. (Policy Paper, n. 28).
19. MIOR, L.C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó, SC: Argos, 2005. 338p.
20. NAGAKI, M. *Trends and future perspectives of organized farms in Japan*. Tsukuba: University of Tsukuba, 2001.
21. NATIONAL COUNCIL FOR AGRICULTURAL RESEARCH. *Agribusiness: Knowledge and innovation priorities aspirations for the 21st Century*. The Hague, 1998.
22. O QUE pensam os produtores brasileiros: 2005. Brasília, DF: Confederação Nacional da Agricultura, 2005. 56p. (CNA. Coletânea Estudos Gleba, 38).

23. OCDE/FAO. OCDE/Fao Agricultural Outlook:2005-2014. Paris, 2005.
24. RINGLAND, G. *Scenario planning: managing for the future*. Chichester: John Wiley & Sons, 1998. 422p.
25. SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina. *Levantamento agropecuário de Santa Catarina 2002-2003*. Florianópolis, 2005.
26. SCHWARTZ, P. *A arte da visão de longo prazo*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. 216p.
27. UNIVERSITY OF THE FREE STATE, South Africa. *Global Agribusiness Trends*, 1999.
28. USDA. *Usda Agricultural Baseline Projections to 2015*. Washington, 2006. 113p.
28. VILELA, D.; ARAÚJO, P.M.M. (Org.). *Contribuições das câmaras setoriais e temáticas à formulação de políticas públicas e privadas para o agronegócio*. Brasília, DF: Mapa/SE/Cgac, 2006. 496p.
30. WARREN´S FARM & RANCH REVIEW. *Farming trends: survival of the family hog farm*. 2000.
31. WEISSER, A. *Partnering for the future*. [S.l.]: Bünge, 2005.
32. WILLER, H.; MINOU, Y. *The World of Organic Agriculture 2005 - Statistics and Emergind Trends*. 7.ed. Bonn: International Federation of Organic Agriculture Movements, 2004.

ANEXO A – Glossário e conceitos

Agricultor familiar: é todo aquele que explora parcela de terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro e atende simultaneamente aos seguintes quesitos: utiliza o trabalho direto, seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; tenha no mínimo 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa; resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

Agroindústria rural: atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção da agricultura familiar, através da execução de tarefas de pós-colheita nos produtos provenientes de explorações agrosilvipastoris, tais como seleção, lavagem, classificação, armazenamento, conservação, transformação, embalagem, transporte e comercialização.

Alimento nutracêutico: neologismo derivado da junção das palavras alimentos com medicamentos. Termo às vezes empregado como sinônimo de alimento.

Cadeia produtiva: noção, baseada na teoria de sistemas, que diz respeito ao itinerário seguido por um produto ou conjunto de produtos, ao longo do sistema agroalimentar (produção, transformação, distribuição) e aos fluxos a ele ligados (consumo de energia, suplementos, etc.).

Capital social: refere-se à coerência interna, social e cultural da sociedade, às normas e valores que governam as interações entre as pessoas e as instituições nas quais estão inseridos (Java, 1999). Ao se falar de cultura no espaço rural, refere-se à forma de vida, à

personalidade de seus habitantes, a seus conhecimentos, crenças, idéias coletivas, costumes e à maneira como se organizam para conseguir seus objetivos.

Competitividade da agricultura familiar: capacidade de orientar-se no contexto de um paradigma tecnológico-produtivo, procurando, simultaneamente, sobreviver ao longo do tempo, melhorar o padrão de renda e de qualidade de vida e contribuir com a oferta de produtos e serviços para a sociedade.

Logística: refere-se ao processo de planejar, implementar e controlar eficientemente e eficazmente o fluxo e armazenagem de bens e serviços, assim como as informações a eles relacionadas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às necessidades dos clientes e otimizar custos.

Meio rural: engloba o conjunto da população, do território e dos outros recursos do campo, isto é, das zonas situadas fora dos grandes centros urbanos. Sua especificidade se fundamenta numa diversidade de atitudes, de tradições socioculturais, de laços com a natureza e de características econômicas e ambientais cuja origem está principalmente baseada na agricultura e silvicultura. Compreende a parte do território que engloba a zona agrícola, florestal, de espaços verdes e de parques e os pequenos aglomerados “urbanos” cuja vida depende fundamentalmente da atividade dos agricultores (OCDE e Conselho da Europa).

Mercado internacional de crédito de carbono: mercado no qual um país que logrou ultrapassar suas metas de redução de gases de efeito estufa ou que conseguiu fixação adicional de carbono da atmosfera pelo florestamento ou reflorestamento de novas áreas obteve (creditou-se) o direito de comercializar estas reduções com outros países que não atingiram suas metas de redução. Este mercado foi criado através de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) por ocasião do Protocolo de Kyoto, Japão, em 1997.

Multifuncionalidade: refere-se à possibilidade de uma atividade econômica apresentar, como resultante, múltiplos produtos ou serviços e, destarte, contribuir para diversos objetivos da sociedade ao mesmo tempo. Os elementos centrais do conceito são: a) produção simultânea de ‘commodities’ e de ‘não-commodities’ pela agricultura; b) possibilidade de algumas ‘não-commodities’ apresentarem características de externalidades ou bens públicos não remunerados pelo mercado (ordenamento do uso do solo, manutenção dos recursos naturais e da paisagem, coesão social, segurança alimentar).

Princípio da precaução: quando uma atividade representa ameaças de danos ao meio ambiente ou à saúde humana, medidas de precaução devem ser tomadas, mesmo que algumas relações de causa e efeito não sejam plenamente estabelecidas cientificamente. Dentre os principais elementos do princípio, figuram: a precaução diante de incertezas científicas; a exploração de alternativas a ações potencialmente prejudiciais; a transferência do “ônus da prova” aos proponentes de uma atividade e não às vítimas reais ou potenciais daquela atividade; uso de processos democráticos de adesão e observação do princípio – inclusive o direito público ao consentimento informado.

Sistema agroalimentar: rede interdependente de atores (empresas, instituições financeiras, organismos públicos e privados) localizada num espaço geográfico determinado (p. ex.: região, Estado, etc.), participando direta ou indiretamente na criação de fluxos de bens e serviços orientados para a satisfação das necessidades alimentares de um ou vários grupos de consumidores (localmente ou no exterior da zona considerada).

Sustentabilidade: uso de recursos humanos, naturais e financeiros pelo homem, de maneira que as gerações atuais possam satisfazer suas necessidades sem colocar em risco a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas. Desta forma, a sustentabilidade tem seu conceito relacionado aos recursos, ao longo-prazo, e é global.

ANEXO B – O setor agrícola catarinense e as principais tendências do agronegócio mundial e brasileiro

O diagnóstico que a seguir se apresenta – elaborado a partir da análise e avaliação de diversos documentos e estudos recentes sobre as perspectivas no setor agrícola e agroindustrial no cenário nacional e internacional – foi realizado com o objetivo de induzir à reflexão sobre suas implicações no desenvolvimento da agricultura familiar e do meio rural catarinense e contribuir para a busca de estratégias adequadas de desenvolvimento para o setor.

As informações são uma sinopse dos principais estudos prospectivos mais recentes e descrevem alguns aspectos metodológicos do trabalho proposto, com vistas a facilitar reflexões sobre a evolução da agricultura catarinense num ambiente de mudanças rápidas e de crescentes incertezas. A complexidade do mundo agrícola e rural não permite que se esgotem aqui todos os aspectos ligados ao processo de desenvolvimento do espaço rural, em razão do que é imprescindível contar com diferentes sugestões, de toda ordem, para que se possa aperfeiçoar o trabalho e otimizar seus resultados.

A seguir apresenta-se uma breve caracterização da agricultura catarinense e uma síntese de seus principais problemas. O objetivo estava em contextualizar ao entrevistado o ambiente local e os possíveis impactos das mudanças globais sobre o sistema agroalimentar catarinense.

1 O setor agrícola catarinense

Santa Catarina é um dos seis principais Estados brasileiros produtores de alimentos, apresentando em diversas atividades as mais altas produtividades do País. O setor agrícola contribui com 12,8% na formação do PIB catarinense e ocupa cerca de 700 mil pessoas. O número de agroindústrias está estimado em 3 mil esta-

belecimentos, que mantêm mais de 76 mil empregos. O Estado é um importante exportador de alimentos e produtos agrícolas, em especial carnes, frutas, fumo e produtos do setor florestal. A agricultura catarinense é hegemonicamente familiar, sendo constituída por cerca de 180 mil estabelecimentos, representando mais de 90% do total de estabelecimentos agropecuários.

Apesar do avançado nível tecnológico observado em alguns setores, a agricultura familiar enfrenta dificuldades de natureza econômica e social. A par de grandes e modernos complexos agroindustriais, há um significativo número de pequenas e médias propriedades rurais, produtoras de alimentos básicos e de matérias-primas, que apresenta baixos níveis de renda e dificuldades para se manter produzindo. É também importante o número de pequenas e médias agroindústrias que operam em capacidade ociosa e enfrentam enormes desafios para manter-se competitivas.

O baixo nível de renda e a insatisfatória qualidade de vida para boa parte das famílias rurais vêm provocando, nos últimos anos, um êxodo rural médio da ordem de 1% ao ano (2% entre os jovens), com tendência a acelerar-se. Dados preliminares do LAC mostram que 43% dos chefes de família têm mais que 50 anos e indicam um processo de envelhecimento no campo. Observou-se também que 21% dos estabelecimentos rurais já não contam com filhos residentes, o que compromete diretamente a continuidade do funcionamento destes estabelecimentos em médio prazo.

Há que ressaltar também que em algumas cadeias produtivas – onde novas tecnologias permitem intensificar e mecanizar (isto é, “industrializar”) o processo de produção – o aumento da produtividade do trabalho diminui as oportunidades de novos empregos ou ocupações e exclui os produtores de menor tamanho.

Dentre as principais causas dos problemas econômico-financeiros que entram o desenvolvimento da agricultura familiar em Santa Catarina, podem ser apontadas: a) a predominância de atividades agrícolas que geram pouca renda por unidade de área; b) a reduzida participação dos pequenos produtores no preço final dos produtos que produzem; c) escassos conhecimentos gerenciais e de mercado por parte dos produtores; d) reduzido grau de organiza-

ção e e) dificuldades de acesso a crédito de investimento em condições compatíveis com a pequena escala de produção.

A par destes problemas, mais recentemente estão ocorrendo iniciativas públicas, privadas e não-governamentais que podem vir a minorar as dificuldades enfrentadas por parte da agricultura familiar. Dentre outras, podem-se citar o projeto microbacias, os empreendimentos de agregação de valor e os de valorização do território associados a projetos de desenvolvimento local e regional.

2 Principais tendências no ambiente internacional e nacional do agronegócio (período 2006-2015)

As informações, projeções e tendências que se apresentam a seguir foram extraídas de diversos estudos, tanto de pesquisadores e especialistas no assunto, como de trabalhos prospectivos de diversas instituições e empresas, entre as quais destacam-se as seguintes: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Fórum Nacional da Indústria – CNI; Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – Usda; Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE; Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO; Bunge Limited; National Council for Agricultural Research (Holanda); International Service for National Agricultural Research – Isnar; Bureau Australiano de Agricultura e Recursos Econômicos – Abare; Serviço Comunitário de Informação sobre a Pesquisa e o Desenvolvimento – Cordis.

Após análise da documentação compilada, foram extraídas as informações mais importantes, particularmente as que pudessem representar oportunidades ou então obstáculos ao desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio catarinenses. Estas informações estão a seguir relacionadas e foram enviadas aos entrevistados na fase de agendamento das entrevistas, de maneira que pudessem refletir previamente sobre a temática a ser abordada.

2.1 Tendências no ambiente internacional

A maioria dos estudiosos concorda que a economia mundial move-se solidamente em direção a uma fase de expansão continuada. Há diferentes opiniões apenas quanto à velocidade em que tal crescimento deverá ocorrer. A tendência mais provável é que o PIB mundial deva crescer cerca de 3,2% ao ano até 2015. Para os países em desenvolvimento, projeta-se uma taxa anual de 5% ao ano.

Por regiões ou países, trabalha-se com as seguintes taxas de crescimento anual do PIB:

- América Latina: 4%
- Leste e Sudeste da Ásia: 6%
- China: 7%
- Rússia e Ucrânia: entre 4% e 5%
- EUA: 3%
- Europa: 2,6%
- Japão: 1,5%

No caso do Japão, as perspectivas são de que o País vai continuar enfrentando dificuldades econômicas devido aos problemas bancários não resolvidos e à persistência da inflação. A participação japonesa na fatia do PIB mundial deve cair dos 18% em 1991 para 12% em 2015.

A inflação mundial está projetada em cerca de 3% ao ano até 2015.

O Departamento de Energia dos Estados Unidos estima muita volatilidade no mercado de energéticos para os próximos anos.

Projeções das Nações Unidas estimam que a população mundial deverá crescer 1,35% ao ano até 2015, significando um aumento de 754,6 milhões de pessoas. No mesmo período, calcula-se que a renda *per capita* deverá aumentar 1,4% a.a. O crescimento da renda, em ritmo ligeiramente superior à do crescimento demográfico, deverá provocar um aumento de 1,2% a.a. no consumo mundial de carnes, em especial entre consumidores com renda *per capita* anual inferior a US\$ 5.000,00. Este aumento relativo do poder aquisitivo das populações de menor renda deverá repercutir também no aumento do consumo *per capita* de frutas e hortaliças.

Para o Brasil, o IBGE estima um aumento da população – até 2015 – da ordem de 22 milhões de pessoas (crescimento de 0,9% a.a.).

Outro fenômeno que deverá provocar grande impacto na demanda de alimentos é a estimativa de que na região da Ásia-Pacífico, cerca de 600 milhões de pessoas deverão migrar para as cidades até o ano 2020 (o que representa mais que toda a população atual da Estados Unidos).

Em decorrência do aumento na demanda de alimentos que deverá provir da região da Ásia-Pacífico, os fluxos comerciais entre esta região e a América do Sul deverão se intensificar. A influência deste fluxo comercial no mercado mundial preocupa alguns países desenvolvidos, que vêem aí um fator de risco geopolítico.

Estima-se que até 2015 a China, o Sudeste Asiático e o Oriente-Médio estarão absorvendo 60% do crescimento das importações de soja. O grande fornecedor deverá ser a América do Sul, que por volta de 2010 poderá estar produzindo 127 milhões de toneladas de soja (mais que todo o resto do mundo), representando 75% das exportações mundiais.

ANEXO C – Macrotendências na agricultura

Na visão do futurista estadunidense Jim Carroll, especialista em tendências e inovações, os próximos anos serão marcados pelas seguintes macrotendências na agricultura:

1 Crescimento massivo na demanda de alimentos

De acordo com projeções da ONU, a população mundial aumentará em cerca de 754 milhões de habitantes até 2015. Isto representa um imenso mercado potencial para alimentos, cheio de oportunidades para a agroindústria.

2 Contínua melhoria em eficiência

Para sustentar o crescimento populacional atual, a agricultura mundial necessitará aumentar significativamente a produção nos próximos anos. Há pouca terra arável disponível no mundo para ser incorporada à produção, o que vai exigir produções melhores e mais eficientes.

3 Hiper ciência

A ciência está evoluindo a passos rápidos, levando a antever na agricultura o contínuo surgimento de novos métodos para a melhoria dos rendimentos. Enquanto há hoje 19 milhões de substâncias químicas conhecidas, o número vem dobrando a cada 13 anos, prevendo-se 80 milhões em 2025 e 5 bilhões por volta de 2100.

4 O sucesso dos produtores estará baseado na capacidade de inovação e na parceria

A inovação estará focada em três aspectos: necessidade de produzir mais, com maior eficiência e com adoção de novas

tecnologias. Como nenhum indivíduo ou organização consegue saber tudo o que é preciso saber, para ter sucesso os produtores precisarão adotar novas metodologias, produtos, parcerias e idéias.

5 O varejo e as inovações na área de embalagens direcionarão as decisões na agricultura

Estão ocorrendo inovações muito grandes nas indústrias de embalagens e nas gôndolas de supermercados, que terão grande impacto na agricultura.

6 Embalagens inteligentes

Haverá um salto ainda maior na área de embalagem, envolvendo hiperconectividade, tendência resultante da preocupação com as necessidades de segurança alimentar, de rastreabilidade, de indicação do país de origem e de informar os valores nutricionais. Haverá uma evolução do conceito de “container de produtos” para o conceito de “tecnologia inteligente”.

7 A oportunidade da energia

A agricultura terá um papel enorme na diminuição da dependência de combustíveis fósseis. Em 2020 os combustíveis alternativos representarão 5% do consumo energético dos EUA. Calcula-se que as novas energias significarão US\$ 1,2 bilhão de novas rendas para os produtores rurais. Na Europa, em 2020, os biocombustíveis representarão 20% do consumo.

8 Conveniência e saúde assumem papel central

Assistiremos a rápidas mudanças nos hábitos e expectativas dos consumidores, à medida que haverá maior ênfase para a saúde e para a forma como os consumidores utilizarão o pouco tempo

disponível. Exemplo: nos Estados Unidos o consumo de “snacks” de vegetais recém-colhidos subiu de US\$ 8,8 bilhões em 2003 para US\$ 12 bilhões em 2005.

9 Crescem as relações diretas consumidor – produtor

À medida que evolui a tecnologia e as pessoas se preocupam mais com a segurança dos alimentos que consomem, o resultado natural será um enorme crescimento nas relações diretas entre consumidores e produtores.

10 Transformação pela substituição de gerações

Estamos em vias de testemunhar uma gigantesca mudança na velocidade com que novas idéias no mundo da agricultura serão aceitas, à medida que uma nova geração de produtores inovativos assumir a agricultura familiar. Veremos crescer as parcerias entre produtores, consultores, fornecedores, compradores, distribuidores, que terão que aprender a lidar com as enormes complexidades que emergem das rápidas mudanças e inovações.

O enorme potencial da agricultura brasileira deverá deflagrar ações, por parte de países desenvolvidos competidores, para dificultar o acesso dos produtos brasileiros aos mercados europeu, estadunidense e asiático. Já se constata evidências de estratégias dos Estados Unidos e Austrália para dificultar o acesso do Brasil, Argentina e Uruguai aos mercados de carne asiáticos (em especial Japão e Coreia)¹.

A competitividade internacional é e continuará sendo um fator-chave para o agronegócio. Mas os valores econômicos não serão mais seus únicos objetivos de desenvolvimento. A manutenção

¹ Índícios neste sentido constam de documentos oficiais de países competidores na área de carnes. A estratégia está focada no questionamento da segurança sanitária brasileira.

da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida deverão ser os novos objetivos para os quais o agronegócio será convidado a colaborar no século 21.

O aumento da demanda, as instabilidades climáticas e as mudanças nos fluxos do comércio internacional potencializam os riscos de volatilidade dos mercados de alimentos e matérias-primas.

Entre os principais países produtores e/ou consumidores de produtos agrícolas e alimentos, as perspectivas são as seguintes:

China

Está emergindo rapidamente como uma nação próspera (seu PIB cresce cerca de 9% a.a. desde inícios da década de 90). O rápido crescimento econômico e a urbanização estão modificando profundamente a demanda de alimentos, por dietas mais ricas em proteína animal, frutas, verduras e laticínios.

Não obstante a estratégia chinesa para suprir sua crescente demanda estar baseada na produção interna (via unidades de produção tecnicamente eficientes e de larga escala – em especial na suinocultura, avicultura e pecuária de leite), o país deve tornar-se um importador líquido de grãos a partir de 2007/2008 (o consumo de farinha de soja cresce 9% a.a.).

A China vem priorizando a produção de frutas, hortaliças e laticínios, com ênfase menor na produção de grãos. A disponibilidade de água é um fator restritivo.

Índia, Paquistão e China

A produção têxtil e o consumo de algodão irão aumentar nestes países devido ao baixo custo da mão-de-obra, o que deve afetar a competitividade da indústria têxtil brasileira.

Por volta de 2010, a China deverá importar cerca de 4,4 milhões de toneladas de algodão, 19% a mais que em 2005. Os pre-

ços do petróleo, permanecendo elevados, devem facilitar a competição do algodão com fibras sintéticas em médio prazo.

Até 2015 a Índia deverá se tornar o terceiro maior exportador de arroz, batendo os Estados Unidos e permanecendo atrás da Tailândia e do Vietnã, os dois maiores produtores.

Estados Unidos

Devem continuar a dominar o mercado de grãos. Entretanto, o consumo de milho para produção de etanol deverá dobrar até 2015, com possíveis reflexos na alta dos preços de grãos. Estima-se que por volta de 2012 os Estados Unidos estarão utilizando 65 milhões de toneladas de milho na produção de etanol.

Se os preços dos grãos se elevarem (em decorrência de seu uso na produção de biocombustíveis e do crescimento da demanda na região da Ásia-Pacífico), os produtores de carne dos Estados Unidos perderão competitividade.

O aumento no preço dos grãos pode beneficiar os produtores da área do Mercosul, principalmente a Argentina e o Brasil, induzindo aumentos nas exportações de milho.

Europa

Estima-se que em 2015 cerca de 70% do óleo de colza produzido na Europa será usado para biodiesel (contra 45% atualmente). A metade procederá de áreas destinadas anteriormente à produção de alimentos, o que pode provocar impactos nos custos dos farelos para ração, afetando a competitividade dos europeus na produção de carnes.

A UE continua perdendo competitividade em vários segmentos da produção agrícola e agroindustrial (carnes, grãos, laticínios e açúcar).

Federação Russa

Ressurge como exportador mundial de grãos. O governo russo está comprometido com o crescimento da produção de grãos, facilitando o acesso a crédito, subsidiando insumos, financiando mecanização e melhorando a infra-estrutura portuária.

Austrália

As projeções australianas apontam para um aumento de cerca de 10% na área cultivada de grãos e oleaginosas, que deve passar de 22 milhões de hectares em 2005/06 para 24,5 milhões de hectares até 2010/11, possibilitando aumento nas exportações destas “commodities”.

A Austrália também deve aumentar suas exportações de açúcar, projetadas em 4,3 milhões de toneladas para 2010/11.

Argentina

Deve ampliar sua participação no mercado internacional de grãos, de carne bovina e de laticínios.

1 Tendências no ambiente nacional

O crescimento na demanda internacional de produtos agrícolas e alimentos deve sustentar forte aumento nas exportações brasileiras, particularmente no setor de carnes, grãos e oleaginosas, frutas e sucos de frutas, além de biocombustíveis, segmentos em que o Brasil é muito competitivo.

Estima-se que o aumento na produção de grãos e derivados permita ao Brasil exportar até 75 milhões de toneladas por volta de 2015. Em soja e derivados, o País poderá responder por 45% das exportações mundiais.

A disponibilidade adicional de terras aráveis no Brasil está calculada em cerca de 90 milhões de hectares, permitindo considerável expansão na produção de grãos. Como fatores restritivos há que considerar as graves deficiências na infra-estrutura de transporte, as implicações ambientais e as dificuldades de acesso a crédito rural.

Em decorrência da expansão do mercado de automóveis bi-combustíveis (flex-fuel), cuja frota poderá representar 30% do total por volta de 2010, a demanda de álcool anidro deve ter forte crescimento, o que, por sua vez, deverá afetar (elevar) os preços do açúcar no mercado.

Com a expansão das atividades agrícolas, o Brasil deve tornar-se um dos maiores mercados mundiais de fertilizantes, prevendo-se para 2015 importações da ordem de 20 milhões de toneladas de matérias-primas como potássio e fosfatos.

Projeta-se, mantidas as condições dos últimos 5 anos, que o volume de produtos do agronegócio negociados com o exterior, pode se aproximar dos 150 milhões de toneladas em 2015.

As estimativas de crescimento para os principais produtos são as seguintes:

- Carnes suínas: aumento de 4% ao ano na produção
- Frango: aumento de 5% a.a.
- Carne bovina: aumento de 4,8% a.a.
- Leite: estima-se que a demanda interna possa crescer entre 2,7% e 3% a.a., com fortes mudanças no sistema produtivo, aumento de escala e redução de custos. A médio prazo, o País tem potencial para ampliar exportações de laticínios, tornando-se um importante fornecedor de leite condensado e queijos. Devem continuar as mudanças na distribuição geográfica da produção nacional.

Os sistemas logísticos poderão limitar as oportunidades brasileiras se não receberem importantes investimentos para adequação. O modal ferroviário é limitado e obsoleto e boa parte de seus equipamentos está em estado de sucata; o modal rodoviário, que movimenta 65% dos produtos agrícolas, está em estado precário e sem investimentos e ampliação e conservação; o modal portuário,

por sua vez, apresenta capacidade e calado reduzidos, com poucos equipamentos para conexões multimodais, rotinas morosas e caras e práticas alfandegárias e trabalhistas de perfil colonial.

ANEXO D – Tendências nos sistemas de conhecimento e tecnologia

Estudo desenvolvido em cinco países desenvolvidos (Austrália, Suíça, Países Baixos e Reino Unido), pelo International Service for National Agricultural Research em 2003, constatou que os sistemas de pesquisa pública enfrentam, em todo o mundo, desafios similares, decorrentes da globalização, da abertura de mercados, dos avanços tecnológicos e da evolução de idéias sobre o papel dos setores públicos.

Este estudo analisou as inovações institucionais nos sistemas nacionais de pesquisa, abordando a temática em três estágios. No primeiro, as mudanças no ambiente externo que atuam diretamente nos sistemas de pesquisa foram identificadas e classificadas em três grupos: a) mudanças na demanda de conhecimento e tecnologia; b) mudanças na forma como o conhecimento e a tecnologia são desenvolvidos e c) mudanças nos papéis dos setores público e privado. No segundo estágio o estudo descreve as mudanças adotadas pelos sistemas de pesquisa em resposta às pressões externas e, no terceiro estágio, avaliou as mudanças nos sistemas de pesquisa sob a ótica de sua eficiência e relevância.

Três categorias de inovação foram destacadas. A primeira envolveu a governança do sistema (conselhos científicos ou de administração, processo como descentralização, entre outros); a segunda foi o financiamento (introdução de financiamentos competitivos, dotações específicas, taxas, concessões direcionadas, contratos e separação funcional entre financiamento e implementação); a terceira envolveu a forma como a pesquisa é organizada (ex.: joint-ventures entre pesquisa e desenvolvimento, constituição de redes de pesquisa, integração de universidades ao sistema de pesquisa, estabelecimento de programas e projetos multiinstitucionais e transnacionais).

Análises das principais mudanças no ambiente externo mostram que os sistemas de pesquisa recebem demandas que diferem muito daquelas de 20 anos atrás. A ênfase mudou da produção

primária para a administração de cadeias produtivas e do aumento de produtividade para a melhoria da qualidade e segurança dos alimentos. O desenvolvimento de novas tecnologias está se tornando um bem público de menor valor para os produtores. O desafio para os sistemas públicos poderia ser resumido como uma mudança de identidade: em vez de “fábricas de tecnologia”, precisam tornar-se “fontes de conhecimento”.

O estudo afirma que seria arriscado tirar conclusões para os países em desenvolvimento, a partir das tendências observadas em apenas cinco países desenvolvidos. Entretanto, considera que muitos países enfrentam desafios similares aos descritos no estudo de caso e destaca, entre outras, as seguintes visões:

1. É válido questionar se a prioridade para um dado sistema de pesquisa deveria responder às mudanças no ambiente externo ou apenas melhorar a eficiência do sistema na produção das ofertas existentes.
2. Os sistemas atuais de pesquisa estão sendo demandados de forma crescente a resolver problemas externos à agricultura (tendência em direção a novas abordagens para alternativas sociais e ambientais, de segurança alimentar e bem-estar animal).
3. No futuro, os sistemas de pesquisa públicos serão orientados, de forma crescente, para a geração de conhecimento, enquanto o setor privado assumirá papel maior na geração de tecnologia.
4. Em alguns países, as pressões financeiras resultaram em sistemas mais saudáveis, nos quais novos modos de operação foram desenvolvidos e a relevância das pesquisas foi melhorada em muito.
5. A principal tendência observada nos países estudados é que os sistemas de pesquisa estão se abrindo para incluir novos parceiros, não tradicionais (maior colaboração com o setor privado, com universidades e com ONGs).
6. A redução dos fundos específicos de financiamento e o declinante suporte político combinado com o esforço para tornar os sistemas de pesquisa mais responsivos às necessidades das mudanças sociais, resultou na tendência – mais avançada na Holanda

– de separação das decisões de realização e de financiamento das pesquisas, da de sua execução. Separar as duas funções está sendo visto como um dos melhores caminhos para administrar um sistema de pesquisa complexo e pluralista. Reflete esforços para destacar a responsabilidade e para responder melhor às demandas do grupo de suporte (“stakeholders”) cuja diversidade é crescente.

ANEXO E – Empresas, cooperativas, associações, organizações não-governamentais e entidades representativas de agricultores e pescadores que participaram da pesquisa

Empresa	Município
Ad Oceanum Ind. e Com. Ltda – Phytomare	Gov. Celso Ramos
Agrícola Boa Vista Projetos Paisagísticos	Joinville
Agroavícola Vêneto Ltda. – Agroveneto	Nova Veneza
Agroeste Sementes	Xanxerê
Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda – Agrofrango	Ipumirim
Agroindústria Familiar Bolis	Seara
Agroindustrial Perazzoli Ltda. – Agropel	Fraiburgo
Archer Daniel Midland – ADM	Joaçaba
Artefama Móveis	São Bento do Sul
Assoc. dos Agric. Ecologistas do Vale do Mampituba – Acevam	Praia Grande
Associação de Produtores Ecológicos de Porto União – Afruta	Porto União
Associação Brasileira dos Produtores de Maçã – ABPM	Fraiburgo
Associação Catarinense das Plantas Medicinais	Florianópolis
Associação Catarinense dos Criadores de Suínos – ACCS	Concórdia
Associação Central de Pequenos Agricultores de Mafra – Acepam	Mafra

(Continua)

(Continuação)

Empresa	Município
Associação das Cooperativas de Leite – Ascooper	Formosa
Associação de Agricultores de Grão-Pará	Grão-Pará
Associação dos Bananicultores de Luís Alves – Abla	Luíz Alves
Associação das Indústrias Exportadoras de Carne Suína – Abipecs	Florianópolis
Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de SC – Aproesc	Joinville
Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – Apaco	Chapecó
Associação dos Piscicultores do Frigorífico Pinhal	Concórdia
Associação Familiar São Paulo	Seara
Associação Mercaflor	Joinville
Associação Monte Alegre	Coronel Freitas
Áurea Indústria e Comércio Ltda.	Braço do Norte
Avesul Indústria e Comércio Ltda.	Chapecó
Avesurdi	Capinzal
Baldo S.A. Comércio	Canoinhas
Bluefish	Blumenau
Banco Nacional da Agricultura Familiar – BNAF	Mafra
Bondio Alimentos	Chapecó
Buchner Lingüiças	Indaial
Cabral Pescados	Itajaí
Centro de Promoção da Agricultura – Cepagri	Caçador

(Continua)

(Continuação)

Empresa	Município
Cerealista Fagundes Ltda.	Ituporanga
Comercial Mazzuco Ltda.	Araranguá
Coop. Regional de Pequenos Produtores de Mafra – Cooarpa	Mafra
Coop. Agropecuária Camponovense Ltda. – Coopercampos	Campos Novos
Coop. Agropecuária de Campos Novos – Coocam	Campos Novos
Coop. Agropecuária de Concórdia – Copérdia	Concórdia
Coop. Agropecuária de Jacinto Machado Ltda. – Cooperja	Jacinto Machado
Coop. Central Oeste Catarinense – Coopercentral – Aurora	Chapecó
Coop. da Agroindústria Familiar de Concórdia – Coopafac	Concórdia
Coop. de Produtores Biorgânicos – Cooperbiorga	Mondaí
Coop. dos Agricultores Fam. de Treze de Maio – Coopertreze	Treze de Maio
Coop. dos Trabal. da Reforma Agrária de SC – Coopertrasc	Chapecó
Coop. Ecológica de Agricultores e Consumidores – Econeve	São Joaquim
Coop. Prod. de Erva Mate de Campo Alegre	Campo Alegre
Coop. Regional Agrop. Sul Catarinense Ltda. – Coopesulca	Turvo
Coop. Regional de Comerc. do Extremo Oeste Ltda. – Cooperoeste	São Miguel do Oeste

(Continua)

(Continuação)

Empresa	Município
Cooper A1 – Cooperativa A1	Palmitos
Cooperativa Agropecuária de Tubarão	Tubarão
Cooperativa Cooperprove	Blumenau
Cooperativa Regional Agropecuária Serrana – Cooperserra	São Joaquim
Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí – Cravil	Rio do Sul
Cooperativa Agrícola de São Joaquim – Sanjo	São Joaquim
Cooperativa Regional Auriverde	Cunha Porã
Cooperativa Regional Vale Colonial Ltda.	Rio do Oeste
Darolt Indústria de Laticínios Ltda.	Rio Fortuna
Destilaria Doble W	Porto União
Duas Rodas Industrial Ltda.	Jaraguá do Sul
Ervateira Dranka	Canoinhas
Fazenda Marinha Atlântico Sul	Florianópolis
Federação das Assoc. de Produtores de Banana de SC – Febanana	Schroeder
Federação dos Trabalhadores Rurais de SC – Fetaesc	Florianópolis
Fischer Fraiburgo Agrícola Ltda.	Fraiburgo
Fricasa Alimentos S.A.	Canoinhas
Frigorífico Belvedere Ltda.	Ipumirim
Frigorífico Mabella S.A.	Itapiranga
Frigorífico Rio Sulense S.A.	Rio do Sul

(Continua)

(Continuação)

Empresa	Município
Frigorífico Santos S.A.	São José
Fruticultura Malke Ltda.	Lages
Hiragami Fruit	São Joaquim
Indústria Brasileira de Liofilização – IBL	Morro da Fumaça
Incotril Ind. de Conservas Treze Tílias Ltda.	Treze Tílias
Indústrias Jacutinga	Catanduvas
J. Barsan & Cia Ltda.	Rio do Sul
K19 Embutidos	Campos Novos
Klabin	Correia Pinto
Laboratório Industrial Vida e Saúde Ltda. – Chá Chileno	Chapecó
Ind. de Laticínios do Planalto S.A. – Lactoplasa	Lages
Laticínios Girema	Porto União
Laticínios Cedrense	São José do Cedro
Laticínios Guarujá	Guarujá do Sul
Macedo Koerich S.A.	São José
Minamel	Içara
Mobasa/Batistela	Rio Negrinho
Moinho Catarinense	Mafra
Movimento das Mulheres Camponesas de SC	Chapecó
National Starch & Chemical Industrial Ltda.	Trombudo Central
Natubrás Pescados	Itajaí
NiceBerry do Brasil	Itá e Bom Retiro

(Continua)

(Continuação)

Empresa	Município
Organização das Cooperativas do Estado de SC – Ocesc	Florianópolis
Parati S.A.	São Lourenço do Oeste
Perdigão S.A.	Videira
Produtor de laranja orgânica e de chinchila	Chapecó
Produtor e envasador de leite de cabra	Turvo
Renar Maçãs	Fraiburgo
Rothenburg Comércio de Carnes	Braço do Norte
Sadia Concórdia	Concórdia
Sindicato da Indústria da Pesca de Itajaí – Sindipi	Itajaí
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta	Anchieta
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mafra	Mafra
Trentolat	Nova Trento
Ultrafrios, Embutidos e Defumados	São Bento do Sul
Unidade Central das Agroind. Famil. do Oeste Catarinense – Ucaf	Chapecó
Victória Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Palhoça
Villa Germânia Alimentos Ltda.	Indaial
Vinícola da Serra Ltda.	Pinheiro Preto
Vinícola Mazon	Urussanga
Vinícola Panceri	Tangará
Vinícola Villa Francioni	São Joaquim
Vitalmar Pescados	Itajaí
Vosso do Brasil Alimentos Congelados Ltda.	Lages
Yakult S.A. Ind. e Comércio	Lages